



Projeto Pedagógico do Curso de Direito

Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO – RIO DE JANEIRO

Wladymir Soares de Brito
Diretor Acadêmico

Antonio Renato Cardoso da Cunha
Coordenador do Curso de Direito

Equipe de Elaboração:

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Profa. Ms. Ana Luiza dos Santos Couto de Souza

Prof. Dr. Antonio Renato Cardoso da Cunha

Profa. Ms. Isabella Franco Guerra

Profa. Ms. Querobina Mantuano

Profa. Ms. Tatiana Trommer Barbosa

ÍNDICE

1 HISTÓRICO	4
1.1 Histórico da Mantenedora e suas atribuições.....	4
1.2 Histórico da FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO	7
2 MISSÃO E VISÃO	11
2.1 Missão.....	11
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE CONHECIMENTO	12
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	14
5 FUNDAMENTOS DO CURSO	15
5.1 Eixo Norteador e o de Formação Fundamental	15
5.2 Temas Transversais.....	16
5.3 Eixo de Formação Concentrada	18
5.4 Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática	19
5.5 Finalidades do Curso conforme os contextos regional e nacional	21
Figura 1 - Área de Planejamento e Regiões Administrativas – 2014 – Rio de Janeiro.....	23
Tabela 1 - Resumo de áreas e população	23
Figura 2 - Distribuição da População do Rio de Janeiro por Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	24
Figura 3 – Distribuição da População do Rio de Janeiro por Áreas de Planejamento	24
5.6 Justificativa do Curso	26
5.7 Objetivos Gerais do Curso e Principais Enfoques	31
6 CONCEPÇÃO ACADÉMICA DO CURSO	36
6.1 Articulação do Curso com o PDI	36
6.2 Perfil do Egresso.....	38
6.3 Competências e habilidades	39
6.4 Coerência do Currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN e demais legislações acadêmicas	40
6.5 Requisitos de ingresso ao curso	45
6.6 Aspectos metodológicos do processo de ensino- aprendizagem	46
6.6.1 Avaliações da aprendizagem	48
6.7 Estratégias de flexibilização curricular	50
6.7.1 Estratégias de Internacionalização.....	52
6.7.2 Estratégias de interdisciplinaridade	53
6.7.3 Estratégias de integração com à Pós-graduação	55
6.7.4 Possibilidades de integralização de disciplinas fora da matriz curricular como eletivas.....	55
6.8 Políticas Institucionais de Apoio Discente	55
6.9 Políticas de Egresso	58
6.10 Políticas de Ética em Pesquisa (CEP)	59
6.11 Políticas Institucionais de Apoio Docente	61
6.12 Políticas de Comunicação Institucional	62
6.12.1 Ouvidoria	62
6.12.2 Núcleo Docente Estruturante.....	63
6.12.3 Secretaria Geral e Coordenações Acadêmicas de Curso	63
6.13 Políticas em EAD no ensino presencial	64
6.14 Políticas institucionais de Acessibilidade, Inclusão, Educação Ambiental, sócio educacional e de respeito à diversidade no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.....	64
7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	67
7.1 Estrutura curricular	68
7.2 Eixo de Formação Fundamental.....	68
7.3 Eixo de Formação Profissional	69
7.4 Eixo de Formação Prática.....	69
7.5 Eixo de Formação Concentrada	71
7.6 Eixo Universal.....	71
7.7 Descrição Geral da Organização Curricular	72
7.7.1 Quadro Resumo da Carga Horária Mínima Total do Curso	74
7.7.2 Quadro Geral da Composição Curricular – Currículo Pleno	74
7.7.3 Quadro com os Componentes Curriculares nos Núcleos de Conteúdos, conforme DCNs e Institucional	77
7.7.4 Quadro com as disciplinas distribuídas nos Núcleos Temáticos do Curso de Direito	79
Figura 4 – Distribuição das disciplinas por Núcleos Temáticos	81
7.7.5 Disciplinas comuns entre os cursos de Direito e Administração (Optativa I).....	82
7.7.6 Disciplinas comuns entre os cursos de Direito e Ciências Contábeis (Optativa I).....	82
7.7.7 Disciplinas comuns entre os cursos de Direito e Economia (Optativa I).....	82
7.7.8 Disciplinas Universais oferecidas no Curso de Direito.....	82
7.8 Síntese da Matriz Curricular	83
7.9 Vinculação dos Componentes Curriculares com as Habilidades e Competências	84
7.10 Atividades Complementares	86
7.11 Estágio Supervisionado e Práticas de Ensino	88
7.12 Atividades de Integração e síntese de conhecimentos	91
7.12.1 Trabalho de Conclusão de Curso	91
7.12.2 Mecanismos e Programas de Iniciação Científica e Tecnológica	93
7.12.2.1 Programa Institucional de Iniciação Científica	93
7.12.2.2 Iniciação à Pesquisa	95
7.12.2.3 Semana Científica da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio	96
7.12.2.4 Relação discente/orientador	96
7.12.3 Projetos de Extensão	96
7.12.4 Cartilha de inclusão da pessoa com deficiência no mercado consumidor	97
7.13 Articulação da autoavaliação do curso com a autoavaliação institucional	97
8 ADMINISTRAÇÃO ACADÉMICA	98
8.1 Coordenação do Curso	98
8.2 Colegiado do Curso	99
8.3 Núcleo Docente Estruturante	99
9 CORPO DOCENTE	101
9.1 Perfil docente	101
9.2 Experiência acadêmica e profissional	103
9.3 Publicações	103
9.4 Implementação das políticas de capacitação no âmbito do curso	103
9.4.1 Encontro Semestral de Docentes	103
9.4.2 Semana de Atualização Pedagógica	104
9.5 Plano de Carreira Docente	104
9.6 Critérios de Seleção e Contratação	105
10 INFRAESTRUTURA	106
10.1 Área Física e Instalações Prediais	106
10.1.1 Espaço Físico Atual	106
10.1.2 Instalações físicas futuras	107
10.1.3 Laboratório de formação geral (Secretaria das Coordenadorias)	107
10.1.4 Laboratórios de Formação Específica	108
10.2 Biblioteca	108
10.2.1 Dados	108
10.2.2 Horários de funcionamento	109
10.2.3 Pessoal Técnico-Administrativo	109
10.2.4 Serviços oferecidos pela Biblioteca	109
10.2.5 Da utilização	109
10.2.6 Organização Técnica do Acervo	110
10.2.7 Acervo e Política de Atualização	110
10.2.8 Política de Informatização	111
10.3 LABORATÓRIOS	111
10.3.1 Instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos	112
10.3.1.1 Recursos de informática disponíveis	112
10.4 SISTEMAS CORPORATIVOS	113
10.4.1 Provedor Internet Mackenzie	113
10.4.2 Ambiente de Rede Administrativa e Acadêmica	115
10.4.3 Softwares Acadêmicos	115
10.4.3.1 Principais Parceiros e Contratos	115
10.5 Infraestrutura para Pessoas com Deficiência	116
REFERÊNCIAS	118
ANEXO I - Projeto Pedagógico Mackenzie Rio – Temas Transversais	119
ANEXO II - Projeto Pedagógico Mackenzie Rio – Linhas de Pesquisa e Extensão	120
ANEXO III – Projeto Pedagógico Mackenzie Rio – Eixos de Formação	121
EMENTÁRIO	122

1 HISTÓRICO

1.1 Histórico da Mantenedora e suas atribuições

No âmbito da tradição calvinista, o projeto educacional que deu início ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e presentemente da FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO – FPM RIO, tem sua origem no ano de 1870, a partir da obra de um casal de missionários presbiterianos norte-americanos, Rev. George Whitehill Chamberlain e sua esposa Mary Ann Annesley Chamberlain, em São Paulo, SP, em 1870. Nessa época, a Capital Paulista tinha aproximadamente 25 mil habitantes.

Na primavera de 1870, utilizando sua própria residência como sala de aula, Mary Chamberlain recebeu três crianças para a escola que se iniciava. Desde o ponto de partida, impôs-se o princípio que permanece até os dias de hoje, 144 anos passados, de não fazer distinção de sexo, credo ou etnia, acolhendo crianças que a escola da época não acolhia. No segundo ano, em 1871, foi fundada a Escola Americana, embrião do Colégio Presbiteriano Mackenzie, que passou a funcionar em um local mais espaçoso, acolhendo então 44 discentes.

Se numericamente a escola era inexpressiva, a proposta pedagógica se apresentava ambiciosa e pioneira, para não dizer francamente revolucionária para os padrões da época. Seu modelo baseava-se no sistema escolar americano: as classes eram mistas, praticava-se ginástica, aboliram-se as repetições cantadas e os castigos físicos (a famosa palmatória), introduziu-se a experimentação. Grande ousadia foi enfatizar a liberdade religiosa, racial e política, numa época em que as escolas eram reservadas à elite monarquista e escravagista. A escola foi pioneira em receber filhos de abolicionistas, republicanos, protestantes e judeus.

Em 1885, o médico e educador norte-americano Horace M. Lane recebeu a Escola Americana das mãos do Reverendo George Chamberlain, passando a conduzir por quase três décadas os destinos da crescente instituição educacional presbiteriana. Datam dessa época a Escola Normal, o Protestant College (denominado Mackenzie College a partir de 1895), o Curso Superior de Comércio (1886), embrião dos posteriores cursos nas áreas de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, o Curso Superior de Preparatórios e a Escola de Engenharia Mackenzie College – mais antigo estabelecimento de ensino de engenharia do país, no segmento privado e confessional. A inserção do nome “Mackenzie” nesse contexto expressa a homenagem prestada ao advogado e filantropo, John Theron Mackenzie, cujo legado financeiro permitiu a construção da Escola de Engenharia.

Em 1876, foi criado o Curso Superior de Filosofia, funcionando junto à Escola Americana com a finalidade principal de preparar docentes. Poucos anos depois, em 1879, foi comprada a área de Higienópolis, onde se encontram sediados, nos dias de hoje, tanto o Colégio quanto a Universidade.

Marco do pioneirismo que sempre permeou a instituição, a criação da primeira experiência oficial de cotitulação internacional, tendo a University of the State of New York como entidade associada (1893). Outros marcos: O primeiro curso de Química Industrial de São Paulo (1911); o mais antigo curso de engenharia Química do país (1922); introdução do Sistema Decimal Dewey de catalogação de bibliotecas no Brasil (1926); primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil (1930); primeira Faculdade de Arquitetura do estado de São Paulo (1947); exigência de Projetos-Tese para os concluintes dos cursos superiores, antecipando-se ao requisito das monografias de conclusão de curso hoje implantado pelo Ministério da Educação; criação de uma rede de cursos de alfabetização de adultos, antecipando-se ao MOBRAL.

Em 1927, graduaram-se as primeiras mulheres pelo Mackenzie College. Foram três no Curso de Química Industrial. Quase imediatamente após, em 1929, graduou-se a primeira Engenheira Arquiteta.

O Mackenzie acompanhava o desenvolvimento do país republicano no campo da educação; e para o Mackenzie também se havia voltado o olhar de inúmeros educadores "escola novistas" que, à época, levantavam a bandeira do ensino técnico-profissionalizante como um imperativo necessário à reconstrução educacional do país. Em 1932 começavam as aulas do Curso Técnico Mackenzie, destinado às áreas de Química Industrial, Mecânica e Eletricidade. Em 1940, por exigência do Estado Novo, o Mackenzie College passou a ser denominado Instituto Mackenzie. Eram suas unidades a Escola Americana, o Colégio Mackenzie, a Escola Técnica e a Escola de Engenharia. Na linha histórica temos: Mackenzie College (1892–1940), seguida do Instituto Mackenzie (1940–1997), depois Instituto Presbiteriano Mackenzie, entidade mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da FPM RIO.

Em 1947, o curso de Arquitetura, então vinculado à Escola de Engenharia, deu origem à Faculdade de Arquitetura, a primeira no Brasil, com essa designação. No mesmo ano, foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que mais tarde (1980) se desdobraria em Faculdade de Letras e Educação, e Faculdade de Ciências Exatas e Experimentais.

No ano de 1950, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, que veio a dar origem ao atual Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Destaca-se que, em 1952, a Universidade Mackenzie foi reconhecida pelo Decreto nº 30.511, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Ernesto Simões da Silva Filho, sendo solenemente instalada em 16 de abril daquele ano. Na sua origem, a nova universidade – terceira no estado de São Paulo – foi constituída das seguintes unidades acadêmicas: Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas.

A criação da Faculdade de Direito deu-se em 1953. No ano de 1965, a Universidade Mackenzie tornou-se mais uma vez pioneira nas suas iniciativas, ao escolher como Reitora a Docente Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher no hemisfério sul a ocupar esse cargo. Foi ela, também, anos mais tarde, a primeira mulher no Brasil a se tornar Ministro de Estado da Educação.

Anos mais tarde, em 1970, foram instaladas a Faculdade de Comunicação e Artes e a Faculdade de Tecnologia, esta última tendo atualmente a denominação de Faculdade de Computação e Informática. Em 1998, constituiu-se a Faculdade de Psicologia e, nos dois anos seguintes, surgiram a Faculdade de Teologia e a Faculdade de Educação Física, esta última localizada no então Campus Tamboré (atual Campus Alphaville).

Em 1999, a Universidade Mackenzie passou a ser denominada Universidade Presbiteriana Mackenzie, reafirmando, assim, sua identidade confessional.

O Mackenzie é uma comunidade fortemente integrada, e atribui-se a isso a identidade de propósitos entre a comunidade de mestres e discentes e, acima de tudo, uma tradição cultural afetiva compartilhada na instituição, batizada de *Espírito Mackenzista*.

Das seis horas da manhã, quando se abrem os portões, até meia-noite, quando se apagam as luzes, circulam pelo campus da Universidade, na capital de São Paulo, aproximadamente, 39.000 discentes, da pré-escola à pós-graduação, 1.000 funcionários, 2.000 docentes e mais de 5.000 visitantes que, por interesses diversos, procuram o campus. São mais de 40.000 pessoas, número superior à população de muitas cidades brasileiras.

Com essa característica empreendedora e pioneira, o Instituto Presbiteriano Mackenzie decidiu estender sua atuação e ampliá-la. A cidade do Rio de Janeiro foi a sede pioneira da Igreja Presbiteriana do Brasil, associada vitalícia do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Em 12 de agosto de 1869 chegava ao Brasil,

desembarcando no Rio de Janeiro, o primeiro Missionário Presbiteriano, Rev. Ashbell Green Simonton. Daí a escolha, dentro do planejamento estratégico do Instituto, de ampliar para a capital do Rio de Janeiro a proposta educacional Mackenzista.

Atualmente, a instituição “Mackenzie” é um dos maiores complexos educacionais no contexto da América Latina, atuando nas mais diversas áreas do conhecimento humano, que vão da Educação Básica ao Ensino Superior, compreendendo neste segmento três dezenas de cursos de Graduação, quase 20 cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, além de seis dezenas de cursos *Lato Sensu* e amplo portfólio de atividades de Extensão. Esse histórico de inúmeras realizações na área da educação são elementos que amparam e estimulam ações para a FPM RIO, nascida com o objetivo de construir a mesma excelência acadêmica existente em São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro.

1.2 Histórico da FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO

No Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Contabilidade – IBC, anterior mantenedor da Faculdade Moraes Júnior, embrião da FPM RIO, foi inaugurado em 20 de setembro de 1916, com sede provisória na Associação dos Empregados do Comércio, à Rua Gonçalves Dias, 42, 2º andar, a fim de congregar guarda-livros e contabilistas, elevando-lhes o nível cultural e aprimorando o exercício profissional.

Era imprescindível, já na década de 20, o preparo profissional acadêmico para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, motivando, assim, o IBC, a acabar com o empirismo na atividade contábil. Fundou, então, em 1926, a Escola Técnico-Comercial, oficialmente reconhecida pela Portaria de 14/10/1930, do Ministério de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1932, passou a funcionar no sobrado do prédio da Rua da Carioca, 52, com os cursos Propedêuticos, Técnico de Guarda-Livros e Perito Contador.

Em 16 de outubro de 1934, foi criado o Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, que passou a ser a entidade mantenedora da Escola Técnica Comercial. Esta procurou adequar-se à reforma do ensino de 1961, passando a denominar-se, em 1963, Colégio Comercial do Instituto Brasileiro de Contabilidade, IBC, atualmente sem atividades didático-pedagógicas.

João Ferreira de Moraes Júnior, um dos fundadores do IBC, almejava a articulação sequencial do curso técnico de contabilidade de nível médio com o curso de grau superior, porém, não logrou êxito. A criação da Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais prevista no Estatuto do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro continuava no papel até 25 de abril 1964,

quando, precisamente no Dia do Contabilista, o Docente Píndaro José Alves Machado Sobrinho, imbuído do mesmo ideal e tenacidade de Moraes Júnior, realizou o sonho dos contabilistas, inaugurando e instalando a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas do IBC, tendo passado depois, em lugar de IBC, a ostentar o nome do líder dos contabilistas - Moraes Júnior, em homenagem aos seus feitos em prol dos contabilistas decorrentes das suas campanhas, entre eles o reconhecimento e a regulamentação da profissão, do ensino médio e superior de Contabilidade, a normalização da fiscalização do exercício profissional, o projeto da criação do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (Lei nº 9.295 de 27/4/1946).

A Instituição de Ensino Superior, mantida pelo IBC, iniciou sua atividade com a denominação de Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, no dia 25 de abril de 1964, ex vi do Parecer nº 82, de 11 de abril de 1964, aprovado pelo plenário do Conselho Federal de Educação, divulgado na Revista Documenta nº 25, às páginas 9 e 11, com o Curso Superior de Ciências Contábeis, e teve confirmada a autorização pelo Decreto Federal nº 55.909, de 9 de setembro de 1965.

O funcionamento do curso de graduação em Administração começou em 1968, tendo o Parecer de nº 07/1968, de 30/01/1968, sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e divulgado pela Revista Documenta nº 80, pagina 42, em decorrência da regulamentação da profissão de Técnico em Administração, pela Lei nº 4769, de 9 de setembro de 1965. Destaque-se que a IES foi primeira instituição privada de ensino superior a implantar esse curso logo após a sua regulamentação e fixação da respectiva matriz curricular pelo Conselho Federal de Educação.

Em função do pleno e regular funcionamento dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e em Administração, comprovado pelos termos de visita de avaliação in loco dos técnicos em assuntos educacionais da Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura – MEC do Rio de Janeiro, esses cursos superiores foram reconhecidos pelo Decreto nº 66.406, de 2 de abril de 1970, publicado no Diário Oficial de 03.04.70, fl.1.

Os Cursos de Direito e Ciências Econômicas foram autorizados por Decretos assinados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Itamar Franco, em 22 de dezembro de 1992, publicados no Diário Oficial de 23.12.92, ex vi dos despachos nº 601/90 e 799/90 do Ministro da Educação, Prof. Murílio de Avellar Hingel, Diário Oficial de 12.02.90, considerados os Pareceres 661/92

e 3/92, aprovados, respectivamente, em 21.12.92 e 02.12.92, pelo Conselho Federal de Educação, Documenta 355 e 384.

Desde cedo o IBC firmou convênios com o Centro de Integração Empresa – Escola – CIEE e com grande número de conceituadas organizações privadas e públicas, para realização de estágio supervisionado (o campo de estágio atualmente tem sido aberto, igualmente, aos quatro cursos de graduação oferecidos).

Em 18 de setembro de 1996, quando os discentes da primeira turma do Curso de Direito ingressaram na 4ª série anual, foi inaugurado o Núcleo de Prática Jurídica, proporcionando aos estudantes do curso a oportunidade de estágio e oferecendo gratuitamente à comunidade carente os serviços de Assistência Judiciária.

A IES passou a denominar-se Faculdade Moraes Junior por competente autorização mediante Portaria MEC nº 1888, de 30 de dezembro de 1994, Diário Oficial de 4 de janeiro de 1995.

A sede da Faculdade ocupa posição peculiar, pois, além de se localizar na parte central da maior área de comércio popular do Brasil e uma das maiores do mundo, a chamada SAARA (nome que se dá a um pequeno bairro dentro do Centro, derivado da sigla da Sociedade dos Amigos da Rua da Alfândega e Adjacências, criada em 1962) é o único construído entre aqueles projetados para a Avenida Diagonal, que cruzaria a cidade, dos Arcos da Lapa até o prédio da Estrada de Ferro Central do Brasil. A Avenida foi cancelada pelo primeiro governo autônomo da cidade, o de Carlos Lacerda, no início dos anos 60, mas o prédio do Sindicato permaneceu, próximo à Rede Ferroviária, ao principal eixo de comunicação com as zonas Norte e Sul, as Avenidas Presidente Vargas, Passos e Rio Branco, além das linhas 1 e 2 do Metrô.

Tal região, que o planejamento municipal denomina Centro Histórico, é bem maior do que o bairro do mesmo nome, abrigando quatorze bairros, interligados por espessa malha de ruas, túneis e avenidas. Nela, o trecho denominado SAARA recebe, nos períodos de maior movimentação do comércio, como o das festas de fim de ano, cerca de 2/3 da população total da capital, sendo comum verificar-se a frequência de mais de um milhão de consumidores por dia, conforme dados da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

Em agosto de 2005, objetivando promover as ações acadêmicas da Faculdade Moraes Júnior, o Instituto Brasileiro de Contabilidade – IBC, associou-se ao

Instituto Presbiteriano Mackenzie – IPM, fazendo nascer a Faculdade Moraes Júnior Mackenzie Rio, atual Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio. A partir de 2008, substituiu-se a mantenedora original, o Instituto Brasileiro de Contabilidade (que recebera a manutenção após a criação da Faculdade, pelo Sindicato dos Contabilistas, em 1964), pelo igualmente tradicional Instituto Presbiteriano Mackenzie, preservando-se a estrutura administrativa e implementando-se investimentos na recuperação da estrutura física. A mudança da manutenção trouxe vários benefícios, como, dentre outros, melhorias na infraestrutura e na qualificação do corpo docente, com implantação de Núcleos Docentes Estruturantes em todos os cursos, maior número de docentes em tempos parcial e integral e abertura de novos grupos de pesquisas.

Com a nova situação, passos importantes vêm sendo paulatinamente tomados. Este novo momento já tem sido marcado por investimentos realizados na mantida em diversos aspectos institucionais. As diretrizes harmonizam-se inteiramente com os eixos norteadores do “Planejamento Estratégico 2012-2020” definido pelo Conselho Deliberativo do IPM para o mesmo horizonte temporal, evidenciando uma mobilização sinérgica de toda a Instituição em busca da consolidação dos padrões de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Sempre preocupada com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a Faculdade adota políticas institucionais que estabelecem uma série de diretrizes que nortearão a atuação de todos os segmentos e instâncias da FPM RIO nos próximos anos. As ações devem atender a um perfil de formação holística de concepção dos fenômenos naturais, do meio ambiente e da sociedade, contudo, sem abandonar demandas mais específicas da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em novembro de 2014, a Congregação dos Docentes em assembleia histórica, e em votação unânime, elaborou um novo Regimento Geral, alterando o nome da IES, para FPM RIO, igualmente aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

A partir deste novo horizonte, está posta a proposição da FPM RIO de pertencer a um projeto de uma comunidade acadêmica fortemente integrada, dedicada a promoção da cidadania e à formação plena dos educandos, pautando-se nos espírito e propósito da tradição cristã reformada calvinista.

2 MISSÃO E VISÃO

2.1 Missão

A missão oferece um direcionamento para a atuação do curso de Direito no âmbito da sociedade em que está inserido. O papel que o curso tem, por intermédio dos conteúdos, recursos e metodologias próprios da área de atuação, é o de *“Educar o ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício pleno da cidadania, em ambiente de fé cristã reformada”*.

A Visão do Instituto Presbiteriano Mackenzie – IPM, permeia todos os planos de ação e a prática cotidiana da FPM RIO. Desta forma, a visão de *“Ser reconhecida pela sociedade como instituição confessional presbiteriana e filantrópica, que se dedica às ciências divinas e humanas, comprometida com a responsabilidade socioambiental, em busca de contínua excelência acadêmica e de gestão”*, nos leva à busca de organização do currículo de maneira que estes componentes reflitam todos esses aspectos.

O currículo e as políticas e estratégias de ação, dirigidos por esta visão, têm como fim maior favorecer o reconhecimento efetivo, pelos discentes e pela comunidade, de uma instituição que prima pela excelência, considerando seu papel na sociedade, sua relação com os outros e com Deus.

A Missão e Visão materializam-se na prática de princípios e valores que se refletem nas relações pedagógicas, dentro da sala de aula, nas relações de trabalho entre funcionários e equipes de apoio administrativo e se consolidam na ação futura de nossos discentes, imprimindo neles o “Espírito Mackenzista”. Vinculados a estas dimensões, é que se delineiam os valores e princípios norteadores de todas as atividades no âmbito da FPM RIO, a saber:

- Na conduta pessoal: dignidade, caráter, integridade e espírito mackenzista;
- No relacionamento interpessoal: lealdade, respeito mútuo, compreensão, honestidade e humildade;
- No exercício da atividade profissional: ética, competência, criatividade, disciplina, dedicação e disposição para o trabalho voluntário;
- No processo de decisão: busca de consenso, de justiça, de verdade, de igualdade de oportunidades para todos;
- No relacionamento entre órgãos colegiados, unidades e departamentos: cooperação, espírito de equipe, profissionalismo e comunicação adequada;
- No relacionamento com outras instituições: responsabilidade, independência e transparência;
- Na sociedade: participação e prestação de serviços à comunidade;
- E, em todas as circunstâncias, agir com amor que é o vínculo da perfeição.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

A proposição de uma compreensão dos objetos científicos a partir da classificação por Áreas de Conhecimento, que congregam um conjunto de conteúdo ou grupos temáticos comuns, vem ao encontro da necessidade de uma estrutura sistematizadora que permita a construção de pontos de contato de pesquisa, reflexão teórica e uma percepção mais ampliada e complexa do próprio objeto de estudo. Além disso, a classificação permite-nos dimensionar as possibilidades de Interdisciplinaridade e Transdisciplinariedade.

No Brasil, a classificação de Áreas utilizadas é proposta pelas Agências Educacionais¹ que de maneira hierarquizada por especificidades aglutina objetos, em quatro níveis², a partir de suas relações com as atividades desenvolvidas nos contextos de conhecimento (prioritariamente pesquisa e ensino).

Neste contexto, a área de conhecimento à qual se vincula o Curso de Direito é denominada “Ciências Sociais Aplicadas”. No plano geral da Educação Superior, as Ciências Sociais constituem um ramo da ciência que agrupa diferentes campos do saber, e que tem por objetivo primordial estudar os aspectos sociais do “mundo humano” - mundo da práxis -, isto é, a vida social de indivíduos e grupos humanos, a partir de uma dimensão de inserção e atuação em sociedade.

Vincula-se a essa área vez que o Direito, objetivamente considerado, em qualquer aspecto em que se apresente, abarcado sob qualquer manto teórico, revela-se como um fenômeno de ordem social.

Nesta perspectiva, a primeira grande conclusão que se apresenta diz respeito à vinculação do Direito com grandes áreas de reflexão. Como fenômeno social

¹ Documento explicativo elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento Industrial (SDI/MD), a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e a Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em set/2013.

² “1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos.; 2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.; 3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.; 4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas.”

que é, suas inflexões englobam um olhar ampliado e pensado a partir e em direção a uma complexidade estrutural que exige o constante contraponto com os demais fenômenos sociais como economia, história e política.

Esta natureza científica promove e exige um estudo de sociedade extremamente cotejado pelo aspecto axiológico (valorativo), bem como orienta a construção de uma metodologia específica para seu estudo e sua prática.³

Ainda, o Direito agrega, em sua perspectiva pragmática – e por isso a vinculação como uma Ciência Aplicada –, uma relação imediata com a opção política estatal de uma sociedade (em nosso caso em um Estado de Direito) que se manifesta como um complexo orgânico do qual derivam todas as normas e obrigações (Ordenamento Jurídico) absorvido como de cumprimento compulsório pela sociedade, caso se queira alcançar a Sociedade desenhada (Segurança Jurídica, Justiça Formal e Material, Exercício pleno da Cidadania e Soberania, dentre outros).

Por esta percepção é que não dimensionamos o Direito como uma ciência com existência fechada em si mesma, mas com a perspectiva e amplitude necessária ao entendimento e compreensão do ser humano, de seus processos formativos e de desenvolvimento.

Nesta dimensão, interessa-nos compreender quais são as formas, estruturas e sistemas que o homem consegue criar para interagir em sociedade, sob que aspectos (naturezas diversas das obrigações em sociedade), quem são os sujeitos envolvidos (os sujeitos de Direito), e em que dimensões estabelecem-se as relações (plano econômico, político, social, cultural).

Os conceitos e institutos fundamentais que norteiam o Curso de Direito devem ser revistos e reorientados a todo o momento, exigindo-se uma constante atualização reflexiva, sob o risco de se perder a dimensão da aplicabilidade estabelecida na Área de Conhecimento - e consequentemente um Ensino não adequado às necessidades do curso (vale a ressalva de que as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas sobre o objeto cumprem esta função de direcionar e diagnosticar as necessidades de atualização da área de conhecimento).

³Neste sentido vale a lição de Karl Larenz ao estabelecer que “[...] a ciência do direito desenvolve por si métodos de um pensamento ‘orientado a valores’, que permitem complementar valorações previamente dadas, vertê-las no caso singular e orientar a valoração que de cada vez é exigida, pelo menos em determinados limites, a tais valorações previamente achadas. Nesta medida são as valorações susceptíveis de confirmação e passíveis de uma crítica racional”, sem que seus resultados possam “alcançar o mesmo grau de segurança e precisão de uma dedução matemática ou de uma medição empreendida de modo rigorosamente exacto”. LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. Trad. por José Lamego da 6. ed. alemã reformulada. 3. ed. portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

Neste diapasão, o respeito à natureza do próprio conhecimento jurídico será o elemento impulsionador da proposta de formação de um profissional intelectualmente autônomo e crítico, capaz de atuar no sentido de transformar a sociedade em que vive por meio do exercício de sua plena cidadania, com sólida e complexa formação técnica e humanística.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Identificação do Curso	
Nome	Direito
Endereço (igual consta de E-Mec)	Rua Buenos Aires, 283 – Centro – Rio de Janeiro
Ato autorizativo	Decreto Federal de 22/12/1992, segundo o Parecer 661/1992 do Conselho Federal de Educação (CFE) e reconhecido pelo Parecer CES97/2006, publicado em 25/04/2006 (Portaria 2413/2005). Renovado pela Portaria MEC nº 29, de 26 de março de 2012, publicado no D.O. de 28 de março de 2012.
Habilitação (se houver)	Bacharel
Modalidade de Ensino	Presencial
Turno de Funcionamento	Diurno e Noturno
Nº de vagas autorizadas	Período Matutino – 60 vagas por ano Período Noturno – 60 vagas por ano
Tempo de Integralização Máxima	16 semestres
Tempo de Integralização Mínima	10 semestres
Dimensão das turmas Teóricas e Práticas	Turmas Teóricas: máximo 60 discentes Turmas Práticas: máximo 35 discentes
Formas de ingresso	Processo Seletivo Universal e outros conforme Editais próprios.

O Curso de Direito foi criado em 1993, tendo sido autorizado pelo Decreto Federal de 22.12.1992, segundo Parecer 661/1992 do Conselho Federal de Educação (CFE), e reconhecido pelo Parecer CES 97/2006, publicado em 25.04.2006 – (Portaria 2413/2005), conforme os dados acima indicados.

Registre-se que inicialmente foi criado o curso de Direito da Faculdade Moraes Júnior, e que, em agosto de 2005, houve a associação do Instituto Presbiteriano Mackenzie ao Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBC). Desta forma, o IBC passou a ter como associado uma das instituições mais renomadas do país. O Instituto Presbiteriano Mackenzie mantém a Universidade Presbiteriana

Mackenzie (UPM), sediada em São Paulo, respeitada por sua excelência e tradição no oferecimento de cursos superiores.

O objetivo da associação foi agregar valores para as duas instituições. A partir da referida associação, e através da Portaria do Ministro da Educação nº 73, de 24 de janeiro de 2007, foi autorizada a alteração na identificação do curso, que passou a denominar-se Curso de Direito da Faculdade Moraes Junior Mackenzie Rio.

O Curso de Direito da FPM Rio está localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, próximo a Central do Brasil, maior terminal Ferroviário da Cidade e conhecida como o principal ramal integrador dos diferentes modais de transporte da cidade como trem, metrô, taxi e ônibus intermunicipal. A mobilidade resultante da sua localização possibilita que o Curso conte com no seu corpo discente pessoas das mais diferentes regiões da nossa cidade.

Inicialmente o Curso foi constituído na tradição negocial da Faculdade Moraes Júnior, consagrada como a primeira Escola de Ciências Contábeis do Brasil. Este fato foi observado pelo atual Projeto Pedagógico e conservado através do núcleo denominado Negócios e Cidadania Tributária.

Na confecção do presente PPC, foram observadas as diferentes origens do nosso corpo discente o que motivou a produção de uma matriz curricular que contemple uma sólida formação profissionalizante, aliada ao viés humanístico projetado transversalmente no projeto. Neste sentido, o presente PPC ampliou seu olhar humanitário, valorizando reflexões sobre Cidadania, Ética e Empreendedorismo.

O profissional formado pelo FPM Rio precisa ser identificado no mercado trabalho não só pelos seus conhecimentos específicos adquiridos no campo do Direito, mas também pelos valores éticos, empreendedores e igualitários que marcam a sua passagem pelos bancos escolares do FPM Rio.

5 FUNDAMENTOS DO CURSO

5.1 Eixo Norteador e o de Formação Fundamental

O Curso de Direito da FPM RIO pretende formar um profissional dotado de visão ontológica, epistemológica, holística e axiológica. Esses valores devem delinear o **eixo norteador** do curso qual seja: **Cidadania e Justiça Social como Instrumentos na Construção de uma Sociedade Empreendedora, Ética e Igualitária.**

Em relação ao eixo de formação fundamental, ao ingressar no curso de graduação em Direito o discente necessita construir bases que permitam concatenar a visão geral do fenômeno jurídico e seus conceitos elementares. Tal medida propicia ao futuro bacharel em Direito a construção do raciocínio jurídico necessário para o exercício de suas atividades laborais e a percepção do Direito como uma ciência social aplicada.

Nesse contexto, o currículo possui nas disciplinas **Fundamentos Histórico-Sistemático do Direito, Ciência Política e Teoria do Estado, Introdução ao Estudo do Direito, Sociologia do Direito, Antropologia Jurídica, Filosofia do Direito, Ética e Cidadania I, Ética e Cidadania II e Psicologia Jurídica**, instrumentos de construção dessas bases e o esclarecimento que a Ciência do Direito é constituída por diferentes áreas do conhecimento.

5.2 Temas Transversais

No sentido de desenvolver o eixo norteador do curso e fomentar a sua reflexão, foram estabelecidos temas transversais, com o intuito de difundir valores a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.

Por temas transversais entende-se uma categoria difundida pela Pedagogia e incorporada pelos Parâmetros Curriculares do Ensino, elaborados pelo Ministério da Educação. Os referidos temas, aliados a um eixo de formação concentrada torna-se capaz de promover sinergia para o pleno êxito do currículo proposto.

Desta forma, foram estabelecidos como temas transversais: **Acesso à Justiça e Métodos de Administração de Conflitos e Direitos Humanos: Diversidade, Acessibilidade e Sustentabilidade**, que se apresentam diretamente relacionados com a matriz curricular que possui como **eixo de formação concentrada denominado Dignidade da Pessoa Humana e suas Diferentes Nuances**.

Os Temas Transversais possuem como proposta estabelecer núcleos temáticos que possam promover entrelaçamento entre **Ensino, Pesquisa e Extensão**. Cabe ainda salientar, os temas analisados sob diferentes ângulos recebem assim uma abordagem sistemática em disciplinas a eles reservadas.

O tema do **Acesso a Justiça e Métodos Alternativos de Administração de Conflitos** será abordado no âmbito do **Ensino** nas disciplinas **Sociologia do Direito, Teoria Geral do Processo, Jurisdição Constitucional, Resolução Alternativa de Disputas, Direito Ambiental e Laboratórios de Prática Jurídica I a IV**, propiciando ao discente estudar os fundamentos teóricos e práticos que

embasam os institutos. Essa base permite que o discente interessado em refinar seus conhecimentos possa no **âmbito da Pesquisa** participar da Linha denominada **Acesso à Justiça: Desjudicialização e Administração de Conflitos na Esfera Comercial**, propiciando o aprofundamento das principais correntes teóricas, gerando no discente uma reflexão mais ampla do assunto. No **âmbito da Extensão** o **Projeto Conciliando na Saara** oferece para a comunidade local a possibilidade de administrar seus conflitos com o apoio institucional, o que permite reduzir o número de demandas judiciais e proporciona ao discente a análise de casos reais, monitorados por docentes integrantes do projeto.

Cabe ressaltar quanto as propostas no **Parecer CNE/CP nº 8/2012**, que trata das Diretrizes Nacionais Sobre Educação em Direitos Humanos, a FPM RIO oferece a comunidade seminários, fóruns de debates e atividades de Mediação de Conflitos, cumprindo assim, uma de suas metas institucionais na disseminação da respeitabilidade aos valores pertinentes a ética e cidadania. O Curso de Direito sensível a importância de um espaço para discussão e debate do tema, construiu e registrou junto ao **Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa – CNPQ**, o **Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Direitos e Diversidade – NEPEDD**, que ao longo dos últimos cinco anos vem realizando atividades acadêmicas que debatem os temas referentes etnia, raças, gênero e religião.

O segundo tema denominado **Direitos Humanos: Diversidade, Acessibilidade e Sustentabilidade** será abordado no **âmbito do Ensino** nas disciplinas **Direitos e Garantias Fundamentais, Ética e Cidadania I e II, Sociologia do Direito, Antropologia Jurídica, Teoria da Constituição, Ciência Política e Teoria do Estado, Relações Estatais, Bens e Intervenções, Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Organização e Tratados Internacionais, Relações Internacionais Privadas, Direito Ambiental, Direito e Sustentabilidade e Desenvolvimento de Políticas Públicas**. Tal medida vem ao encontro do estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e – **Pareceres CNE/CP nº 8/2012 e 14/2012**, com o propósito de discutir o papel da IES na formação de cidadãos éticos, defensores dos Direitos Humanos e dos valores democráticos, contrários a discriminação, ao preconceito e voltados para promover a erradicação da pobreza, a sustentabilidade e ao Meio Ambiente. Neste mesmo diapasão, o tema pretende ainda trabalhar as questões relativas ao meio ambiente, sustentabilidade e acessibilidade. No **âmbito da Pesquisa**, foram incluídas as linhas denominadas **Direito e Diversidade** e também **Regulação e Cidadania: O Estabelecimento de Novos Debates da Cidadania Urbana**. As presentes linhas possuem por objetivo discutir questões relativas à raça, gênero, etnias e religião e promover pesquisas empíricas para identificar controvérsias que

envolvam processos econômicos, políticos, sociais e culturais que possam gerar melhorias na qualidade de vida dos habitantes das grandes cidades. Ainda na sociedade moderna, vivenciamos ações desrespeitosas com minorias e constantemente violações a cidadania. Portanto, as práticas regulatórias do Estado Democrático de Direito precisam contemplá-las e medidas precisam ser propostas para erradicação dessas ações. No **âmbito da Extensão**, o **Projeto Enxergando um Bom Cliente e Ações Mackenzie Contra o Preconceito**, buscam inserir mais uma vez a instituição na comunidade e promover ações que possam fomentar o respeito aos Direitos Individuais de minorias e Portadores de Deficiência. Por meio da distribuição de Cartilhas Educativas, a FPM RIO pretende fomentar a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, estimular aos lojistas do Saara na implantação de pequenas medidas de possam produzir melhor atendimento aos consumidores Deficientes Visuais.

Assim, percebe-se que os conhecimentos teóricos abordados em sala, são refinados nas linhas de pesquisa e posteriormente capacitam o corpo discente para através da extensão promover a contra-partida institucional necessária ao desenvolvimento local. A FPM RIO cumpre assim o seu papel como agente de transformação e desenvolvimento na qualidade de vida da região.

Esse refinamento produz uma matriz curricular interligada em todos os seus aspectos, respeitando os diferentes ramos do Direito, produzindo efetivamente a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade, inaugurando um caminho reflexivo para a construção do ensino continuado nos cursos de pós-graduação.

5.3 Eixo de Formação Concentrada

Conforme amplamente ventilado no bojo do Projeto Pedagógico, a FPM RIO possui preocupação humanista e a percepção do indivíduo como criação realizada segundo a imagem e semelhança de Deus. Neste sentido, a matriz curricular possui como **Eixo de Formação Concentrada a Dignidade da Pessoa Humana e suas Diferentes Nuances**. Respeitar as diferentes nuances, significa ter sensibilidade para perceber que a FPM RIO encontra-se posicionada no coração do Rio de Janeiro, possuindo no seu corpo discente indivíduos de classes sociais, raças, etnias, oriundos de diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, o Projeto Pedagógico possui no seu DNA o fortalecimento dessa formação humanista distribuídas em três núcleos: **Núcleo I - Políticas Públicas e Sustentabilidade; Núcleo II - Negócios e Cidadania Tributária; e Núcleo III - Novos Direitos**. Os conteúdos dessas linhas serão abordados de forma mais minuciosa posteriormente no tópico relativo à matriz curricular.

O eixo de formação concentrada visa possibilitar ao discente uma margem de flexibilidade para no seu processo de formação buscar verticalização em alguns campos do saber jurídico, além de estabelecer linhas para a confecção do Trabalho de Conclusão de Curso e das Atividades Complementares. Além disso, em paralelo aos temas transversais, a FPM RIO, incluiu nas linhas de pesquisa e nos conteúdos curriculares a promoção da consciência de uma sociedade multicultural, o ensino das culturas Afro-Brasileira e Indígenas, premissas de uma sociedade igualitária. Essa temática é promovida por meio das atividades complementares, Seminários, Jornadas Científicas e através da linha de pesquisa denominada **“Direito e Diversidade”**. A presente linha, como já descrito anteriormente, tem por objetivo discutir questões relativas à raça, gênero, etnias e religião e promover pesquisas empíricas para identificar controvérsias envolvam processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Por outro lado, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP nº 8/2012, foi incluído o tema transversal os Direitos Humanos: Acessibilidade e Sustentabilidade com o propósito de discutir o papel da IES na formação de cidadãos éticos, defensores dos Direitos Humanos e dos valores democráticos, contrários a discriminação, aos preconceitos e voltados para promover a erradicação da pobreza. Neste mesmo diapasão, o tema pretende ainda trabalhar as questões relativas ao meio ambiente e sustentabilidade, visando promover ações extensionistas que aproximem a FACULDADE da sociedade em seu entorno.

Sendo assim, a comunidade será contemplada com a formação de indivíduos conscientes do seu papel de cidadão, dotados de espírito empreendedor, promotores de melhores condições de vida e participes na construção dos modernos paradigmas do Estado Regulador.

5.4 Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática

Conforme previsto na Resolução nº9/2004 do MEC, o Projeto Pedagógico aliou aos já mencionados eixos, os de Formação Profissional e o Eixo de Formação Prática.

A referida normativa estabeleceu que o **Eixo de Formação Profissional**, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizadas segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo,

Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Um terceiro eixo estabelecido pela normativa como necessário aos Cursos de Graduação em Direito foi o **Eixo de Formação Prática** que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com os Laboratórios de Prática Jurídica que contemplam as atividades relativas ao Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Cabe destacar, que atento a celeridade das relações intersubjetivas e negociais contemporâneas, que elevaram quantitativo de conflitos e, consequentemente, o número demandas judiciais, o Projeto Pedagógico absorveu as premissas elencadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Resolução Nº 125, de 2010, propondo a utilização dos meios adequados de tratamento de conflitos.

Tal incorporação tem por finalidade preparar o discente para administrar os conflitos pelo qual as áreas jurídicas são permanentemente confrontadas, reduzindo o número de demandas que necessariamente culminariam em demandas judiciais.

O Conselho Nacional de Justiça denominou por Resolução Adequada de Disputas (RAD), os métodos alternativos de administração de conflitos amplamente difundidos, como a Mediação, a Conciliação, a Arbitragem e a Negociação. Estes instrumentos heterocompositivos e autocompositivos, que podem ser utilizados judicialmente ou extrajudicialmente, visam prevenir e democratizar a participação social na composição dos seus conflitos.

Absorvendo esses valores humanitários a FPM RIO promove a difusão destes mecanismos de forma interdisciplinar permeando o presente Projeto Pedagógico nos seus três pilares (Ensino, Pesquisa e Extensão).

No **campo do ensino** foi instituída a disciplina **Resolução Alternativa de Disputas**, visando capacitar o discente na utilização de diversos mecanismos de composição de contendas. Ainda neste campo temos as **Práticas Simuladas e as Práticas Reais** que serão oferecidas nos **Laboratórios de Prática Jurídica**. A primeira, através das oficinas de Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem que constituem o conteúdo teórico das disciplinas que integram o eixo prático. A segunda contemplará atividades de atendimento a comunidade que busquem solucionar conflitos reais.

Neste **eixo prático** a FPM RIO busca ainda a intercessão entre a **pesquisa e a extensão** promovendo o atendimento a comunidade do SAARA no campo dos conflitos comerciais e da violação dos direitos da pessoa com deficiência.

No campo de pesquisa por meio da linha “Acesso à Justiça: Desjudicialização e Administração de Conflitos na Esfera Comercial” o discente será levado à reflexão da utilização das referidas técnicas de resolução de conflitos no contexto local.

No campo da extensão o Núcleo de Prática Jurídica oferece gratuitamente mediação de conflitos, promovida pelos discentes e docentes da Instituição para toda a comunidade, ampliando desta forma sua atuação e contemplando também a pessoa com deficiência.

Em resumo, **no campo teórico**, será a oferecida a **disciplina Métodos de Administração de Conflitos**, assim como projetos de Iniciação de Científica e cursos de extensão. **No campo da prática simulada**, serão oferecidas **oficinas de mediação, arbitragem, negociação e conciliação**, ministradas no Laboratório Núcleo de Práticas Jurídicas como parte do conteúdo programático das disciplinas teóricas. **No campo da prática real**, são realizadas **atividades de mediação, arbitragem, negociação e conciliação**, nos Laboratórios de Práticas Jurídicas, vinculadas as disciplinas teóricas, procurando-se solucionar conflitos reais surgidos no âmbito onde a FPM RIO está inserida.

Deste modo, teremos a formação de um egresso capaz de utilizar das habilidades e competências desenvolvidas no âmbito do RAD que serão utilizadas como mecanismo de harmonização social.

5.5 Finalidades do Curso conforme os contextos regional e nacional

O Curso de Direito da FPM RIO objetiva propiciar aos seus acadêmicos uma formação diferenciada, eficaz para a construção do perfil adequado ao exercício da profissão jurídica no contexto da complexa realidade contemporânea, de modo a capacitá-los a obter sucesso profissional no exercício das carreiras jurídicas, nas áreas pública e privada.

Na via da realização pessoal e profissional, visa-se, também, que os egressos estejam aptos a contribuir para a solução das magnas questões presentes na sociedade hodierna, como instrumentos de concretização da cidadania, em sintonia com os valores calvinistas, os quais, a partir do caráter confessional institucional, devem caracterizar a atuação dos futuros operadores do Direito de formação Mackenzista.

A perspectiva acima delineada revela-se crucial em sendo o curso ofertado no Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do país, na qual tende a crescer a demanda pelos serviços jurídicos, ínsita a uma cidade de grande porte, matizada pelas especificidades da capital carioca, com suas complexas questões sociais, econômicas, ambientais.

Não se pode também olvidar, que o caráter cosmopolita do Rio de Janeiro, que vive presentemente uma projeção internacional pelos grandes eventos programados para o atual quinquênio, tende a apresentar progressivamente novas questões em face do processo de globalização em curso, as quais terão reflexos na área jurídica, demandando respostas que esta pode engendrar, exigindo que o curso de Direito busque se adequar ao novo momento.

É também finalidade do curso despertar o interesse pelo desenvolvimento continuo da vida acadêmica, através de pesquisa, de monitoria, que incutam o amor aos estudos, ao desenvolvimento do conhecimento, à formação continuada e projetando o aperfeiçoamento em pós-graduação.

Em seus propósitos, o curso deve contemplar a contemporaneidade, marcada por crises e pelas continuas mudanças em seus múltiplos aspectos (políticos, econômicos, humanísticos), em que as questões éticas assumem significado maior, devendo o egresso estar consciente das mesmas, das demandas que o presente contexto traz, e do seu papel como profissional de formação sintonizada com os valores assumidos na missão institucional.

Na perspectiva dos aspectos postos nos parágrafos anteriores, visa-se, ainda, que o egresso seja dotado de autonomia, inexoravelmente nela implicada a responsabilidade pessoal, para a tomada de decisões exigidas em um contexto de contínuas mudanças e em especial visa o curso a ser reconhecido como uma proposta singular no cenário carioca, enquanto contribuição peculiar na área do ensino, que representa a consecução da missão assumida por seu mantenedor, Instituto Presbiteriano Mackenzie na preciosa área da educação.

Com relação aos aspectos geográficos e populacionais, o Município do Rio de Janeiro é dividido em 5 Áreas de Planejamento que, por sua vez, se subdividem em Regiões Administrativas e Bairros, num total de 6.320.446 habitantes segundo dados do censo de 2010 do IBGE, o qual corresponde a 53,4% da população da Região Metropolitana e a 40% da população estadual. Como estimativa para 2014, a população da cidade do Rio de Janeiro é de 6.453.682 habitantes.

A FPM RIO, está localizada na Área de Planejamento nº 1, Região Administrativa nº 2, abrangendo apenas o bairro do Centro do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Área de Planejamento e Regiões Administrativas – 2014 – Rio de Janeiro.



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2014

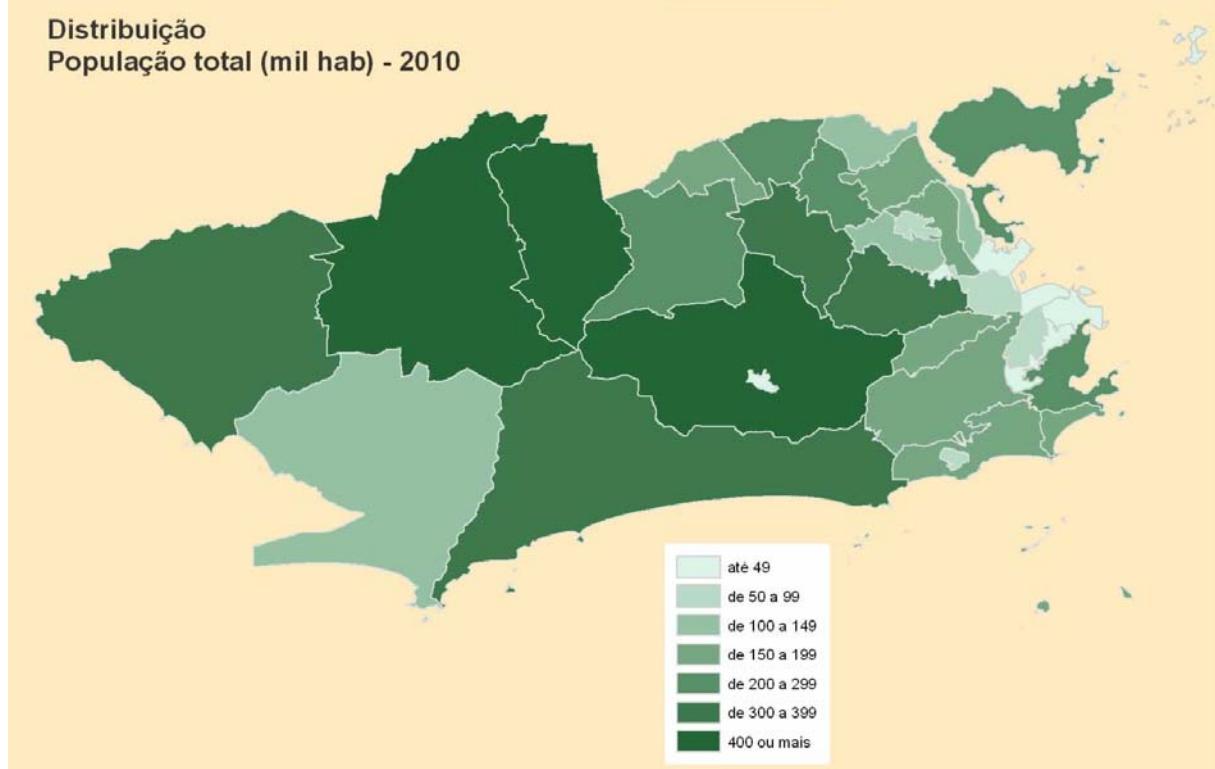
A área correspondente ao bairro do Centro do município da cidade do Rio de Janeiro onde a FPM RIO está inserida, ocupa uma área de 5,7 Km², correspondendo a 0,48% da área de todo o território e um total de 41.142 habitantes, representando 0,65% da população da cidade, conforme dados de 2014, expostos na tabela 1 e ilustrados na figura 1.

Tabela 1 - Resumo de áreas e população

Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Total
Total	6 320 446
Área de Planejamento 1	297 976
II Centro	41 142
Área de Planejamento 2	1 009 170
Área de Planejamento 3	2 399 159
Área de Planejamento 4	909 368
Área de Planejamento 5	1 704 773

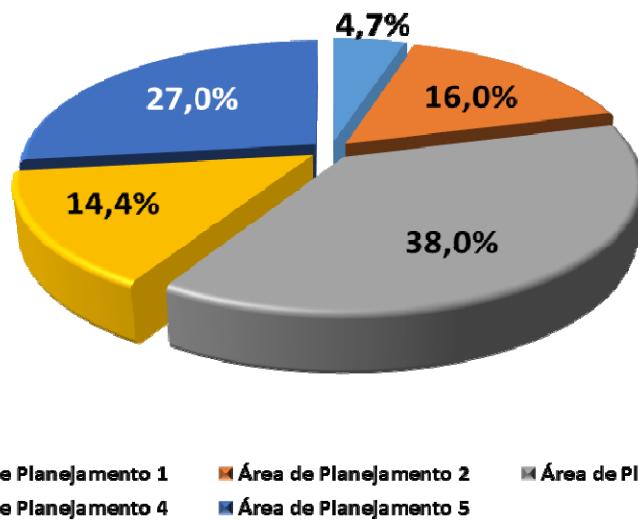
Fonte: Instituto Pereira Passos, 2014.

Figura 2 – Distribuição da População do Rio de Janeiro por Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2014.

Figura 3 – Distribuição da População do Rio de Janeiro por Áreas de Planejamento



Fonte: elaboração própria com base em Instituto Pereira Passos, 2014.

Com relação aos aspectos econômicos, a cidade do Rio de Janeiro, que é 2^a maior do país, possui uma População Economicamente Ativa (PEA) de 3,1 milhões de pessoas, sendo que na área de influência da FPM RIO, no bairro do Centro, concentra-se 25,4% dos empregos registrados na cidade do Rio de Janeiro e 69,1% dos empregos da sua área de planejamento. A economia

fluminense é 2^a do país em termos do produto interno bruto. Em 2011 correspondeu a 11,2% da economia brasileira, detendo uma renda per capita inferior apenas à do Distrito Federal e a do Município de São Paulo.

Por outro lado, o Rio de Janeiro é o 2º maior polo industrial do país, com destaque para as indústrias de petróleo, química, petroquímica, naval, farmacêutica e siderúrgica. Possuem ainda matriz na cidade as maiores empresas do país, a saber: Petrobrás S.A., Vale S.A. e Companhia Siderúrgica Nacional S.A.

Especificamente a área 5,7 km², de influência da FPM RIO, concentra, devido a sua localização, os principais atores econômicos e políticos do Estado como o Tribunal de Contas do Estado e do Município do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativas do Estado do Rio de Janeiro, Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro além dos escritórios centrais das principais empresas petrolíferas, siderúrgicas, prestadoras de serviços públicos como a CEDAE, Embratel entre outros como veremos a seguir.

A facilidade no acesso é outra característica marcante da FPM RIO, tendo em vista a proximidade com a Central do Brasil, conhecida como o principal ramal integrador dos diferentes modais de transporte da cidade como trem, metrô, taxi, ônibus intermunicipal. Essa mobilidade possibilita a integração com outras regiões da nossa cidade e grandes empreendimentos industriais da cidade, onde se pode destacar o Porto de Sepetiba, o mais moderno do país, o Polo Gás-Químico, que reúne um complexo de indústrias e unidades fabris de grandes empresas como Valesul, Ambev, Brasquímica e Gerdau.

Recentemente, o Estado do Rio de Janeiro inaugurou uma importante rodovia de integração dos municípios da Região Metropolitana o denominado Arco Metropolitano. Realizada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e apoio do Governo Federal, a via possui 145 km de extensão e foram investidos U\$ 350 milhões em cinco anos. Os investimentos previstos para o Arco Metropolitano, representam apenas 2,3% do total, se forem contabilizados os investimentos privados vinculados ao projeto, que poderão chegar a U\$ 16 bilhões.

De acordo com o Plano Estratégico 2013-2016 da Prefeitura do Rio de Janeiro, a mesma criou uma operação urbana consorciada na Região do Porto, conhecida como Porto Maravilha, localizada a aproximadamente 2 km das instalações da Instituição, para resgatar todo seu potencial social, econômico, cultural e turístico. Dentre os resultados esperados, temos: revitalização da área com a melhoria nas condições ambientais e de vida local, atração de novos moradores e empresas para a região; valorização do patrimônio histórico

e cultural e incremento do turismo na região. Desta forma, o desafio de preparar a população para as novas oportunidades de emprego e negócios que vão surgir e, ainda, fomentar a reflexão sobre a construção do futuro da região, serão tarefas fundamentais.

O estado também se caracteriza pela macrocefalia, por ter incorporado a seu território, em 1975, o Estado da Guanabara, cidade que, por tanto tempo regeu a economia do país, nas etapas colonial, imperial e republicana de sua evolução. Em geral, os indicadores socioeconômicos do município do Rio de Janeiro superam amplamente os dos demais, o que determina uma forte capacidade de atração de trabalhadores com as mais diversas qualificações para a cidade do Rio de Janeiro.

No centro desta cidade, a 11ª mais populosa do mundo e 2º maior do país, situa-se há 50 anos, a FPM RIO, herdeira da Faculdade Moraes Júnior, perfeitamente integrada à realidade de seu entorno, onde de há muito prevalecem as atividades do Setor Terciário, vale dizer, comércio e finanças. Em todo este período, profissionais formados nos cursos oferecidos pela Instituição inseriram-se no mercado de trabalho local, contribuindo para seu aprimoramento técnico e ético.

O crescimento populacional, econômico e social possui enormes impactos na esfera educacional. No caso da cidade do Rio de Janeiro e especificamente na região de influência da FPM RIO, essa preocupação torna-se ainda mais importante. O Município do Rio de Janeiro possui a maior rede pública de ensino fundamental do país, sendo o 2º município, no Brasil, em número de escolas públicas e privadas de nível médio, o antigo 2º grau.

5.6 Justificativa do Curso

O Estado do Rio de Janeiro, após as descobertas de grandes lençóis petrolíferos, reassumiu a posição de segunda maior economia do país. O território fluminense detém a quarta maior economia da América do Sul, maior do que a do Chile e representa cerca de 16% da economia brasileira. A maior parte da economia do Estado do Rio de Janeiro se baseia na prestação de serviços, tendo ainda uma parte significativa de indústria e, como acontece em economias desenvolvidas, insignificante participação da agropecuária, cuja região mais expressiva é o Norte Fluminense.

O setor secundário tem 37,5% do PIB estadual, destacando-se a metalurgia e a siderurgia, com a histórica CSN e a nova Siderúrgica do Atlântico. Há novos setores de gás-química, petroquímica, construção naval (o país voltou a crescer

e em 2009 tornou-se o sexto maior construtor de navios do mundo), automobilística, com empresas francesas no Sul do estado.

O Rio de Janeiro sedia as maiores empresas petrolíferas do país, incluindo a maior companhia brasileira, a Petrobras. Além dela, Shell, Ipiranga e El Paso têm aqui suas sedes e centros de pesquisa. Produzindo mais de 80% dos combustíveis distribuídos nos postos de serviço do País.

No entorno da FPM Rio concentram-se importantes entidades e órgãos estatais como o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a Delegacia da Mulher, Sede da Engenharia da Petrobras, Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente, Batalhão de Polícia Militar, a Chefia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional do Trabalho, Sociedade de Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega (SAARA), Quartel Central do Corpo de Bombeiros Militar, Banco Central (BACEN), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Serventias judicárias, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Departamento de Trânsito (DETRAN), Embratel, Vara da Infância e do Adolescente, Sede da Prefeitura, Centro Integrado de Atendimento ao Deficiente Mestre Candeia, Ministério do Exército, Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro, Biblioteca Real Gabinete Português, Hospital Municipal Souza Aguiar, Centro de Informações das Nações Unidas, Departamento de Estradas e Rodagens - DER, Sede da Light etc.

Dados divulgados pelo IBGE indicam que o Rio é hoje o segundo estado do Brasil por número de pessoas acima de 15 anos alfabetizadas, estando atrás apenas do Distrito Federal. Com a pujança relativa da economia carioca, que somente é suplantada por São Paulo (e às vezes por Minas Gerais), há uma gama de atividades empresariais e um conjunto de atividades no âmbito social, fruto da expressiva concentração humana, sobretudo na capital fluminense, que gera uma demanda crescente por serviços jurídicos nas áreas pública e privada. Foi a própria Constituição Federal quem estabeleceu esse pré-requisito para atuação em determinadas áreas do mercado de trabalho brasileiro⁴.

Nesse contexto, a oferta de um curso de Direito no cenário fluminense, em especial na capital do Estado onde o curso está localizado, tem o condão de atender às crescentes demandas sociais, em face das quais o profissional da área jurídica poderá desempenhar diversas atividades nas carreiras do setor público e do setor privado.

⁴ Diz o Art. 133 da CF, ao tratar das Funções Essenciais à Justiça: O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei." Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988_06.08.2013/art.133_sht_Acesso setembro/2013.

Pode-se ressaltar, inclusive que, para integrar a carreira em qualquer patamar dos órgãos judiciários públicos, os integrantes devem ser necessariamente formados em Direito. Ou seja, se observarmos a tripartição do exercício do Poder no Estado Democrático de Direito (Executivo, Legislativo e Judiciário), verificaremos que para um destes – o Poder Judiciário – o mesmo só é exercido e representando por aqueles que possuem formação e grau de Bacharéis em Direito.

Em qualquer instância de atuação nas carreiras jurídicas e no Poder Judiciário (Magistratura, Ministério Público, Delegados de Polícia, Procuradorias de Estado e de Municípios, Advocacia Pública, Docência do Ensino Superior em Direito, os notários, os assistentes de ministros de desembargadores dos Tribunais) deverá se ter a formação jurídica.

Além disso, o exercício da advocacia, das defensorias municipais, estaduais e da União são profissões que dependem de prévia aprovação do interessado em todas as etapas do curso de Direito.

Sem prejuízo de tais qualificações, o Curso de Direito não tem a sua finalidade delimitada por critérios essencialmente empregatícios. Destina-se, sobremaneira, a estimular e a consolidar uma perspectiva de raciocínio crítico do Direito, à luz dos impactos provocados pelas mudanças, retornos e transformações de paradigmas da sociedade contemporânea na ampla esfera de problemas, perplexidades e interesses públicos e privados, que fazem divisa ou até mesmo se confundem com as dimensões mais aglutinadoras, interdependentes e, por esta razão, mais atualizadas do Estado, desta forma enriquecendo, pois, a competência científica dos graduados.

Por isso mesmo, observamos que o aprendizado adquirido com a formação em Direito é altamente proveitoso no exercício de outras atividades ligadas às áreas de empreendedorismo, empresarial, imobiliária e em tantos outros setores das relações de convivência do ser humano.

Vinculado à visão e à missão de seu mantenedor, IPM, o Curso de Direito é um seguidor e aplicador da filosofia educacional Mackenzista, propiciando ao bacharelado, ao término da conclusão de seus estudos, uma formação integral, fundamentada na conscientização de cidadania responsável, no aprendizado teórico e prático da ciência do Direito, bem como uma habilitação técnico e profissional que respeita e valoriza a inteligência autônoma, proporcionando, inclusive, suficiente capacitação para interceder nas relações humanas e jurídicas, com ciência e consciência, como explicitado no PDI da IES.

As principais diretrizes institucionais compreendem sua consolidação como um polo gerador de conhecimentos e saberes específicos, vinculados às suas áreas de expertise e que contribuam para o desenvolvimento nacional. Isso reverbera na construção e implementação de projetos de pesquisa e ensino inovadores, destinados e vinculados a constante atualização tecnológica, além da gestão de políticas sociais e estatais.

Para realizar essa prestigiosa tarefa, que inegavelmente exige atenção redobrada na condução dos trabalhos que visam tornar efetiva a concretização das metas educacionais estabelecidas pela própria FPM RIO, o Curso de Direito mantém uma estrutura educacional administrativa extremamente bem estruturada, composta por docentes qualificados, um corpo administrativo convededor do Projeto Pedagógico, os quais se encontram distribuídos nos seguintes órgãos internos de Administração Acadêmica:

- Coordenação do Curso;
- Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- Colegiado do Curso;
- Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica;
- Coordenação de Atividades Complementares;
- Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso;
- Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Esta estrutura administrativa permite uma melhor compreensão, acompanhamento e desenvolvimento das atividades propostas no âmbito do Curso, bem como direcionam à uma prática mais colaborativa e democrática no âmbito decisório.

Registre-se que o curso de Direito da FPM RIO vem contribuindo neste cenário ante o sucesso que os seus egressos têm experimentado, com atuação na área da advocacia privada, no desempenho de carreira na área acadêmica e também no exercício de cargos públicos de expressão como magistrados, procuradores federais e estaduais, defensores públicos, polícia judiciária, receita federal e serventuários da justiça.

E a proposta do curso tem a sua justificativa em diversos aspectos que se fazem presentes no seu Projeto Pedagógico, destacando-se neste item significativas referências.

O curso foi inicialmente estruturado com foco na tradição da Faculdade Moraes Júnior em propiciar uma formação de qualidade aos seus egressos, processo que recebeu um efetivo aprimoramento por parte do IPM, entidade com sólida tradição no campo da educação voltada para a excelência acadêmica.

Na elaboração do presente PPC, aliada à busca de uma formação profissionalizante sólida (com diversos novos conhecimentos então ofertados), elegeu-se o viés humanista como um componente transversal do projeto, dada a importância da questão dos Direitos Humanos e da formação para o exercício da cidadania. Aspecto este que se revela fundamental em face da crise de valores na sociedade pós-moderna.

Neste sentido, o presente PPC amplia a perspectiva de valorização do ser humano, propondo, inicialmente, reflexões sobre Cidadania, Ética e Empreendedorismo, valores que pretendem formar um profissional capacitado para contribuir no desenvolvimento social e econômico, local e regional. Os futuros profissionais devem, no exercício de suas habilidades e competências, ter a capacidade reflexiva para a percepção das inovações constantes promovidas pela sociedade. Desta forma, precisam buscar, através do exercício epistemológico, a utilização dos instrumentos jurídicos capazes de promover o exercício pleno da cidadania e o crescimento sustentável.

A FPM RIO reúne os valores promovidos pelo IPM em seus 144 anos de história e a tradição nas áreas negociais da Faculdade Moraes Junior, propondo reflexões inovadoras no âmbito do Direito. A expressão “Inovar é a nossa tradição” reflete o espírito Mackenzista que envolve nosso corpo técnico-administrativo, docente e discente.

Baseados nas premissas expostas, o NDE e o Colegiado do Curso constroem o atual PPC, inovando-o, para adaptá-lo as realidades e desafios sociais. O eixo de formação concentrada denominado **“Dignidade da Pessoa Humana e Suas Diferentes Nuances”**, representa em seus três núcleos esse novo olhar, como veremos no ponto específico do presente projeto.

Assim, ante a necessidade da Ciência Jurídica acompanhar a realidade social em sua progressiva complexidade, atenta-se para o novo momento do Direito positivo brasileiro, o qual, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a consagrar o caráter principiológico. O processo ora destacado passou a prestigiar valores, apresentando mudanças para o modelo jurídico, em que o sistema se torna aberto, dotado de técnicas jurídicas para permitir o diálogo com a realidade, dentre elas as cláusulas gerais.

O processo em curso colocou um novo papel para os profissionais do Direito, em especial os juízes, na construção do Direito quando de sua aplicação. É a dialética entre a norma e a realidade, aproximando a Ciência Jurídica dos aspectos sociais, que impulsiona a necessidade do presente Projeto Pedagógico ampliar suas discussões, possibilitando ao discente, de um grande centro

urbano perceber as nuances dicotômicas e convergentes que cercam os ramos Público e Privado.

Dessa forma, entender a aplicação da norma como construção do Direito se faz necessário, e o presente PPC incorpora nos Laboratórios de Direito, presentes na nova matriz, o estudo de casos, em algumas temáticas, como metodologia de aprendizado a fim de levar o bacharelando a compreender a dialética entre os aspectos sociais e a norma na aplicação desta, processo em que se nota uma aproximação entre o nosso sistema (Civil Law) e o sistema da Common Law.

Tal opção se justifica ante o fenômeno da globalização, dos blocos regionais, pois os dois grandes sistemas de Direito do mundo ocidental (o Common Law e o Civil Law), que já vêm apresentando aproximações, precisarão lidar com a situação que os novos meios de comunicação e de transporte trazem para o convívio mundial, tendendo a criar a necessidade de formação que contemple o conhecimento das diversidades dos sistemas jurídicos, com destaque para se incorporar na metodologia de ensino e aprendizagem, o estudo de casos, base da formação no modelo da Common Law, em face da fonte do Direito ser baseada na jurisprudência, nos precedentes, implicado o “*method case*” desta última.

A possibilidade de internacionalização, para quem se formará em uma cidade cosmopolita como é o Rio de Janeiro, poderá ser um fator importante na construção do perfil do nosso egresso.

Por fim, não podemos deixar de registrar que a faculdade tem um setor específico para os estágios extracurriculares, e a demanda por nossos estudantes tem se revelado significativa. Os relatórios recebidos das empresas e dos escritórios jurídicos apontam como substancialmente satisfatório o aproveitamento dos nossos acadêmicos nos diversos estágios e do projeto de formação jurídica implementado.

5.7 Objetivos Gerais do Curso e Principais Enfoques

O curso visa o desenvolvimento das atividades de ensino, de extensão, e de pesquisa, para formar um futuro profissional com o perfil proposto, atento ao que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), em sintonia com as características estruturais e acadêmicas que se alinham, em perfeita sintonia, aos objetivos educacionais estabelecidos pela FPM RIO, instituição de ensino superior pluridisciplinar, confessional, destinada a formar discentes com valores humanos elevados, capazes de perceber e interpretar os paradigmas atuais, vislumbrar novas possibilidades e propor a criação de caminhos alternativos, face às demandas da contemporaneidade.

Declara o Curso de Direito seu integral engajamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da FPM RIO, se empenhando de modo a direcionar todo o seu esforço para manter o reconhecimento padrão de qualidade do Curso de Direito, que já se destaca entre os melhores do País.

Vislumbra-se aqui o objetivo de aumentar o seu índice de qualidade no quesito de Conceito Preliminar de Curso (CPC), cujo indicador tem como órgão gestor o INEP/Ministério da Educação, perseguindo o grau máximo dessa avaliação. Para tanto, já está implantado o processo contínuo de acompanhamento e autoavaliação do Curso e das atividades docentes, com a participação do corpo discente nesse processo.

Nessa premissa, o Novo Regimento Geral ampliou o diálogo e os propósitos do protagonismo estudantil no âmbito da instituição, garantido participação discente nos Conselhos da IES e a reestruturação do Direito Acadêmico.

Movido por essa diretriz, o Curso de Direito, com o apoio da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, incentiva, e incentivará mais e continuamente, a aquisição e a produção de conhecimentos gerados pelo próprio alunado. Sob orientação do corpo docente, estimula-se sempre a prática e a realização de projetos de iniciação à pesquisa, a difusão dos grupos de estudos e a firme sedimentação dos grupos temáticos.

Nessa linha de constante progresso evolutivo do Curso de Direito, outro vértice que se destaca é o objetivo de se ampliar, quantitativa e qualitativamente, a sua inserção no cenário acadêmico internacional, mediante a celebração de acordos que possibilitem a dupla titulação e a realização de intercâmbios de discentes e docentes. Para tanto, a FPM RIO, utilizando do apoio da Universidade Presbiteriana Mackenzie, oferece ao discente um sólido setor de intercâmbios institucionais promovido pela Coordenadoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional (COI).

É sabido que a razão de ser do Curso de Direito é o seu alunado, destinatário por excelência de nossa atenção educacional. Dessa forma, muitos são os objetivos a alcançar, mas, em resumo, pode ser dito que o nosso objetivo primordial é que os bacharéis mackenzistas estejam prontos para atuar em um Estado Democrático de Direito, de maneira socialmente útil, inspirados nos valores eternos do ideal de justiça, e que possam contribuir, como profissionais éticos e qualificados, para o permanente aperfeiçoamento e harmonia da convivência humana, sob os pilares de uma sociedade livre, justa e solidária.

Faz parte do desenvolvimento qualitativo do Curso de Direito o desenrolar de contínuo processo de qualificação do corpo docente, e da valorização individual dos seus componentes, sempre submetida a criterioso sistema meritório. Neste sentido a Faculdade semestralmente promove por meio da Semana Jurídica, da Jornada Científica e Jornada de Negócios, atividades de qualificação do seu corpo docente.

Além disso, o Curso de Direito também objetiva prestar sua solidariedade e firme cooperação às políticas institucionais de extensão, de responsabilidade social, de responsabilidade ambiental, de cultura e de filantropia da IES. Podemos citar como exemplo, as ações desenvolvidas pelo Mackenzie Solidário, pelos grupos de pesquisa e extensão, promovendo estudos sobre Acessibilidade, aprofundamento dos temas jurídicos pertinentes a pessoa com deficiência, além de campanhas solidárias para ajudar discentes e instituições que carecem de algum tipo de apoio.

O Curso de Direito FPM RIO busca proporcionar aos seus discentes a ampliação visual da importância do exercício profissional do Direito, ultrapassando os limites da preparação técnica que é comumente utilizada junto ao contencioso judicial, adicionando à formação dos bacharéis o aprendizado necessário para o exercício de liderança de grupos sociais, de modo que estejam igualmente habilitados a demonstrar suas competências e capacitações em proveito da sociedade, em intervenções ligadas aos meios alternativos e extrajudiciais preventivos, de mediação familiar, mediação empresarial, mediação condominial, de conciliação abrangente, de arbitragem e outros, favorecendo dessa forma a solução de conflitos individuais e coletivos.

Para realmente alcançar êxito em seus objetivos gerais e específicos, além das estruturas organizacional e acadêmica disponibilizadas pela Faculdade, seu corpo diretivo e a congregação de docentes, coesamente irmanados pelo espírito cívico e confessional de suas ações, executam fielmente a aplicação de matriz curricular composta de disciplinas teóricas e práticas que dão sustentabilidade ao projeto educacional global, moderno, qualificado e que atende as expectativas da comunidade estudantil e de seus familiares.

Na perspectiva da transdisciplinariedade, destacamos a formação propiciada da Educação Ambiental e em Direitos Humanos. Dentre os princípios da Educação Ambiental - abordada em suas dimensões humanística, holística, democrática e participativa, concebendo o meio ambiente como uma totalidade constituída pela interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural, propicia-se a ampliação da consciência crítica do graduando sobre a problemática ambiental local, regional e mundial, demandando, portanto,

responsabilidade de todos em prol da construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada e sustentável, como condição inseparável do exercício da cidadania e da preservação da vida.

Este mesmo exercício da cidadania é postulado pela Educação em Direitos Humanos, destinada a preparação da comunidade acadêmica para o exercício de seus direitos e responsabilidades na sociedade, respeitando e promovendo os direitos das demais pessoas, reconhecendo e valorizando as diferenças e a diversidade humana, sejam as de natureza sexual, gênero, étnico-racial, econômica, social ou cultural, bem como aquelas que implicam em condições de desenvolvimento e aprendizagem diferenciadas – pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação ou transtornos globais do desenvolvimento. Assim sendo, como cidadão responsável pela Educação em Direitos Humanos, almeja-se que o futuro bacharel em Direito se posicione contra toda e qualquer forma de violência, combatendo preconceitos e discriminações, devendo ser-lhe proporcionado, ao longo do processo de formação inicial, espaços coletivos de reflexão que impliquem na possibilidade do mesmo ressignificar suas representações do “outro”.

Aspectos inovadores podem ser observados no PPC, revelados na especialização temática que poderá ser propiciada por meio do **Eixo de Formação Concentrada**. O Projeto está dividido em **três núcleos temáticos** visando contemplar discentes oriundos de diferentes níveis socioeconômicos, integrados pela região densamente comercial que cerca a instituição de ensino, como apontado anteriormente nos contextos regionais do curso. Visa ainda flexibilizar o aprofundamento em campos específicos do conhecimento.

O **primeiro núcleo** denominado de **Políticas Públicas e Sustentabilidade**, inaugura no curso novas perspectivas reflexivas no âmbito do Direito Público. Vivemos em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, carente de serviços públicos de qualidade, estruturada de forma desordenada no que se refere ao campo da moradia e da habitação, portanto necessitada de espaços para discussão e construção de propostas concretas que possibilitem avanços no campo da cidadania e na valorização do princípio da dignidade da pessoa humana. Ainda neste núcleo, teremos espaço para discussão de temas tão importantes e significativos para o nosso Estado como novas matrizes energéticas, petróleo, gás, recursos hídricos, dentre tantos outros assuntos que precisam ser discutidos principalmente em nossa cidade. Baseados nessas premissas, a proposta é formar um profissional capacitado para refletir e indicar instrumentos jurídicos que contemplem mudanças sociais, munido de habilidades e competências que serão desenvolvidas através dos estudos das **Disciplinas Desenvolvimento e Sustentabilidade e Desenvolvimento de Políticas Públicas**.

O **segundo núcleo** denominado de **Negócios e Cidadania Tributaria**, preserva a tradição da Faculdade Moraes Júnior, que sempre primou pela formação de egressos capacitados para atuação no âmbito negocial. Neste sentido o discente poderá optar por cursar as disciplinas **Prática Trabalhista e da Seguridade Social e Prática Processual Fiscal e Tributária**.

O Profissional Jurídico da atualidade deve ter sua formação lastreada na sensibilidade para lidar com as diferentes nuances envolvendo a cidadania política, civil e principalmente a social. Nessa busca de valorização do ser humano, o PPC, sensível às inovações e as novas demandas jurídicas que envolvem a sociedade contemporânea, amplia suas fronteiras e propõem um **terceiro núcleo** denominado de **Novos Direitos**. Tal núcleo permite ao discente estudar temas extremamente desafiadores para o perfil do novo profissional do Direito como **Direito Digital e Eletrônico** e o **Biodireito**.

Todos os núcleos descritos passam a ser enriquecidos pelos diversos e valiosos aspectos que são adotados e projetados nas mantidas pelo mantenedor, IPM, que possui em sua missão há formação integral do ser humano.

O referencial acima exposto aponta para uma formação que prestigia os valores éticos estruturantes do viver em sociedade. E na perspectiva social e regional, a Cidade do Rio de Janeiro, onde a IES tem o seu campus e desenvolve a sua missão educacional, apresenta sérias questões sociais relativas à corrupção, à violência, ao meio ambiente, à criança e ao adolescente, ao idoso, as pessoas com deficiência e os aspectos relativos a acessibilidade, ao consumidor, à ocupação do solo urbano, às relações trabalhistas, e outras importantes temáticas no seio social, que justificam a formação de profissionais preparados para a construção de soluções para esses complexos problemas.

Com tais referenciais, o Curso de Direito da FPM RIO tem como objetivo geral formar um profissional versátil, que possa atuar nas carreiras pública ou privada, judicial ou extrajudicialmente, com o instrumental técnico-jurídico necessário ao bom desempenho de tais carreiras, observando proceder ético e pautando o saber no conhecimento do Direito como ciência.

Busca-se propiciar uma visão crítica e abrangente da sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, sociológicos, para que o egresso seja um cidadão consciente de seu papel e de sua responsabilidade no meio social, contribuindo, assim, para a formação de profissionais cientificamente

preparados, dotados de uma compreensão interdisciplinar dos fenômenos jurídicos em suas diversas dimensões, tanto no âmbito das atividades do setor público como do setor privado.

Por fim, objetivo específico é, ainda, produzir conhecimento sobre as questões de importância social ligadas às perspectivas do projeto pedagógico, através de pesquisas no Núcleo de Pesquisa, e ampliar, de forma progressiva, a vocação extensionista, com serviços à comunidade.

Além do objetivo geral de preparar o profissional para atuar com responsabilidade no seio social, e os específicos *usos* registrados, projeta o Curso de Direito da FPM RIO atingir a excelência acadêmica, fazendo-o através da qualificação de seu corpo docente e também pela realização de pesquisas para a produção de conhecimento, propiciando a iniciação científica de futuros pesquisadores, buscando a interação do ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o aumento do conhecimento sobre aspectos da sociedade que possam resultar em melhor desenvolvimento do curso.

6 CONCEPÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1 Articulação do Curso com o PDI

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, a FPM RIO é definida como uma instituição de ensino superior pluridisciplinar, confessional, destinada a formar seres humanos com valores de alto nível, capazes de perceber e interpretar os paradigmas atuais, vislumbrar novas possibilidades e propor a criação de caminhos alternativos, face às demandas da contemporaneidade.

A FPM RIO possui como meta formar cidadãos e profissionais qualificados, compromissados com o seu desenvolvimento pessoal e profissional e com o crescimento socioeconômico do país.

Nesse contexto, o Curso de Direito se mostra alinhado ao PDI quanto aos objetivos e princípios institucionais, contemplando aspectos relacionados com o ideal Mackenzista. Abaixo, estão apresentados os objetivos explicitados no PDI da FPM RIO e as respectivas ações de articulação com o Curso de Direito:

1. Estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo: um dos principais objetivos do Curso de Direito é a formação de profissionais aptos a desenvolver atividades nas várias vertentes jurídicas, com a compreensão crítica da atuação profissional, das implicações daí decorrentes e das suas relações com o ser humano, o ambiente e a sociedade;

2. Formação de recursos humanos aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira: o Curso de Direito privilegia a educação profissional, a fim de formar profissionais que atendam às necessidades do mercado de trabalho, porém com atuação orientada para a cidadania e responsabilidade social e ambiental;
3. Incentivo à investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia: na FPM RIO, a pesquisa é considerada parte integrante fundamental de sua missão e do processo de ensino, além de instrumento privilegiado de formação. Nesse sentido, há estímulo incessante para que os discentes do Curso de Direito se envolvam em atividades de pesquisa, a fim de promover o desenvolvimento social do Direito, no cenário regional, nacional e internacional;
4. Divulgação de conhecimentos culturais, científicos e disseminação do saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação: trata-se de um dos principais objetivos do Curso de Direito, a disseminação dos aspectos da história e da cultura, nos contextos regional, nacional e internacional;
5. Estímulo ao desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional: no Curso de Direito, a formação está voltada para o desenvolvimento da capacidade do profissional de atuar de forma dinâmica e criativa, buscando o contínuo aperfeiçoamento profissional, a comunicação e a troca de experiências com profissionais de outras regiões e nacionalidades.
6. Estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo globalizado e prestação de serviços especializados à comunidade: considerando que a profissão jurídica está inserida em um contexto globalizado, o discente do Curso de Direito é estimulado a compreender tal cenário e assegurar que sua prática profissional seja realizada dentro dos mais altos padrões de qualidade;
7. Promoção de atividades de extensão, abertas à participação da população: por meio da divulgação das atividades práticas desenvolvidas nas disciplinas jurídicas de formação geral, bem como de eventos, o Curso de Direito promove integração com a comunidade, com vistas à divulgação da produção acadêmica e profissional dos discentes;
8. Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da região em que está inserida: A atuação dos egressos do Curso de Direito da FPM RIO, com reconhecida qualificação profissional, contribui para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos na região.

Em atendimento ao que dispõe Resolução CNE/CES N°9, de 29 de setembro de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito, o curso da FPM RIO enseja condições para que o futuro operador do Direito seja capacitado a:

1. Exercer suas atribuições dotado de sólida formação geral, humanística e axiológica;
2. Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;
3. Postura reflexiva e de visão crítica que fomente capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

6.2 Perfil do Egresso

Projeta-se um egresso que seja dotado de sólida formação propedêutica e profissionalizante, para que possa atuar adequadamente preparado como profissional do Direito nas diversas carreiras jurídicas, com competência para desenvolver novos conhecimentos, necessários às contínuas mudanças da sociedade hodierna, ciente dos aspectos políticos, humanos, econômicos e sociais que envolvem o seu mister, tendo, assim, uma perspectiva crítica em relação ao saber.

A proposta do Projeto Pedagógico do curso de Direito busca formar um profissional do Direito ético, com responsabilidade social e humanitária, com múltiplas competências, por reunir um conjunto de características, competências e habilidades que outorguem ao egresso uma capacidade para atuar com propriedade na complexa sociedade hodierna. Um profissional preocupado com a proteção dos mais necessitados, a preservação do Estado Democrático, dotado de capacidade para elaboração de peças técnicas em geral, na defesa dos interesses de seus representados.

Na concepção do curso, este futuro profissional do Direito deve ter capacidade de leitura e compreensão de textos, clareza na utilização da linguagem jurídica, um dos principais instrumentos de afirmação do saber jurídico, que se revela num discurso complexo, possibilitando a argumentação, interpretação e a reflexão dos fenômenos jurídicos e sociais de forma crítica.

Busca-se, no perfil do egresso, agregar em sua formação acadêmica, estudos e experiências que outorguem autonomia no processo de criação do saber, pois, nos tempos atuais, de bruscas e contínuas mudanças, é indispensável que se aprenda a construir o conhecimento novo, em face da continua necessidade de aperfeiçoamento ao longo da vida profissional, face às novas demandas que a cada dia a sociedade pós-moderna exige. Para tanto, deve ser um profissional que possua domínio das novas tecnologias que permitam sua constante atualização.

Projeta-se incorporar também ao perfil de egresso a capacidade de construir e expor argumentações que sustentem e encaminhem a construção de soluções aos problemas sob sua responsabilidade, com base na compreensão do Direito como ciência, a fim de elaborar novos conhecimentos para lidar com a realidade em constante mudança. Para isso, deve ser dotado de uma completa cultura geral e jurídica.

Quer-se formar um egresso que saiba interpretar o Direito de forma abrangente, ética, com atuação interdisciplinar, dotado da capacidade de apreender o fenômeno jurídico pelo estudo de diversas fontes, em que o domínio da legislação seja propiciado pelo seu entendimento sob os enfoques doutrinário e jurisprudencial.

Que tenha a capacidade de atuação técnico-jurídica, fundamentada em raciocínio jurídico comprensivo dos diversos fenômenos sociais regulados pelo Direito como à diversidade em todos os seus aspectos, comprometido com o meio-ambiente, expressando o seu saber com escorreita terminologia jurídica.

Assim, O Curso de Direito da FPM RIO, atento às determinações das Diretrizes Curriculares do Curso, presentes na Resolução CNE/CES N° 9, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004, visa formar um egresso **“comprometido com a defesa dos valores humanos fundamentais, para atender interesses universalistas e coletivistas, em contraposição ao simples atendimento exclusivo de interesses individuais orientados à autopromoção. A busca pela valorização da dignidade da pessoa humana deve pautar sempre a sua atuação profissional tanto na vida jurídica, pública ou privada, quer pela via judicial ou pelo caminho extrajudicial, como na utilização dos métodos da Resolução Adequada de Disputas (RAD).”**

6.3 Competências e habilidades

Relativamente ao extenso campo de competências e habilidades que marcam o bacharel em Direito, na esfera de nossa expertise, o Curso de Direito, externa neste PPC a preocupação com o desenvolvimento de um trabalho constante de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas, de forma a favorecer cada qual dos seus discentes quanto o desenvolvimento de *competências e habilidades* para:

1. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão, com fundamentação ética e responsável;

2. Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
3. Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;
4. Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;
5. Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
6. Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;
7. Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
8. Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
9. Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
10. Atuar em equipe multiprofissional, particularmente nas atividades consultivas e contenciosas;
11. Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;
12. Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;
13. Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

6.4 Coerência do Currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN e demais legislações acadêmicas

O curso mantém perfeita coerência com os valores expressos na Constituição Federal, particularmente os preconizados no Art. 205 que ressalta como finalidade primordial da Educação (considerada como Direito Social Fundamental), o pleno desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para a cidadania.

Esta finalidade não só é respeitada pelo curso, como também é a diretriz orientadora da matriz curricular, objetivando compreender o fenômeno jurídico a partir da acepção de Direito e Desenvolvimento (buscando compreender as complexas relações jurídicas que envolvem o processo de crescimento e desenvolvimento do Estado e que impactam no desenvolvimento dos próprios cidadãos) e de Direito e Cidadania (buscando compreender como os fenômenos jurídicos indicam e condicionam toda a estrutura social e política da cidadania a fim de fortalecer o seu exercício e a consolidação do próprio Estado).

O curso mantém também perfeita coerência, visto que são integralmente obedecidos os ditames estabelecidos pela Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004, baixada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito, Bacharelado.

Todas as disciplinas que integram os Eixos de **Formação Fundamental, Profissional e Prática** são contempladas na Matriz curricular. Além disso, resta absolutamente clara e detalhada a concepção estrutural do Curso de Direito, que foi elaborada de modo a abranger todas as circunstâncias previstas na DCN, com a estruturação no PPC dos Eixos da Formação Fundamental, Profissionalizante e Prática, conforme detalhadamente se expõe no presente Projeto Pedagógico.

Portanto, no Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FPM RIO, sem prejuízo de outros, estão explicitados os seguintes elementos estruturais: “I – concepção e objetivos gerais do Curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social; II – condições objetivas de oferta e a vocação do curso; III – cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso; IV – formas de realização da interdisciplinaridade; V – modos de integração entre teoria e prática; VI – formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; VII – modos da integração entre a graduação e pós-graduação; VIII – incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; IX – concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica; X – concepção e composição das atividades complementares; XI – inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso.”⁵

⁵ Tudo conforme consta do §1º do art. 2º, da Resolução nº 9/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Essa sintonia de bons propósitos educacionais também acolhe a sistemática de ensino-aprendizado que vem sendo preconizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, tanto que o currículo se apresenta em formato moderno, compatível com as necessidades de uma sociedade marcada pelo uso da tecnologia e pelo surgimento de novos costumes, conceitos e abordagens (como Direitos Humanos e Direito Ambiental).

Particularmente, a proposta do curso atende aos requisitos da Instrução Normativa nº 01/2008 da OAB (Conselho Federal), evidentemente nos artigos 7º, 8º e 9º que tratam dos critérios para Autorização, Renovação e Reconhecimento do Curso.

Vale ressaltar que o Curso apresenta-se com caráter inovador ao propor uma forte sistemática de interpretação do Direito, vinculadas às modernas e desafiadoras discussões que estão contidas nos conteudos das disciplinas Biodireito, Desenvolvimento e Políticas Públicas, Direito e Sustentabilidade, Direitos Humanos, Prática Trabalhista e da Seguridade Social, Práticas Processual Fiscal e Tributária, Direito Digital, Resolução Alternativas de Disputas (RAD), inserindo-se, também, na abordagem dos grandes temas estratégicos nacionais, como a Acessibilidade, Direito das Minorias, Empreendedorismo, Ética e Cidadania.

Reitera-se que o Curso de Direito quer alcançar o alto padrão de qualidade em todas as atividades educacionais, e, para que possa realmente atingir esse objetivo, a Faculdade lhe proporciona o necessário suporte legal e material, os quais dão sustentação a uma estrutura educacional e administrativa composta por docentes qualificados e por dedicados funcionários que se encontram distribuídos em Coordenações específicas.

É política da IES, em consonância com sua Visão e Missão, garantir o atendimento de todas as leis governamentais. Assim, em cumprimento à Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, referente à Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Curso de Direito prevê, em sua matriz curricular, as disciplinas Antropologia Jurídica, Sociologia do Direito, Ética e Cidadania I e II, Direitos Humanos, nas quais se trabalha intensamente com textos que servem de reflexão e debate sobre estas questões. Não obstante, o respeito às diferenças e política de inclusão social também é trabalhado no programa de outras disciplinas do curso, de Filosofia do Direito, Direitos e Garantias Fundamentais, Tratados e Convenções Internacionais.

Além disso, em cumprimento ao Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, oferecemos a Disciplina de LIBRAS como disciplina de livre escolha optativa para os discentes. Essa disciplina visa não só preparar o egresso para o atendimento pleno à sociedade, mas consolidar os conceitos e a formação para a igualdade, objetivando apresentar metodologias que permitam compreender a complexidade dos seres humanos. Registre-se que a IES tem dado apoio aos estudantes com necessidades especiais nesse campo, pois tem intérpretes de LIBRAS, os quais vêm atuando no processo de ensino.

Por fim, atendendo ao direcionamento Constitucional (art. 225), a Educação Ambiental é também uma preocupação da FPM RIO, e em cumprimento à Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de junho de 2002 e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, o Curso de Direito incorpora ao seu projeto, nas Atividades Complementares e na Extensão atividades acadêmicas voltadas para esse tema, além do estudo dessa abrangente temática nos próprios conteúdos de disciplinas como: Direito Ambiental, Tratados e Convenções Internacionais, Direitos Humanos e Teoria da Constituição. Contempla-se ainda, ações pontuais que estimulam Projetos na Área Ambiental, debates promovidos em Jornadas Científicas, Seminários, Congressos, Grupos de Trabalho, dentre outros instrumentos de promoção do debate científico universitário.

Como é exposto no decorrer do PPC, a FPM RIO sustenta-se pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Se de um lado a função da FPM RIO é produzir conhecimento e torná-lo acessível, o que se dá através da pesquisa e do ensino, respectivamente, de outro, a extensão tem o papel preponderante de inserir a FPM RIO na concretude das relações sociais e suas situações cotidianas, tornando o conhecimento científico relevante, palpável, aplicável. Isso tudo orientado ao cumprimento da Lei nº 10.861/2004 (SINAES), particularmente no que diz respeito à Pesquisa e à Extensão, prevista no art. 5º, § 5º (ENADE).

Sob o ponto de vista de sua função social, o Curso de Direito da FPM RIO desenvolve continuamente ações de grande valor moral, de solidariedade em prol da comunidade, buscando salientar, o serviço à sociedade, demonstrando, além da produção do conhecimento, a sua utilidade prática destacando-se entre as seguintes atividades: a socialização do conhecimento construído em palestras e consultas jurídicas em instituições de projeção social, os cursos de atualização de conhecimentos, a orientação a atendimento jurídico aos hipossuficientes no Núcleo de Prática Jurídica, a produção de campanhas com distribuição de cartilhas estimulando a reflexão e valorização dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

A FPM RIO possui uma linha de pesquisa que se consubstancia no estudo da cidadania Acessibilidade Jurídica denominada “**Regulação e Cidadania: O Estabelecimento de Novos debates da Cidadania Urbana**” que objetiva estudar os enlaces viabilizadores de cidadania na cidade do Rio de Janeiro, em especial os advindos da mitigação ou ações afirmativas ligadas aos direitos civis, políticos e sociais.

Na sua abordagem social, possui uma sublinha denominada “**Acessibilidade Jurídica: Mecanismos de inclusão da pessoa com deficiência**” que objetiva estudar os mecanismos de inclusão social, a aplicabilidade e eficácia dos dispositivos legais voltados a essa grande parcela da população, além do direito de acesso a serviços básicos e as barreiras que obstaculizam a sua consecução pela pessoa com deficiência.

O trabalho do grupo de pesquisa se voltou inicialmente a inclusão da pessoa com deficiência no mercado consumidor através da conscientização dos comerciantes e comerciários com o intuito de romper as barreiras atitudinais. Nesse processo foi confeccionada uma cartilha e criado um projeto de extensão denominado “**Enxergue um Bom Cliente. Mackenzie Rio por um comércio inclusivo.**”, iniciativa que mobiliza o corpo discente e docente na conscientização dos comerciantes, voltada para a consecução de um atendimento humanizado e inclusão dessas pessoas.

Esse trabalho de conscientização será sucedido por um processo de qualificação dos discentes e docentes da instituição de ensino com o objetivo de capacitar gratuitamente os comerciantes locais em técnicas de atendimento às pessoas com deficiência através de oficinas ministradas nas dependências da instituição de ensino.

Destaca-se, assim, no escopo das atividades de Extensão, o Projeto Mackenzie Solidário, que projeta o desenvolvimento de ações que favoreçam à aproximação com a comunidade por meio da responsabilidade social; o Projeto Acessibilidade Jurídica, que propõem a discussão de questões pertinentes ao princípio da dignidade da pessoa humana e o fortalecimento do princípio da igualdade.

Ainda, como demonstrado neste PPC, a proposta do curso cumpre os ditames específicos das DCNs, em seu artigo 4º ao assegurar, uma “sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão

crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania”, que como se observa, mantém estreita coerência não só com o presente Projeto mas com os próprios ditames institucionais da FPM RIO.

6.5 Requisitos de ingresso ao curso

O Curso de Direito é destinado aos candidatos portadores do Certificado de Conclusão do Ensino Médio, como determina a legislação educacional.

Obedecendo às limitações institucionais e legais, o processo seletivo objetiva a classificação de candidatos para provimento de vagas oferecidas pela FPM RIO, previa e semestralmente divulgadas à comunidade.

Para cumprir o princípio da Publicidade, a IES publica a cada novo processo seletivo, Edital próprio, que contemple o descritivo dos procedimentos utilizados, critérios de avaliação e classificação, requisitos para ingresso e participação nos processos, bem como o calendário de atividades.

Para atender à ampla acessibilidade, a FPM RIO admite como formas de acesso ao curso:

- I - Acesso Universal**, para matrícula inicial nos Cursos oferecidos, realizado por meio de Processo Seletivo Universal (Vestibular);
- II - Transferência Externa**, em Curso de Graduação, para discente proveniente de outra Instituição de Ensino Superior;
- III - Portador de Diploma de Curso Superior** para candidato graduado em Curso Superior reconhecido;

Ainda, em acordo com as diretrizes institucionais e nacionais, a FPM RIO tem como possibilidade a utilização da nota do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) realizado pelo Ministério da Educação, de maneira complementar ou substitutiva, conforme será previsto no Edital específico.

O Processo Seletivo só tem validade para o semestre letivo para o qual tenha sido realizado. Além disso, é condição de matrícula inicial, o candidato ter sido classificado e convocado no Processo Seletivo em vigor.

O candidato que tenha realizado estudos equivalentes ao Ensino Médio no exterior deverá apresentar prova de equivalência de estudos fornecida por autoridade competente. Os requerimentos de equivalência de disciplinas serão analisados rigorosamente sob os aspectos de conteúdos programáticos e suas respectivas cargas horárias, sendo que, eventualmente, o candidato à vaga

sofrerá um acréscimo no tempo de integralização do curso pretendido, a depender dos resultados obtidos.

6.6 Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem

O Projeto Pedagógico Institucional, contido no PDI da FPM RIO, estabelece como base de sua Filosofia uma abordagem pedagógica interacionista, pois tem como ênfase um trabalho pedagógico de docentes e discentes com os conhecimentos específicos das diversas áreas de formação, que considera os processos que levam os discentes a alcançarem os resultados de desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal, favorecendo a progressão de novos conhecimentos dentro de cada área.

A abordagem exige que o docente parte de conhecimentos cotidianos dos discentes, aprofunde os conceitos teóricos e científicos com eles e busque como resultado o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes no discente ao longo do curso.

Buscar o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes não pode ser concebido como um esvaziamento do conteúdo, em favor de um trabalho centrado nas experiências e nos desejos dos discentes. Por sua vez, o conteúdo também não pode ser concebido como um instrumento de motivação da aprendizagem do discente. Pelo contrário, o conteúdo a ser trabalhado deve ser considerado como um conjunto de conceitos teóricos, sistematicamente relacionados, concebidos com base no conhecimento acumulado pelos pesquisadores da área ao longo da história. Assim considerado, o conteúdo disciplinar é fortalecedor da capacidade de organização hierárquica dos conceitos e do pensamento dos discentes, bem como de suas habilidades de lidar com ele nas situações cotidianas, tanto técnicas, acadêmicas, como éticas. A partir dessa abordagem de caráter interacionista, o curso incentiva o protagonismo estudantil no processo de ensino-aprendizagem. O que se propõe ao discente, inclusive no âmbito das DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) é que seja ativo no desenvolvimento das habilidades, competências e atitudes que o conteúdo demanda. As metodologias de ensino devem favorecer esse protagonismo, utilizando-se de técnicas consideradas ativas, como pesquisa, resolução de problemas, estudos de caso, entre outras que poderão ser desenvolvidas. Essa abordagem pedagógica cria condições para o desenvolvimento da capacidade do discente de “aprender a aprender”, incentivando-o à busca de informação e da formação continuada exigida para a sua atuação na sociedade.

Diante do exposto, entende que o modo como o docente desenvolve o processo de ensino e aprendizagem permitirá o desenvolvimento do discente.

Docente, conteúdo e discente desempenham papéis fundamentais e complementares. O papel do discente no processo de aprendizagem é um papel ativo.

Os docentes são orientados a desenvolver um trabalho que confirma os valores de formação integral do ser humano, reafirmando os valores bíblicos e cristãos de que o homem é uma criatura que deve se responsabilizar pelos seus atos, que deve agir com responsabilidade e com princípios de sustentabilidade no uso de recursos da natureza e que deve agir em direção ao outro, com respeito e valorização pelo outro como criatura semelhante a si.

Assim, o processo de ensino e aprendizagem ganha relevância. O ensino não será centrado no docente, apesar de sabermos que é ele quem articula inicialmente os saberes e a prática ao planejar sua aula; mas não é também centrado no ativismo do discente. Há uma articulação entre os saberes da área, os saberes do docente e as ações do discente com estes saberes no processo de se apropriar e conhecer e de desenvolver suas competências.

Para dotar a formação dos discentes com as características gerais e as específicas retro explicitadas, orienta-se o corpo docente do Curso de Direito a colocar em prática metodologias de ensino ativas, ou seja, aquelas que promovem o desenvolvimento de competências e de habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o exercício de profissão ligada à área da ciência jurídica. Nesse sentido, adota-se o sistema didático pedagógico que se destaca pela integração simultânea da teoria com a prática.

Isso deve ser revelado pelo docente e pelas estratégias que ele utilizar, desde a proposição dos objetivos de aprendizagem expressos nos Planos de Ensino, de maneira a declararem a inter-relação de competências e habilidades, até o desenvolvimento das atividades de aprendizagem na aula, que utilizem estratégias que promovam a articulação entre o saber fazer e o saber conhecer do discente além de desenvolverem atitudes específicas na direção do saber ser.

Percebe-se que as competências e as habilidades que marcam o bacharel em Direito resultam de uma visão formada pelo processo de ensino que não se concentra unicamente no docente, apesar de se lhe atribuir o papel de principal articulador entre os saberes e a prática, especialmente no momento em que planeja suas aulas. E essa visão educacional se completa com o aprendizado, que também não é exclusivamente centrado no ativismo do discente. Portanto, há uma simbiose que se fundamenta na articulação entre os saberes da área, os saberes do docente e as ações do discente.

Desse modo, a gestão da sala de aula é de extrema importância para uma instituição de ensino que promove a pesquisa e a extensão, e que o faz a partir de valores e princípios fundamentados na fé cristã, visto sua confessionalidade. Difunde-se entre os docentes a certeza de que o objetivo da docência é a aprendizagem e o aperfeiçoamento do discente e dos conhecimentos que este tem. É a formação do discente para melhor atuação ética e profissional. Para se atingir este objetivo, o docente deve imprimir esforços didáticos para organizar e desenvolver os programas com diversos métodos de ensino utilizados a fim de alcançar diferentes modos e estilos de aprendizado dos docentes.

Firmando-se no conteúdo programático de cada disciplina, o docente deve descrever quais serão os recursos e procedimentos que serão utilizados no decorrer do semestre letivo de sua disciplina.

Entende-se que as aulas de todas as disciplinas do currículo devem ter natureza teórico-expositiva, visto tratar-se do melhor instrumento de aquisição de conhecimento a propiciar o pensamento crítico-reflexivo. Esse método deve ser necessariamente acompanhado de incessante pesquisa e de aulas teórico-práticas vinculadas ao Núcleo de Prática Jurídica. Nada impede que o docente estimule, alternativamente, o debate ou discussão sobre um texto-leitura, sobre a apresentação de discente ou grupo, sobre a análise de julgados, mas sempre com a sua introdução prévia, permitindo o direcionamento objetivo da discussão, a confiança dos discente e o seu remate-síntese conclusivo.

Ao assim proceder, o docente promove uma interação com seus discente e provocará uma interação entre eles, além de se relacionar com todos os aspectos administrativos da escola, a fim de que a sala de aula tenha um funcionamento adequado.

É claro que a aferição qualitativa dessa estrutura metodológica de saberes, estrategicamente dosada pela sistematização do conhecimento, desenvolvimento e apropriação do processo de ensino-aprendizagem, necessariamente demanda o emprego de um rotineiro sistema de avaliação dos discentes. Por isso é que se adota um procedimento fracionado de avaliação, utilizado com o propósito de fornecer dados reais sobre o aproveitamento das competências propostas para cada componente curricular.

6.6.1 Avaliações da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um processo que realimenta tanto o desenvolvimento do discente como os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos pelos docentes, portanto, a FPM RIO tem como meta desenvolver estudos permanentes para o aperfeiçoamento desse processo,

aprimorando as práticas avaliativas dos docentes e estimulando o uso excelente de recursos tecnológicos voltados para esse fim.

Em seu contexto integral a avaliação caracteriza-se por ser diagnóstica e informativa do próprio sistema metodológico, notadamente pelo fato de que pode auxiliar tanto o docente quanto ao discente a fazer ajustes durante o período de aprendizagem. Por isso, por estar diretamente relacionada ao processo de aprendizagem e de ensino, a avaliação deve ser condizente, inclusive do ponto de vista metodológico, com o que é desenvolvido em sala de aula.

Assim, a cada semestre se concretiza um momento de avaliação somatória de atividades, em que os resultados serão aferidos e registrados para fins de aprovação.

Na prática, a avaliação se realiza por meio de instrumentos diversificados, mas que buscam privilegiar a utilização do raciocínio intelectivo do discente, afastando-se de práticas meramente decorativas de assimilação de frases. Inicialmente executa-se a avaliação intermediária, constituída de provas intermediárias, que podem ser compostas pela aplicação de provas: expositivas; dissertativas; objetivas; práticas; expositiva/dissertativa; expositiva/objetiva; dissertativa/objetiva; expositiva/prática; dissertativa/prática; prática/objetiva. Podem ainda compor a nota da avaliação intermediária a apresentação complementar de trabalhos, individuais ou de grupo. Posteriormente, próximo do término do semestre, os discentes são submetidos à avaliação final, mediante a aplicação somente de provas.

Por fim, para identificação do Aproveitamento de Estudos nas Disciplinas, observadas as especificidades didático-metodológicas de cada Componente Curricular, serão aplicados processos específicos de Avaliação.

As avaliações serão realizadas no decorrer do semestre letivo, em caráter contínuo e em acordo com os Planos de Ensino apresentados, em número não inferior a dois processos avaliativos.

Considerar-se-á aprovado o discente que obtiver a média mínima 7,0 (sete), resultante do cálculo efetuado entre a somatória (média) de no mínimo dois instrumentos de avaliação aplicados no semestre.

Se não obtiver como resultado final a aprovação da disciplina, o discente poderá se submeter a um Exame Final que será utilizado para o novo cálculo da média final.

Ressalte-se que no que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso, na disciplina TCCII, a aprovação se dará mediante a aprovação em Banca Examinadora de TCC, sendo praticada a mesma média final das demais disciplinas.

6.7 Estratégias de flexibilização curricular

As estratégias de flexibilização do currículo adotadas pelo Curso de Direito são aquelas que procuram moldar-se às orientações educacionais estabelecidas pela própria FPM RIO (descritas no PDI). De acordo com essas orientações, é necessário que o Curso de Direito estabeleça as diretrizes curriculares que “assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem”, tudo conforme determina o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001, e pareceres do CNE nº s. 776/1997 e 583/2001).

Nesse sentido, o Curso de Direito buscou ampliar a flexibilidade curricular como prática pedagógica que favorece o desenvolvimento da autonomia do discente e a sua formação interdisciplinar e integral. Essa flexibilização exige que se coloque em prática um sistema permanente de atualização, adaptação e revisão interdisciplinar e pluridisciplinar, especialmente no campo das disciplinas propedêuticas que integram as organizações curriculares, bem como nos núcleos optativos.

Os núcleos optativos contemplados na matriz curricular do PPC possibilitam a escolha pelos estudantes quanto à respectiva formação, e dada a conformação dos cursos da IES permitem a apreensão de conhecimentos diversos na área de inserção do Direito (Ciências Sociais Aplicadas), uma vez que disciplinas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas são ofertadas aos estudantes, no que também permite o contato com discentes dos outros cursos, aspecto que se fará presente na futura atuação profissional, que trabalhará com interação com outros profissionais, promovendo o aprendizado de saber trabalhar em equipe interdisciplinar.

Ainda nos termos das orientações educacionais estabelecidas pela FPM RIO, menciona-se que uma das habilidades exigidas pela “sociedade do conhecimento” é a de trabalhar em grupo, ou seja, pensar coletivamente, com pessoas que tenham pontos de vistas e conhecimentos diferenciados. Entendemos, portanto, que favorecer a convivência entre discentes de diferentes áreas do saber por meio de disciplinas que tenham um eixo comum é uma forma de desenvolver essa habilidade.

Vale destacar-se que o fato de ampliar o desenvolvimento de atividades relacionadas a empreendedorismo, incluindo no currículo a correspondente disciplina que oferece conhecimentos e que estimula essa tal prática, torna-se também uma exigência que se faz na inserção social dos cidadãos.

Para melhor aproveitamento dessas estratégias, articula-se, no processo de formação do discente, maior comunicação e permeabilidade entre diferentes áreas disciplinares, buscando eixos comuns, conteúdos e questões que permitam a formação ampla dos graduandos. Neste sentido, as disciplinas Ética e Cidadania I e II, Princípios de Empreendedorismo I e II, Metodologia da Ciência e Metodologia Científica promovem este Eixo Universal de integração e flexibilidade de forma transversal com todos os cursos.

A matriz curricular foi construída na perspectiva de possibilitar ao discente ampliar seu transito em outros campos do saber, assim como, a promoção do diálogo com outros cursos. Neste sentido, foi alocada ainda na 3^a etapa, a disciplinada **Optativa I**, que possibilita ao discente escolher entre as várias disciplinas que estejam sendo oferecidas no âmbito da FPM RIO como **Administração I, Gestão de Recursos Humanos I, Contabilidade I, História Econômica Geral, Perícia Contábil e Economia Política**.

O discente que pretenda seguir carreira na Advocacia Privada, por exemplo, poderá optar em cursar as Disciplinas Administração I e Contabilidade I adquirindo assim noções básicas que auxiliem na Administração dos seus negócios, dos seus contratantes ou das suas próprias carreiras. Discentes que estejam perseguindo carreiras públicas ou concursos nas áreas de finanças, poderão optar por Perícia Contábil ou pelas disciplinas econômicas, como forma de ampliação da sua visão sobre os respectivos temas. No caso da Advocacia de Empresas, a disciplina Gestão de Recursos Humanos I, capacita o discente para melhor interagir com os administradores que tradicionalmente atuam nos setores de Recursos Humanos das empresas. Temos ainda, nas disciplinas contábeis, possibilidade do discente complementar sua formação no âmbito da tributação.

Com a progressão na matriz curricular, o discente vai adquirindo maturidade acadêmica, o que permite a concessão de uma margem de liberdade que venha agregar valores subjetivos em sua formação. Neste sentido, ao chegar na 9^º e 10^º etapa, o discente poderá através das disciplinas Optativas Especiais I e II, escolher núcleos que proporcionam ênfases na sua formação.

Como já descrito anteriormente, o núcleo de **Negócios e Cidadania Tributaria**, mantém a tradição da FPM RIO, oferecendo disciplinas com enfoque negocial, como **Prática Trabalhista e da Seguridade Social** e **Prática Processual Fiscal e Tributária**. O segundo núcleo, chamado de **Políticas Públicas e Sustentabilidade**, aproxima o curso das questões político-sociais, habitualmente tratadas pelo Direito Público, neste caso, através das Disciplinas **Desenvolvimento e Políticas Públicas** e **Direitos e Sustentabilidade**. Fechando o conjunto das disciplinas que integram as linhas de especialização, temos um terceiro e último núcleo denominado de **Novos Direitos**. O mesmo permite ao discente estudar temas extremamente desafiadores para o novo perfil profissional do operador do Direito como **Direito Digital e Eletrônico** e o **Biodireito**.

A flexibilidade também pode ser mensurada pela capacidade de construção e utilização de diferentes referenciais e modelos pedagógicos no curso, particularmente os referentes aos trabalhos coletivos.

6.7.1 Estratégias de Internacionalização

A FPM RIO possui convênio de cooperação com a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), sendo ambas mantidas pelo IPM e em face da cooperação, a UPM dispõe de uma Coordenadoria Internacional (COI), órgão subordinado à Reitoria, que estabelece parcerias com instituições internacionais e orienta os discentes interessados em busca de oportunidades de intercâmbio, que pode ser realizado em instituições conveniadas em vários países e a partir de diferentes programas, como o Ciência sem Fronteiras. Tal possibilidade é ofertada aos estudantes da FPM RIO.

O intercâmbio é incentivado visando estimular a participação do discente em uma dimensão global e multicultural, enriquecimento sua aprendizagem com as características de outras culturas, assim como a convivência internacional, cuja viabilização enriquecerá a educação ofertada.

Para o discente se candidatar a qualquer oportunidade internacional, ele deve possuir bom desempenho acadêmico. O discente também deve ter claro o objetivo de sua viagem, que deve ser estritamente acadêmico, já que representará a FPM RIO como instituição de ensino em outro país. Com esta clareza, o discente consegue escolher de forma adequada as disciplinas que irá cursar de acordo com as especificidades da instituição de ensino de destino. Os editais, que poderão ser acessados pelo Portal Mackenzie Rio, na internet, descrevem os demais requisitos exigidos aos discentes.

6.7.2 Estratégias de interdisciplinaridade

Segundo Ivani Fazenda (1994), a interdisciplinaridade nasceu na França e na Itália, em meados da década de 60, num período marcado pelos movimentos estudantis que reivindicavam um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica. De fato, esta visão sobre o trabalho com o conhecimento veio a ser corroborada na filosofia com as contribuições de Edgar Morin. Este introduziu o conceito de complexidade no mundo pedagógico. Ele definiu o termo como sendo “o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal” (MORIN, 2001:20).

Tem havido grandes movimentos e proposições no campo da pedagogia incentivando e promovendo a organização de currículos de forma mais interdisciplinar; a inserção de temas transversais, o trabalho com projetos. No entanto, o sistema educacional ainda está fragmentado. Os conteúdos e disciplinas são, em geral, trabalhados de maneira isolada pelos docentes. Não costuma haver uma associação entre as disciplinas. Contudo, na FPM RIO, a partir mesmo de sua fundamentação filosófica, há uma busca pelo estabelecimento de relações entre os conhecimentos. Compreende-se, em concordância com Schaeffer, que uma educação verdadeira “significa pensamento pela associação de várias disciplinas, e não apenas ser altamente qualificado em determinado campo, como um técnico deve ser”. (2002:30).

Segundo tal orientação o Curso de Direito aderiu ao entendimento de que a interdisciplinaridade não está ligada apenas à organização dos conteúdos em si, mas também à ação do docente e do processo de ensino que ele utiliza para que o discente efetivamente aprenda, bem como à organização que a FPM RIO propõe para que o discente se movimente entre as várias áreas de conhecimento e disciplinas acadêmicas.

Do próprio PDI se extrai que tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinariedade ocorrem no sujeito, ou seja, no docente e no discente, as quais surgem a partir das possibilidades concebidas no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem. Com relação ao docente, indivíduo dotado de capacidade reflexiva e hábil para planejar o processo do ensino, cumpre atravessar as fronteiras das disciplinas e facilitar a interlocução do discente com as realidades fáticas contemporâneas. No outro extremo, está o discente sendo constantemente estimulado a praticar o protagonismo estudantil, tendo como desafio utilizar dos habilidades e competências adquiridas durante o curso na busca de soluções para os temas revelados no cotidiano.

Por exemplo, as metodologias ativas utilizadas em diversos componentes curriculares que propiciarão o diálogo e a construção sincrônica de conhecimentos na área jurídica, particularmente nas atividades que envolvem tomada de posição, análise de casos jurídicos, simulações de processos decisórios, júri simulado, dentre outras.

Não será demasiado lembrar que a Filosofia Educacional, a Missão e a Visão assumidamente declaradas pela Instituição, e também abraçadas pelo Curso de Direito, objetivam formar profissionais dotados de: a) Formação generalista, humanista e reflexiva; b) Visão do seu contexto socioeconômico e cultural; c) Preocupação ambiental; d) Visão crítica, criativa e empreendedora; e) Competências e habilidades requeridas para o exercício profissional no vasto campo da área jurídica; f) Atitudes com ênfase nos princípios e valores de uma da confessionalidade reformada.

Nesse sentido, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito tem liberdade para inovar e usar a criatividade na elaboração e revisão do Projeto Pedagógico, atentos para sempre propiciar a inserção de disciplinas novas, voltadas para produção de efeitos educacionais acima visados, bem como o redimensionamento das Atividades Complementares e do protagonismo estudantil como forma de estímulo à interdisciplinaridade, que deve ser praticada em termos de realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nesse afã, algumas soluções já são adotadas no PPC:

1. O estudo de temáticas de diversos campos do saber, entrelaçando os conteúdos humanísticos e os profissionalizantes;
2. Eleição de tema comum a docentes e discentes dos cursos da IES para análise no semestre letivo, propondo debates em comum nas Jornadas de Negócios e nas Semanas de Iniciação Científica;
3. Inserção nos programas de disciplinas de temas sociais e profissionais eleitos pelo NDE do curso para abordagem em distintos enfoques pelo viés de diversas ciências, como no caso da Acessibilidade, Sustentabilidade, Diversidade, Acesso a Justiça e Direitos Humanos;
4. Face o advento do Constitucionalismo, estudo nas diversas disciplinas do curso dos elos fundamentais com os princípios, valores e normas constitucionais, dada a projeção do Direito Constitucional nas demais disciplinas jurídicas no presente momento;
5. Estudo de conhecimento das outras ciências dos cursos da IES.
6. Incentivo ao trabalho de graduação interdisciplinar.

6.7.3 Estratégias de integração com à Pós-graduação

A FPM RIO vem ofertando cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de Ciências Contábeis e o desenvolvimento projetado para essa importante via de formação continuada contempla ofertar novos cursos de especialização, na área do Direito, o que permitirá o aprofundamento de estudos em temáticas específicas de interesse dos egressos, especialmente aqueles que tenham vinculação com os parâmetros do PPC.

6.7.4 Possibilidades de integralização de disciplinas fora da matriz curricular como eletivas

O Projeto Pedagógico prevê que o discente curse disciplinas eletivas fora da matriz curricular, nos demais cursos de graduação da FPM RIO, desde que assuma os encargos financeiros relacionados. Se aprovado na disciplina, o discente receberá horas de atividades complementares correspondente à carga horária da disciplina cursada, conforme os parâmetros estabelecidos no Regulamento de Atividades Complementares.

6.8 Políticas Institucionais de Apoio Discente

A FPM RIO, em cumprimento à sua Visão e Missão institucional e em consonância com seus valores, preocupa-se com o desenvolvimento integral de seus discentes. Uma formação integral deve considerar o discente em seus aspectos cognitivos, afetivos, físicos e espirituais. Esta preocupação se traduz na criação de setores específicos para garantir acessibilidade física, pedagógica e atitudinal.

Por meio dos trabalhos realizados por suas diversas Coordenadorias, atua para a realização e divulgação de eventos acadêmicos, tais como congressos, encontros e seminários, além de incentivar o intercâmbio acadêmico nacional e internacional, como também acompanha a execução, das políticas de monitoria, estágios, trabalho de graduação interdisciplinar e atividades complementares e, por final, divulga os trabalhos e a produção científica e tecnológica dos discentes. Abaixo segue a indicação e uma breve sinopse de cada departamento relacionado com o tema.

COORDENADORIA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: A referida coordenadoria oferece ao discente o apoio psicopedagógico com o intuito de permanentemente planejar, programar e desenvolver ações e práticas direcionadas a favorecer e otimizar desempenhos e resultados docente e discente. Certamente, sua pretensão é buscar melhorias continuadas do desempenho institucional. Tal departamento tem como finalidade auxiliar aos discentes que apresentam alguma dificuldade no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, conta

com apoio da instituição com profissionais vinculados às áreas de pedagogia e psicologia.

MONITORIA: A Monitoria tem o propósito de despertar nos discentes o interesse pela prática pedagógica. Além do aprendizado prático que se oferece ao discente com a execução dessa atividade. O Monitor é estimulado por meio de orientações dos docentes vinculados ao projeto e recebe um auxílio financeiro denominada Bolsa-Auxílio Monitoria, sempre concedida em percentual definido pela Gerência de Responsabilidade Social, Filantropia e Desenvolvimento Institucional do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

MECANISMOS DE NIVELAMENTO: O curso oferta, semestralmente, formação corretiva visando o nivelamento de estudos e a atualização de conhecimentos nas áreas jurídica e afins, em grupos de estudos, com efetiva participação do alunado.

CAPELANIA: Políticas institucionais de apoio aos discentes são proporcionadas pela FPM RIO, por meio de sua Capelania. De fato, há a efetiva participação da Capelania, que presta significativo apoio espiritual aos discentes e docentes do Curso de Direito. As atividades da Capelania são ininterruptas e funcionam normalmente nos dias letivos Destacam-se como benefícios produzidos: o atendimento aos discentes, funcionários e parentes quando procurada para aconselhamento; a distribuição de bíblias e de publicações de orientação espiritual.

COORDENADORIA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES: A FPM RIO tem na CEI, através do programa Direito e Cultura, um instrumento para a realização de atividades que propicia aos discentes novas experiências no âmbito acadêmico, cujo desenvolvimento é integral e gratuitamente oferecida aos discentes e se realiza por inúmeros eventos.

MACKENZIE VOLUNTÁRIO: Entre os benefícios que a IES visa proporcionar aos seus discentes, deve-se destacar os bons resultados que têm sido alcançados em ações e campanhas institucionais, notadamente do Mackenzie Voluntário, onde no mês de outubro, discentes, docentes e integrantes do corpo técnico-administrativo são estimulados a criarem projetos de atendimento social voluntário, e na execução das quais o Curso de Direito deverá interagir plenamente, colaborando com os seus docentes e discentes, incentivando a participação dos mesmos em eventos, dentre os quais se destacam: Programas e palestras de Prevenção à Drogas; de Prevenção à Prostituição Infantil, Eventos de doação de sangue; Atendimento à Creches e Hospitais, etc.

RESPONSABILIDADE SOCIAL e FILANTROPIA: O Instituto Presbiteriano Mackenzie, por sua Gerência de Responsabilidade Social e Filantropia, beneficia os discentes com Bolsas de Estudo, Projetos Socioeducacionais e certificações, vinculando-se aos elementos de Filantropia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: A FPM RIO conta com Assistência Social dirigido por Assistente Social formada na área, a qual, com a sua equipe, presta valioso serviço ao alunado, com intensa procura.

Assim a Direção Acadêmica com apoio da Coordenação do curso, da Capelania e do serviço de Assistência Social é responsável pela orientação e acompanhamento das atividades acadêmicas do estudante na Instituição e na Sociedade. Ela atua no incentivo e divulgação de eventos acadêmicos, tais como congressos, encontros e seminários, além de incentivar o intercâmbio acadêmico, como também acompanha a execução das políticas de monitoria, estágios, trabalho de graduação interdisciplinar e atividades complementares e, por final, divulga os trabalhos e a produção científica e tecnológica dos discentes, realiza atividades, com parceria de empresas, na busca de estágios para os discentes (Mackenzie Oportunidades). Além disso, oferece apoio assistencial para discentes com problemas auditivos.

O curso de Direito realiza ainda algumas atividades locais de apoio aos discentes, entre elas:

- a) plantões de dúvidas para as disciplinas das etapas iniciais e para as disciplinas das demais etapas onde os discentes tenham apresentado desempenho abaixo da média;
- b) monitores e aulas de recuperação para as disciplinas onde os discentes apresentam maior dificuldade de aprendizagem;
- c) reuniões mensais com os representantes de turma, para identificação das necessidades e anseios das turmas;
- d) suporte diferenciado aos discentes com deficiência física.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Atenta aos movimentos de inclusão das pessoas com deficiência no âmbito da instituição, foi criado o presente núcleo para tratar de questões pertinentes à inclusão e à acessibilidade em seus diferentes níveis (atitudinal, física, cognitiva, digital, pedagógicas, nas comunicações, nos transportes, etc), destinado aos estudantes com necessidades de atendimento específico. Para subsidiar as atividades da Coordenadoria foi criado um Comitê de Acessibilidade que tem como objetivo precípua a eliminação gradativa de barreiras físicas, de comunicação e de informação, que restrinjam a

participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com necessidades dessas pessoas. Dentre as suas atribuições estão: a) Promover atividades que propiciem a mudança cultural da homogeneização do ensino e o desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo toda a comunidade acadêmica da FPM RIO; b) Organizar estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades que venham a ser constatadas; c) Promover a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial; d) Orientar os docentes na adoção de novos encaminhamentos avaliativos e estratégias metodológicas, apoiando, complementando e suplementando os serviços educacionais para os discentes da educação especial; e) Acompanhar a implementação da política institucional de acessibilidade voltada à inclusão plena dos estudantes com necessidades educacionais específicas e/ou mobilidade reduzida, valendo-se dos levantamentos e conclusões do Comitê de Acessibilidade; f) Proporcionar, através de atividades de integração, elementos que contribuam para a efetivação de uma vida acadêmica autônoma segundo a capacidade de cada um; g) Ofertar nos casos de pessoas com deficiência visual, o fornecimento de todo o apoio necessário, incluindo a aquisição de material e acervo bibliográfico acessível; nos casos de deficiência auditiva, o oferecimento de serviço de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, sempre que necessário e solicitado;

6.9 Políticas de Egresso

Como resultado de sua ação educacional, jurídico-cultural, social e confessional, construída com muita responsabilidade, o Curso de Direito não poderá deixar de valorizar o relacionamento fraternal e ricamente pródigo que mantém com seus egressos.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, atendendo à legislação vigente, por meio de instrumento adequado, colhe informações junto aos egressos, buscando estabelecer seu grau de empregabilidade e a satisfação do discente frente ao mercado de trabalho. Com essas informações, é redigido um relatório que fica à disposição da comunidade acadêmica.

O IPM instituiu o programa “Para Sempre Mackenzista”, e a FPM RIO a ele aderiu, para acompanhamento dos egressos, destinado a oferecer ao ex-discente oportunidades de educação continuada nos cursos e programas de extensão e de pós-graduação (atualização, aperfeiçoamento, especialização) e ainda, oferecer informações sobre oportunidades profissionais para a inserção no mercado de trabalho. O programa, também, colhe informações sobre a vida profissional desse ex-discente, para verificar a parcela de contribuição relevante que a IES desempenhou neste processo. A FPM RIO conta com o

Serviço de Assistência ao Egresso, coordenado por docente indicado pela Direção Acadêmica.

O Pra Sempre Mackenzista é composto, também, de um pacote de benefícios para os antigos discentes, tais como:

1. acesso ao acervo bibliográfico, para empréstimo de livros;
2. notícias de oportunidades de Emprego;
3. participação dos egressos como palestrantes/ouvintes nas semanas e jornadas acadêmicas, internas e externas;
4. estímulo na produção acadêmica, por meio de publicação de artigos científicos.

Em seu patrimônio educacional, jurídico-cultural, social e confessional, construído com muita responsabilidade ao longo das últimas seis décadas, o Curso de Direito não pode deixar de valorizar o relacionamento fraternal e ricamente pródigo que mantém com seus egressos. Esse fortíssimo laço construído sob o prisma da amizade e submetido aos bons propósitos do nosso plano de ensino-aprendizagem, tornou-se sensivelmente enobrecido pelo amadurecimento profissional dos bacharéis Mackenzistas.

O acompanhamento de Egressos, observado com atenção pelas instâncias acadêmicas superiores, torna-se um útil instrumento para oferecer ao ex-discente as oportunidades de educação continuada nos cursos e programas de extensão e de pós-graduação (atualização, aperfeiçoamento, especialização,) e ainda, oferecer informações sobre oportunidades profissionais para a inserção no mercado de trabalho.

Além de colher informações sobre a vida profissional dos ex-discentes, afinal muito proveitosa para o fim de verificar a parcela de contribuição relevante que o Mackenzie desempenhou neste processo, esse planejamento se destina a realizar ações de aproximação com os antigos discentes.

6.10 Políticas de Ética em Pesquisa (CEP)

A FPM RIO em razão da preocupação institucional com a ética em pesquisa, e tendo em vista que objetiva consolidar uma política de pesquisa séria para o Curso de Graduação em Direito tem como necessário referencial nesta área acadêmica a atuação do Comitê de Ética em Pesquisa, que segue as normas determinadas pela Resolução nº 196/96 e a Norma Operacional CNS/CONEP nº 001/2013, provenientes do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS) o qual entende que: *“toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa”*.

O Comitê de Ética em Pesquisa se consubstancia em uma instância deliberativa, colegiada e multidisciplinar. Trata-se de um Colegiado composto por um mínimo de sete membros escolhidos entre profissionais e pesquisadores das áreas sociais e humanas, bem como um representante do corpo discente, preferencialmente pós-graduando, corpo técnico-administrativo e um representante indicado por associação de usuários, conforme as disposições presentes no Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa da FPM RIO e tem como atribuições principais: I - Avaliar, mediante provocação do Coordenador de Pesquisa ou do Coordenador de TCC, conforme o caso, eventual falta de originalidade dos trabalhos de pesquisa produzidos por discentes (discentes de graduação) da Unidade; II - Avaliar se há necessidade de submeter o projeto de pesquisa à prévia análise da Coordenação de Pesquisa;

Além disso, delineiam-se campanhas preventivas e de orientação ética realizadas junto aos discentes e docentes, em ocasiões diversas, particularmente nos eventos que serão promovidos pela Coordenação de Pesquisa. A importância de se manter a originalidade na pesquisa científica é desde logo realçada no conteúdo programático da disciplina de Metodologia da Ciência, ministrada aos discentes na quarta etapa do Curso e da disciplina Metodologia da Pesquisa, ministrada na sétima etapa. Tem sido realizado também o comprometimento do docente orientador no processo de verificação da originalidade do trabalho dos discentes sob sua supervisão e, toda vez que for constatada cópia de trechos sem atribuição do crédito ao autor.

A primeira providência que deverá ser adotada é dar ciência ao orientador do ocorrido e pedir que ele se manifeste a respeito, através de documento comum da Coordenação de Pesquisa e da Coordenação do Curso, e a partir do esclarecimento inicial, caso constatada a existência de trechos de outros autores, sem o devido crédito, o Coordenador de Pesquisa ou o Coordenador de TCC, comunicará o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa, que avaliará o caso, formulando um relatório a ser encaminhado ao Diretor da FPM RIO.

O Comitê de Ética em Pesquisa é encarregado de avaliar qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos, desde que redigido conforme padrões metodológicos e científicos reconhecidos, que seja realizado com a participação de pesquisadores e discentes da FPM RIO ou de instituições que mantenham convênio científico com a mesma.

Constatada a ocorrência de plágio, total ou parcial, será efetuado o cancelamento da iniciação científica, ou do TCC, sendo que o discente, neste

último caso, deverá refazer o trabalho, com procedimento ético, para obter aprovação na disciplina.

6.11 Políticas Institucionais de Apoio Docente

No âmbito da atuação educacional exercida pela FPM RIO reserva-se especial atenção ao docente. O docente é o agente Mackenziista em quem se deposita a esperança de que reúna plenas condições de executar, bem próximo ao discente, as diretrizes acadêmicas desenhadas pela IES. Por isso, a coordenação do Curso deve ter redobrada cautela na seleção de docentes para ingresso na carreira do Curso de Direito.

Após a contratação do docente, contando sempre com o indispensável apoio dos órgãos superiores da Faculdade, efetua-se o acompanhamento, a avaliação e a formação continuada. De modo geral, independente do grau de titulação, os docentes devem ser submetidos a um processo semestral de renovação da capacitação docente, quando da realização da Semana de Atualização Pedagógica, bem como pela participação do Fórum Permanente de Reflexão Docente. Entende-se que essas são relevantes políticas educacionais da FPM RIO, sistematicamente executada para que se efetive e se cumpra a Visão e Missão da Instituição, garantindo, dessa maneira a excelência almejada.

Como atos de efetiva formação continuada dos docentes referencia-se àqueles que englobam: *a) Semana de Atualização Pedagógica*, programada para ser semestralmente realizada; *b) Encontro Docente*, realizado no início de cada semestre letivo; *c) promoção e apoio a eventos e congressos que tratam de questões relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem*; *d) O Fórum Permanente de Reflexão Docente* para debater sobre a Prática Docente; *e) apoio no processo de planejamento de ensino e avaliação*; *f) Incentivo às titulações obtidas em Pós-Graduação*, visando integração cada vez mais sólida do ensino, pesquisa e extensão, isto é, proporcionar ao corpo docente do Curso de Direito, condições de realizar estudos de extensão e de Pós-Graduação, apoiando seu ingresso em programas de especialização, mestrado e doutorado, incluindo os Programas existentes na Universidade Presbiteriana Mackenzie; *g) Contribuição para o aprimoramento pessoal e profissional dos docentes*, de modo a assegurar um quadro docente qualificado, com apoio à sua participação em Congressos Nacionais ou Internacionais, Palestras e Seminários, visando combinar a apresentação de trabalhos e a atualização acadêmico-profissional, em nome da FPM RIO; *h) Incentivo às atividades desenvolvidas na área da pesquisa e extensão ou concernentes à produção, ampliação, revisão ou aprofundamento do conhecimento*, ou seja, estimular e apoiar o desenvolvimento de habilidades e posturas que visem o aprimoramento do docente em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

i) Incentivo a toda atividade que venha a ampliar a Experiência Profissional, Produção Científica e Intelectual do Docente; *j)* Propiciar acesso às informações e novidades tecnológicas necessárias ao bom desempenho do docente, seja em funções acadêmicas, de pesquisa ou administrativas, abrangendo treinamento na plataforma *Moodle*, ferramentas de pesquisa on-line como *EndNote*, Intranet e sobre o funcionamento de softwares específicos; *k)* Apoiar a publicação dos materiais científicos e tecnológicos produzidos pelos docentes. *l)* Apoiar a participação em eventos científicos relacionados à sua área de atividades e que apresentem contribuições consistentes ao aprimoramento do projeto educacional da FPM RIO, bem como em entidades de classe relacionadas à atuação profissional do Operador do Direito.

6.12 Políticas de Comunicação Institucional

A Visão e a Missão regem o espírito que permeia as práticas de comunicação interna e externa na FPM RIO. Nesse sentido, a comunicação deve apresentar um fluxo claro e ágil, tanto com os órgãos internos quanto externos. Para tanto, há um órgão e setores exclusivos, tais como a Ouvidoria, o Fale com o Diretor e a Secretaria geral. Além disso, FPM RIO preza pelo diálogo nas várias esferas de atuação.

6.12.1 Ouvidoria

A Ouvidoria configura-se como uma forma de comunicação direta com a comunidade acadêmica e a comunidade externa. A Ouvidoria assume uma posição mais ampla, diagnosticando problemas e percebendo aspectos positivos em um contexto de supervisão mais abrangente. Esta atuação é desenvolvida com o objetivo de levar a Instituição a:

- identificar aspectos dos serviços que os discentes valorizam mais;
- identificar possíveis problemas de várias áreas;
- identificar ansiedades mais frequentes dos discentes iniciantes;
- ajudar na identificação do perfil dos discentes;
- receber todo tipo de manifestação;
- prestar informação à comunidade externa e interna;
- agilizar processos e,
- buscar soluções para as manifestações dos discentes.

Para a atuação eficiente da Ouvidoria, o Ouvidor exerce suas funções com independência e autonomia, devendo ter também, livre acesso a todos os setores acadêmicos e:

- representar a comunidade interna e externa junto à IES;
- encaminhar manifestações apresentadas aos setores competentes;
- acompanhar o andamento dos processos e seus prazos, até a solução;
- atuar na prevenção e solução de conflitos;

- identificar e sugerir correções de erros e soluções de problemas, ao responsável do órgão em que ocorre.

6.12.2 Núcleo Docente Estruturante

Na comunicação interna do curso, o NDE propicia, em cada uma das etapas, um canal direto de comunicação entre o representante de classe com o coordenador do núcleo/curso, com o objetivo de dirimir dúvidas da turma, ocorrências, problemas e solicitações. Todos os semestres são realizadas reuniões entre o coordenador do curso e os representantes de turma.

Formas de comunicação:

- I. Por e-mails dos representantes e vice representantes de salas;
- II. Por meio do Moodle;
- III. Via redes sociais; e
- IV. Via recursos visuais: cartazes e anúncios.

Na FPM RIO, isso é feito de maneira sistemática, envolvendo vários setores da Instituição (Secretaria, Direção, Coordenações, Departamento de tecnologia, apoio audiovisual, manutenção, apoio administrativo, equipe técnico-pedagógica e apoio da Capelania) para que as atividades curriculares sejam desenvolvidas e o resultado final seja alcançado.

6.12.3 Secretaria Geral e Coordenações Acadêmicas de Curso

Diversos endereços eletrônicos se encontram ininterruptamente disponibilizados para facilitar a comunicação dos atos educacionais e das atividades acadêmicas que interessam aos docentes e aos discentes.

Os estudantes semanalmente enviam demandas ao e-mail da Coordenação do Curso em que as suas questões, colocações, contribuições são veiculadas. E esta via é cotejada com os processos físicos formulados na Secretaria. Também no Fale com o Diretor este processo acontece.

Cada discente possuirá o seu endereço eletrônico: matricula@mackenzie.br. Essa identificação eletrônica corresponde ao T.I.A. (Terminal Informativo Acadêmico), isto é, um sistema *online* disponibilizado pela IES e que permite ao discente visualizar suas notas, faltas, horários, situação financeira etc. O acesso ao T.I.A. pode se dar pela Internet ou nos terminais serão distribuídos no Campus.

A Secretaria se comunica por meio eletrônico, com o qual entra em contato sempre que surja a necessidade de transmitir avisos relativo à vida acadêmica

do estudante e da faculdade como um todo. Também o SMS é meio de comunicação rápida com o alunado em situações específicas.

O representante de Turma é eleito entre os discentes e pelos discentes, sendo o interlocutor natural na reivindicação dos discentes, participa de reuniões periódicas com o coordenador do Curso. Seu mandato é semestral, não existindo limites para reeleição.

6.13 Políticas em EAD no ensino presencial

A FPM RIO tem objetivos e metas a serem cumpridos em relação ao EaD, entre os quais destacam-se: (a) Propiciar a ação da IES na utilização de ferramentas e sistemas de ensino à distância, particularmente por meio do sistema Moodle e, (b) oferecer um ensino à distância avançado do ponto de vista tecnológico e via Internet e em rede local dando suporte à educação presencial.

Além desses objetivos, propõe-se metas que direcionem as ações futuras relativas ao EaD como incrementar a utilização dos sistemas de educação à distância em todos os níveis de ensino da Faculdade; e ampliar a ação da FPM RIO em sua relação com a Sociedade e suas ações de ensino, pesquisa e extensão através da utilização dos instrumentos de educação à distância.

6.14 Políticas institucionais de Acessibilidade, Inclusão, Educação Ambiental, sócio educacional e de respeito à diversidade no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão

A FPM RIO, pela herança de sua mantenedora, possui a preocupação com a inclusão dos menos favorecidos no sistema educacional. Quando ainda era vinculada ao Instituto Brasileiro de Contabilidade, chamada de Faculdade Moraes Júnior, já criara bolsas de estudos para os discentes que não podiam custear suas despesas. Este processo tem continuidade e ampliação com o atual mantenedor, o IPM, abrangendo significativo número de bolsistas hodiernamente.

É política da FPM RIO, em consonância com sua Visão e Missão, garantir o atendimento dos instrumentos regulatórios. Assim, em cumprimento à Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, referente à Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Curso de Direito contempla, em sua matriz curricular, as disciplinas **Antropologia Jurídica, Ética e Cidadania I e Ética e Cidadania II, Direitos Humanos e Sociologia do Direito**, nas quais se trabalha com textos que servem de reflexão e debate sobre estas questões.

Cabe ainda ressaltar, que todas as ações institucionais pertinentes as práticas inclusivas, possuem como parâmetro e direcionamento os “Referencias de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação da Educação Superior (SINAES)”, documento expedido pelo INEP objetivando o aprofundamento no compromisso das instituições com relação ao tema da “Acessibilidade”. Torna-se importante destacar que dada a relevância deste tema, foi contemplada no conjunto de Temas Transversais nos pilares do **Ensino, Pesquisa e Extensão**, sendo ainda observada a transdisciplinaridade.

No campo do **ensino** as disciplinas **Direitos e Garantias Fundamentais, Organização dos Estados e dos Poderes, Agentes e Contratações Públicas, Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Relações Internacionais Privadas, Organizações e Tratados Internacionais e Direitos Humanos**, possuem nos conteúdos curriculares indicações de Tratados, Leis, Protocolos, Decretos dentro outros atos normativos, que façam referência ao tema. Trata-se de mais uma ação pioneira que pretende enriquecer o sentimento humanitário do discente e consequentemente do egresso da FPM RIO.

No campo da **pesquisa** as **linhas de Regulação e Cidadania e Acesso a Justiça** visam ampliar a discussão dogmática, propondo temas que busquem discutir ações regulatórias por parte dos poderes públicos que possam atender as demandas desse grupo. O tema será abordado partindo sempre do primado da dignidade da pessoa humana como princípio norteador do Estado Democrático de Direito.

No campo da **extensão**, os **Projetos Enxergue um Bom Cliente, Ações Mackenzie Contra o Preconceito e Conciliando na Saara** incentivam o desenvolvimento de ações que aproximam a instituição da comunidade. Os dois primeiros, em execução, promovem a distribuição de Cartilhas que possibilitem garantir tratamento igualitário as Pessoas com Deficiência. O Projeto já conta com o apoio da **Secretaria Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência (SMDP)**, do **Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência (COMDEF)**, da **Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência da OAB/RJ (CDPD)** e da **Associação das Pessoas com Deficiência Visual do Rio de Janeiro (ADVERJ)**. O Projeto **Conciliando na Saara** oferece para a comunidade a administração de suas contendas através dos métodos alternativos de administração de conflitos, o que permite reduzir o número de demandas judiciais, proporcionando para o discente a análise de casos reais, monitorados por docentes integrantes do projeto.

Internamente a preocupação institucional com a acessibilidade consiste no acompanhamento dos casos que necessitam de atendimento específico, em acordo com as diretrizes do Ministério da Educação, conforme explicitado abaixo:

“Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes.” (MEC/INEP, 2013)

Ao se identificar as necessidades especiais de discentes ingressantes, a partir do Processo Seletivo de Ingresso, busca-se preparar o ambiente e os profissionais que serão envolvidos com o discente.

Com o objetivo de favorecer a aprendizagem e a oportunidade de pleno desenvolvimento dos discentes, as políticas de inclusão e de acessibilidade devem: a) aparelhar a instituição e adequar suas estruturas; b) disseminar a informação sobre inclusão; c) sensibilizar a comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva. Tais medidas atendem aos dispositivos legais, às orientações dos organismos internacionais e à política de democratização do ensino instituída pelo governo federal.

Deste modo, como parte das políticas da FPM RIO para atender a essas demandas, a acessibilidade é observada em seus vários espectros, considerando as necessidades de comunicação, arquitetônicas, metodológicas, de transporte, instrumentais e programáticas.

Em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, oferece-se a disciplina de LIBRAS como disciplina de livre escolha aos estudantes. Também tem-se a preocupação e o cuidado em garantir:

- Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- Flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;
- Iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa;
- Materiais de informações aos docentes para que se esclareça a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva;
- Formação dos docentes para o atendimento desses discentes.

Com estas medidas e outras que se fizerem necessárias, Curso de Direito cumprem o delineado no PDI da FPM RIO.

De outro vértice, a **Educação Ambiental** é também uma preocupação da FPM RIO, e em cumprimento à **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, Decreto nº 4.281 de junho de 2002 e a Resolução nº 14, de 15 de junho de 2012**. No

campo do **Ensino**, a temática se encontra presente no conteúdo das disciplinas como **Sociologia do Direito, Direito e Garantias Fundamentais, Organizações e Tratados Internacionais, Direitos e Garantias Fundamentais, Organização do Estado e dos Poderes, Desenvolvimento e Sustentabilidade, Desenvolvimento e Políticas Públicas, Direitos Humanos e Direito Ambiental**. No âmbito institucional, semestralmente são realizadas palestras, seminários e jornadas com o intuito de debater o tema.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A concepção acadêmica do Curso, em seu conjunto de ideias, metas e finalidades demanda a composição de uma organização curricular sólida e eficaz. Nesse sentido, além de respeitar os parâmetros mínimos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, impõe-se que a organização curricular seja alinhavada com o objetivo de lapidar as habilidades, competências e atitudes do bacharel Mackenzista, conforme ficou assinalado nos itens anteriores.

O presente currículo possui sua organização dividida em cinco eixos. Os Eixos de **Formação Fundamental, Profissional e Prática**, atendem às determinações estabelecidas nas DCNs. Contextualizando as características institucionais, foram estabelecidos dois novos eixos, os Eixos **Universal e Concentrado**.

As disciplinas de formação **fundamental** buscam capacitar o discente para o entendimento dos conceitos básicos que embasam o processo de formação jurídico-social, ou seja, habilitam os futuros profissionais do direito a compreender as generalidades do fenômeno jurídico e os seus conceitos embrionários.

As disciplinas de formação **profissional** produzem no discente o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para realização das atividades técnicas das profissões jurídicas.

As disciplinas de formação **prática** fazem o entrelaçamento entre os diversificados conteúdos lecionados colocados em prática nos Estágios Curriculares supervisionados, no Trabalho de Conclusão de Curso e nas Atividades Complementares.

As disciplinas de formação **universal** possuem como proposta produzir um espaço para o desenvolvimento de habilidades e competências no campo da Ética e Cidadania, do Empreendedorismo, das Metodologias e também o diálogo com os discentes dos demais cursos da instituição. A medida produz a interlocução com outros saberes, gerando um profissional capaz de dialogar

com outras áreas do conhecimento e estabelece o que podemos chamar de perfil institucional do discente.

As disciplinas de formação concentrada permitem ao discente verticalizar seus conhecimentos através de núcleos específicos distribuídos da seguinte forma: Núcleo I – Políticas Públicas e Sustentabilidade; Núcleo II – Negócios e Cidadania Tributária; Núcleo III – Novos Direitos. A seleção do núcleo é feita na nona etapa e condiciona ao discente a cursar duas disciplinas respectivamente nas duas últimas etapas do curso.

A organização e o detalhamento de cada eixo seguem devidamente explicitados nos subitens que compõem este tópico do PPC.

7.1 Estrutura curricular

Inicialmente anota-se que os programas das disciplinas teóricas e práticas, com suas ementas, cargas horárias e bibliografias básicas e complementares foram dimensionados com o propósito educacional traçado pela missão e visão institucional. Assim, todos esses dados pedagógicos encontram-se compilados no *Ementário* que acompanha este Projeto.

Para efeitos de apresentação, vale destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito, em seu artigo 5º, direciona a construção da Organização Curricular a partir de três eixos: Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática. A FPM RIO estabeleceu ainda, eixos que possam construir os fundamentos axiológicos do egresso que pretende formar, para isso, foram estabelecidos os Eixos de Formação Universal e o Concentrado.

Desta forma, o percurso formativo do discente seguirá o proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, acrescidos dos aspectos regionais e a autonomia pedagógica institucional a saber: **Eixos de Formação Fundamental, Universal, Profissional, Prático e Concentrado.**

O ANEXO ESPECÍFICO traz o fluxograma com a Matriz Curricular completa e a sua comunicação com a Iniciação à Pesquisa, Projetos de Extensão, Temas Transversais, Monitoria, Atividades Complementares e Atividades Integradoras.

7.2 Eixo de Formação Fundamental

O **eixo de Formação Fundamental** tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e

Sociologia, temas que basicamente serão tratados nas seguintes disciplinas: **Fundamento Histórico-Sistemático do Direito, Linguagem Jurídica, Antropologia Jurídica, Sociologia do Direito, Ciência Política e Teoria do Estado, Psicologia Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Economia Aplicada ao Direito, Filosofia do Direito.**

7.3 Eixo de Formação Profissional

O **Eixo de Formação Profissional** comprehende além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observados as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Este eixo é composto pelas disciplinas **Direitos e Garantias Fundamentais, Direito Civil – Parte Geral, Teoria da Constituição, Organização do Estado e dos Poderes, Teoria da Norma e do Crime, Teoria Geral do Processo, Direito das Obrigações, Jurisdição Constitucional, Teoria Geral da Pena, Direito Individual do Trabalho, Direito Contratual, Direito Coletivo do Trabalho, Crimes em Espécie I, Crimes em Espécie II, Teoria Geral do Direito Empresarial, Responsabilidade Civil, Processo de Conhecimento, Propriedade Intelectual, Direitos Reais, Processo de Conhecimento, Agentes e Contratações Públicas, Recursos Cíveis, Falência e Recuperação de Empresas, Direito das Famílias, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito das Sucessões, Direito Processual do Trabalho, Execução Civil, Processo Cautelar e Procedimentos Especiais, Relações Estatais, Bens e Intervenções, Processo e Persecução Penal, Direito Das Relações de Consumo, Organizações e Tratados Internacionais, Direito Financeiro e Tributário, Processo Cautelar e Sentença Penal, Relações Internacionais Privadas, Direito Societário, Recurso e Execução Penal, Direito Tributário Especial, Direitos Humanos, Resolução Alternativa de Disputas, Direito Ambiental e Ética Profissional.**

7.4 Eixo de Formação Prática

O **Eixo de Formação Prática** se consubstancia no elo de integração com os outros eixos com o intuito de formar o profissional jurídico. Objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o **Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares**.

Como medida de fortalecimento e valorização do ensino prático oferecido pela instituição nos Laboratórios de Prática Jurídica, foi inserida a disciplina Resolução Alternativa de Disputas (RAD) na matriz curricular. Isso se deve ao fato do elevado quantitativo de conflitos surgidos em nossa sociedade e, proporcionalmente o crescimento do número de demandas judiciais, o que exige do profissional do Direito uma postura atenta a novas formas de composição dos conflitos que permeiam a sua atividade. Além da necessidade, o Projeto Pedagógico absorveu as premissas elencadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Resolução Nº 125, de 2010, propondo a utilização dos meios adequados de tratamento de conflitos e portanto incluiu em sua matriz curricular a disciplina de RAD do Eixo de Formação Profissional.

O Conselho Nacional de Justiça denominou por Resolução Adequada de Disputas (RAD), os métodos alternativos de administração de conflitos amplamente difundidos, como a Mediação, a Conciliação, a Arbitragem e a Negociação. Estes instrumentos heterocompositivos e autocompositivos, que podem ser utilizados judicialmente ou extrajudicialmente, visam prevenir e democratizar a participação social na composição dos seus conflitos.

A inserção dos métodos RAD na matriz tem por finalidade preparar o discente para administrar os conflitos pelo qual as áreas jurídicas são permanentemente confrontadas, reduzindo o número de demandas que necessariamente culminariam em demandas judiciais.

A FPM RIO atenta as necessidades contemporâneas do profissional do Direito promove a difusão destes mecanismos de forma interdisciplinar permeando o presente Projeto Pedagógico nos seus três pilares (**Ensino, Pesquisa e Extensão**) com a referida temática.

No campo do **ensino** foi estabelecida a disciplina **Resolução Alternativa de Disputas**, visando capacitar o discente na utilização de diversos mecanismos de composição de contendas. Ainda neste campo temos as **práticas simuladas** e as **práticas reais** que serão oferecidas pelo **Laboratório de Práticas Jurídicas**. No campo da **pesquisa** a linha **Acesso a Justiça: Desjudicialização e Administração de Conflitos na Esfera Comercial**, abordará temas que possam aprofundar a discussão e capacitar discentes multiplicadores do tema para auxiliar por meio de seminários, oficinas e palestras o tema curricular regularmente abordado nos Laboratórios de Prática Jurídica. No campo da **extensão**, serão oferecidas **oficinas de Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem**, cursos de extensão para capacitação de mediadores comunitários, além de atividades de atendimento a comunidade que busquem solucionar conflitos reais através do projeto de extensão **Conciliando na SAARA**.

7.5 Eixo de Formação Concentrada

Como já descrito anteriormente o presente projeto pedagógico contemplou em seu Eixo de Formação Concentrada o tema denominado **Dignidade da Pessoa Humana e suas Diferentes Nuances**. Tal prática visa possibilitar ao discente através das disciplinas **Optativa I, Optativa Especial I e II** verticalizar seu aprendizado.

Na **terceira etapa** por meio da disciplina **Optativa I**, o discente tem a possibilidade de dialogar com outros ramos do conhecimento, enriquecendo assim sua formação por meio da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade que tanto enriquece a formação do futuro bacharel. Sabemos que a carreira jurídica proporciona além do exercício da advocacia pública e privada, atividades cartoriais, a ocupação de cargos públicos, à docência entre outras carreiras. Assim, o discente tem a opção de escolher nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia as seguintes disciplinas: **Perícia Contábil, Contabilidade I, História Econômica Geral, Economia Política, Administração I e Gestão de Recursos Humanos I**.

Na **nona e décima etapa**, o discente pode escolher áreas do conhecimento com ênfase no Direito Público, no Direito Privado e nas novas tecnologias através de três núcleos denominados: I - **Políticas Públicas e Sustentabilidade**, que contempla as disciplinas **Desenvolvimento e Sustentabilidade e Desenvolvimento e Políticas Públicas**. II – **Negócios e Cidadania Tributária** que contempla as disciplinas **Prática Trabalhista e da Seguridade Social e Prática Processual Fiscal e Tributária**. III – **Novos Direitos** que contempla as disciplinas **Direito Digital e Eletrônico e Biodireito**.

A matriz curricular do curso é organizada, portanto, de modo a permitir a vinculação dos Diversos Componentes Curriculares no Curso, demonstrando suas interlocuções com outros campos do saber e ressaltando suas especificidades, todas adequadas às orientações das DCNs.

7.6 Eixo Universal

Independentemente da capacidade específica adquirida no curso de sua escolha, o discente da FPM RIO é marcado pelos conceitos e valores da Ética, do Empreendedorismo e das Metodologias. Essa visão capacita seu egresso para o exercício profissional pautado nos princípios da moralidade e probidade, com atitudes empreendedoras, dotado de uma visão holística e capaz de encarar seu campo de trabalho também como campo para pesquisa. O eixo das disciplinas **universais** cria aquilo que metaforicamente podemos chamar “DNA” do egresso da FPM RIO e essa marca é adquirida através das disciplinas **Ética e**

Cidadania I e Ética e Cidadania II, Princípios de Empreendedorismo I, Princípios de Empreendedorismo II, Metodologia da Ciência e Metodologia da Pesquisa.

7.7 Descrição Geral da Organização Curricular

O Currículo Pleno do Curso de Direito tem carga horária mínima de **3.768 horas**, distribuídas nos Eixos de Formação Obrigatória: 1) **Eixo de Formação Fundamental**, com **633 horas**, representando **16,80%** da Matriz Curricular; 2) **Eixo de Formação Profissional**, com **2.070 horas**, representando **54,94%** da Matriz Curricular; 3) **Eixo de Formação Prática**, com **666 horas**, representando **17,68%** da Matriz Curricular; 4) **Eixo de Formação Concentrada**, com **201 horas**, representando **5,33%** da Matriz Curricular; e 5) **Eixo de Formação Universal**, com **198 horas**, representando **5,25%** da Matriz Curricular.

Gráfico 1 – Distribuição por Eixos de Formação (DCNs)

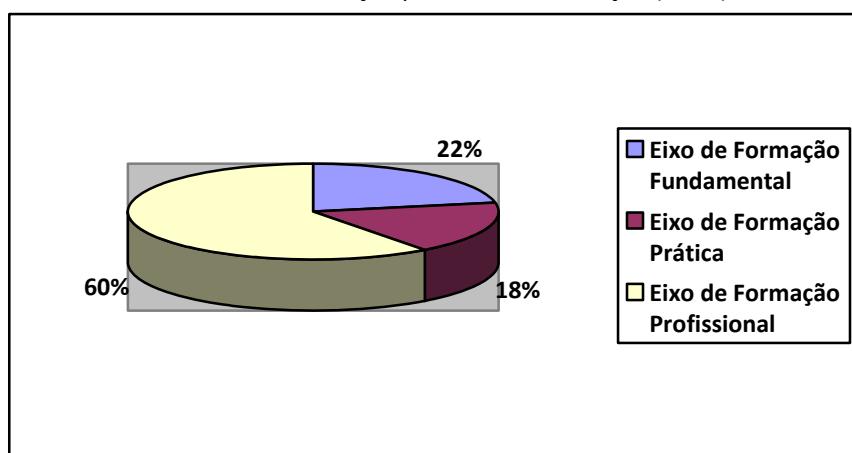
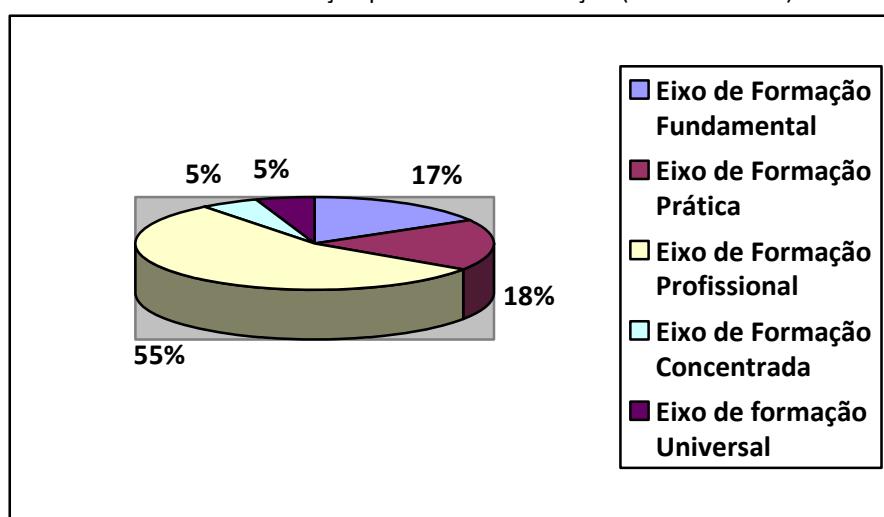


Gráfico 2 – Distribuição por Eixos de Formação (Mackenzie Rio)



Nos referidos eixos fazem-se presentes as perspectivas delineadas no PPC quanto:

1. ao viés humanístico em que os Direitos Humanos são um referencial inicial. Fato que pode ser evidenciado pela ênfase transversal dada as questões relativas a acessibilidade, diversidade e sustentabilidade.
2. à flexibilização e à interdisciplinaridade;
3. à formação profissionalizante, em que a temática constitucional é um marco transversal do curso culminando nos núcleos optativos;
4. à busca de ampliação da formação prática com os Laboratórios Jurídicos e o Estágio Curricular Obrigatório.

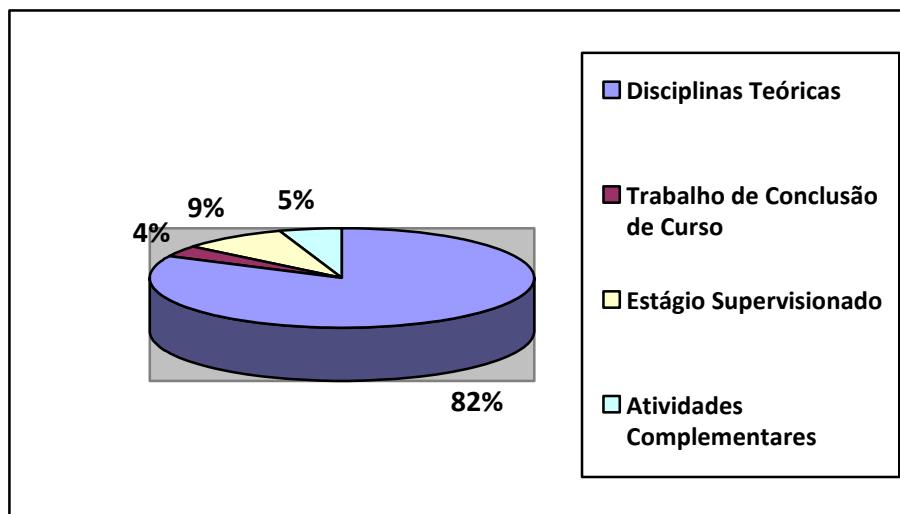
A distribuição das disciplinas comprova a busca de uma formação generalista como base necessária para o perfil profissional – que repercute no Perfil do Egresso – que o Curso tem.

Ainda, em termos de estruturação acadêmica disciplinar Curso é delineado para que seus componentes curriculares sejam contemplados em eixos formativos e vinculem-se a núcleos específicos. Desta forma, a Matriz Curricular estrutura-se em cinco Eixos: 1) **Eixo de Formação Fundamental**; 2) **Eixo de Formação Profissionalizante**; 3) **Eixo de Formação Prática**; 4) **Eixo de Formação Universal**; 5) **Eixo de Formação Concentrada**. Os eixos podem ser visualizados em quadro específico anexo ao PPC, denominado **Matriz Curricular – Eixos de Formação**. Quanto ao último eixo, importante enfatizar que serão acessados por meio das disciplinas Optativas Especiais I e II e estão organizados em 3 núcleos a saber: a) **Núcleo de Políticas Públicas e Sustentabilidade**; b) **Núcleo de Negócios e Cidadania Tributaria**; c) **Núcleo de Novos Direitos**. Por fim, integram também o currículo pleno: o **Trabalho de Conclusão de Curso**, e as **Atividades Complementares**.

Por fim, a síntese da Matriz Curricular apresenta-nos a seguinte distribuição entre seus componentes: 1) **Disciplinas Teóricas**, com **3.102 horas**, representando **82,32%** da Matriz Curricular; 2) **Trabalho de Conclusão de Curso**, com **134 horas**, representando **3,56%** da Matriz Curricular; 3) **Estágio Supervisionado (Laboratório de Prática Jurídica)**, com **332 horas**, representando **8,81%** da Matriz Curricular 4) **Atividades Complementares**, com **200 horas**, representando **5,31%** da Matriz Curricular;

Desta forma, obedecendo ao estabelecido nas Diretrizes e para facilitar a identificação e vinculação das disciplinas, indicaremos na Matriz Curricular os eixos de formação utilizando a seguinte nomenclatura: Eixo de Formação Fundamental (FUNDAM), Eixo de Formação Profissional (PROFIS), Eixo de Formação Prática (PRATICA), Eixo de Formação Concentrada (CONCENT) e Eixo de Formação Universal (UNIVERSAL).

Gráfico 3 – Distribuição por Componentes Curriculares



7.7.1 Quadro Resumo da Carga Horária Mínima Total do Curso

SÍNTSE DA MATRIZ CURRICULAR				
ETAPA	Componente Curricular[1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
			Hora - aula*(20 semanas letivas)	Hora-relógio* (20 semanas letivas)
			Total	Total
TODAS	DISCIPLINAS - TEÓRICAS	TODOS	3.720	3.102h00
8 ^a e 9 ^a	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	PRÁTICA	160	134h00
7 ^a a 10 ^a	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	PRÁTICA	400	332h00
TODAS	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	TODOS		200h00
	TOTAL DA ETAPA		4480	3.768,00

7.7.2 Quadro Geral da Composição Curricular – Currículo Pleno

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO				
ETAPA	Componente Curricular[1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
			Aula	
			Total	Total
1 ^a ETAPA	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	FUNDAM	80	67
	FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SISTEMÁTICOS DO DIREITO	FUNDAM	40	33
	CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO	FUNDAM	80	67
	LINGUAGEM JURÍDICA	FUNDAM	80	67
	SOCIOLOGIA DO DIREITO	FUNDAM	40	33
	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	PROFISS	40	33
	ÉTICA E CIDADANIA I	UNIVERSAL	40	33
	TOTAL DA ETAPA		400	333
2 ^a ETAPA	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	FUNDAM	40	33
	FILOSOFIA DO DIREITO	FUNDAM	40	33

	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	PROFISS	80	67
	TEORIA DA NORMA E DO CRIME	FUNDAM	80	67
	DIREITO CIVIL – PARTE GERAL	PROFISS	80	67
	METODOLOGIA DA CIÊNCIA	UNIVERSAL	40	33
	ÉTICA E CIDADANIA II	UNIVERSAL	40	33
	TOTAL DA ETAPA		400	333
3^ª ETAPA	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES	PROFISS	80	67
	TEORIA GERAL DA PENA	PROFISS	80	67
	TEORIA GERAL DO PROCESSO	PROFISS	80	67
	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	PROFISS	80	67
	OPTATIVA I *	CONCENT	80	67
	TOTAL DA ETAPA		400	335
4^ª ETAPA	CRIMES EM ESPÉCIE I	PROFISS	80	67
	PROCESSO DE CONHECIMENTO	PROFISS	80	67
	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	PROFISS	40	33
	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	PROFISS	40	33
	DIREITO CONTRATUAL	PROFISS	80	67
	ECONOMIA APLICADA AO DIREITO	FUNDAM	40	33
	PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO I	UNIVERSAL	40	33
	TOTAL DA ETAPA		400	333
5^ª ETAPA	AGENTES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PROFISS	80	67
	CRIMES EM ESPÉCIE II	PROFISS	80	67
	PROPRIEDADE INTELECTUAL	PROFISS	40	33
	RESPONSABILIDADE CIVIL	PROFISS	40	33
	RECURSOS CÍVEIS	PROFISS	80	67
	PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO II	UNIVERSAL	40	33
	TOTAL DA ETAPA		360	300
6^ª ETAPA	EXECUÇÃO CIVEL	PROFISS	80	67
	METODOLOGIA DA PESQUISA	UNIVERS	40	33
	DIREITOS REAIS	PROFISS	80	67
	RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS	PROFISS	40	33
	RELAÇÕES ESTATAIS, BENS E INTERVENÇÕES	PROFISS	80	67
	DIREITO SOCIETÁRIO	PROFISS	80	67
	TOTAL DA ETAPA		400	334
7^ª ETAPA	PSICOLOGIA JURÍDICA	FUNDAM	40	33
	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	PROFISS	80	67
	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	PROFISS	80	67
	DIREITO DAS FAMÍLIAS	PROFISS	80	67
	PROCESSO CAUTELAR E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	PROFISS	40	33
	DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	PROFISS	80	67
	LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA I	PRATICA	100	83
	TOTAL DA ETAPA		500	417
8^ª ETAPA	DIREITO DAS SUCESSÕES	PROFISS	40	33

	ÉTICA PROFISSIONAL	PROFISS	80	67
	DIREITO COLETIVO DO TABALHO	PROFISS	40	33
	DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL	PROFISS	80	67
	PROCESSO E PERSECUÇÃO PENAL	PROFISS	80	67
	LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA II	PRATICA	100	83
	TCC I	PRATICA	80	67
	TOTAL DA ETAPA		500	417
9ª ETAPA	OPTATIVA ESPECIAL I *	CONCENT	80	67
	DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	PROFISS	40	33
	ORGANIZAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS	PROFISS	40	33
	PROCESSO DO TRABALHO	PROFISS	80	67
	PROCESSO CAUTELAR E SENTENÇA PENAL	PROFISS	80	67
	LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III	PRATICA	100	83
	TCC II	PRÁTICA	80	67
	TOTAL DA ETAPA		500	417
10ª ETAPA	OPTATIVA ESPECIAL II *	CONCENT	80	67
	RELAÇÕES INTERNACIONAIS PRIVADAS	PROFISS	40	33
	RECURSOS E EXECUÇÃO PENAL	PROFISS	40	33
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	PROFISS	40	33
	DIREITO AMBIENTAL	PROFISS	80	67
	DIREITO HUMANOS	PROFISS	40	33
	LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV	PRATICA	100	83
	TOTAL DA ETAPA		420	349
	Atividades Complementares		200	200
	Total Geral		4480	3768

* EIXO CONCENTRADO

OPTATIVA I: Perícia Contábil, Contabilidade I, História Econômica Geral, Economia Política, Administração I e Gestão de Recursos Humanos I.

OPTATIVA ESPECIAL I: Direito e Sustentabilidade, Prática Trabalhista e da Seguridade Social e Direito Digital e Eletrônico.

OPTATIVA ESPECIAL II: Desenvolvimento e Políticas Públicas, Prática Processual Fiscal e Tributária e Biodireito.

LIVRE ESCOLHA: Libras.

A seguir incluímos quadros sinóticos que indicam divisões por eixos temáticos, segundo as orientações das DCNs, indicação das disciplinas Universais e das disciplinas compartilhadas.

7.7.3 Quadro com os Componentes Curriculares nos Núcleos de Conteúdos, conforme DCNs e Institucional

MATRIZ CURRICULAR POR EIXO DCNs E INSTITUCIONAL			
Componente Curricular[1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
		Aula	Hora
		Total	Total
EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL			
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	FUNDAM	80	67h00
FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SISTEMÁTICOS DO DIREITO	FUNDAM	40	33h00
ANTROPOLOGIA JURÍDICA	FUNDAM	40	33h00
CIÊNCIA POLITICA E TEORIA DO ESTADO	FUNDAM	80	67h00
ECONOMIA APLICADA AO DIREITO	FUNDAM	40	33h00
LINGUAGEM JURÍDICA	FUNDAM	80	67h00
FILOSOFIA DO DIREITO	FUNDAM	40	33h00
SOCIOLOGIA DO DIREITO	FUNDAM	40	33h00
PSICOLOGIA JURÍDICA	FUNDAM	40	33h00
EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA			
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA I	PRATICA	100	83h00
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA II	PRATICA	100	83h00
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III	PRATICA	100	83h00
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV	PRATICA	100	83h00
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	PRATICA	80	67h00
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	PRATICA	80	67h00
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	PRATICA	200	200h
EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL			
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	PROFISS	40	33h00
DIREITO CIVIL – PARTE GERAL	PROFISS	80	67h00
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	PROFISS	80	67h00
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES	PROFISS	80	67h00
TEORIA DA NORMA E DO CRIME	PROFISS	80	67h00
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PROFISS	80	67h00
RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS	PROFISS	40	33H00
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	PROFISS	80	67h00
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	PROFISS	40	33h00
TEORIA GERAL DA PENA	PROFISS	80	67h00
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	PROFISS	80	67h00
DIREITO CONTRATUAL	PROFISS	80	67h00
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	PROFISS	40	33h00

CRIMES EM ESPÉCIE I	PROFISS	80	67h00
CRIMES EM ESPÉCIE II	PROFISS	80	67h00
TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	PROFISS	40	33h00
RESPONSABILIDADE CIVIL	PROFISS	40	33h00
PROCESSO DE CONHECIMENTO	PROFISS	80	67h00
PROPRIEDADE INTELECTUAL	PROFISS	40	33h00
DIREITOS REAIS	PROFISS	80	67h00
PROCESSO DE CONHECIMENTO	PROFISS	80	67h00
AGENTES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PROFISS	80	67h00
RECURSOS CÍVEIS	PROFISS	80	67h00
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	PROFISS	80	67h00
DIREITO DAS FAMÍLIAS	PROFISS	80	67h00
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	PROFISS	40	33h00
DIREITO DAS SUCESSÕES	PROFISS	40	33h00
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	PROFISS	80	67h00
PROCESSO CAUTELAR E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	PROFISS	80	67h00
RELACIONES ESTATAIS, BENS E INTERVENÇÕES	PROFISS	80	67h00
PROCESSO E PERSECUÇÃO PENAL	PROFISS	80	67h00
DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	PROFISS	40	33h00
ORGANIZAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS	PROFISS	40	33h00
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	PROFISS	80	67h00
PROCESSO CAUTELAR E SENTENÇA PENAL	PROFISS	80	67h00
RELACIONES INTERNACIONAIS PRIVADAS	PROFISS	40	33h00
DIREITO SOCIETÁRIO	PROFISS	80	67h00
RECURSO E EXECUÇÃO PENAL	PROFISS	40	33h00
DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL	PROFISS	80	67h00
DIREITOS HUMANOS	PROFISS	40	33h00
DIREITO AMBIENTAL	PROFISS	80	67h00
ÉTICA PROFISSIONAL	PROFISS	80	67h00
EIXO DE FORMAÇÃO UNIVERSAL			
ÉTICA E CIDADANIA I	UNIVERSAL	40	33h00
ÉTICA E CIDADANIA II	UNIVERSAL	40	33h00
PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO I	UNIVERSAL	40	33h00
PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO II	UNIVERSAL	40	33h00
METODOLOGIA DA PESQUISA	UNIVERSAL	40	33h00
METODOLOGIA DA CIÊNCIA	UNIVERSAL	40	33h00
EIXO DE FORMAÇÃO CONCENTRADA			
DIREITO E SUSTENTABILIDADE	CONCENT	80	67h00
DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	CONCENT	80	67h00
PRÁTICA TRABALHISTA E DA SEGURIDADE SOCIAL	CONCENT	80	67h00
PRÁTICA PROCESSUAL FISCAL E TRIBUTÁRIA	CONCENT	80	67h00
DIREITO DIGITAL E ELETRÔNICO	CONCENT	80	67h00
BIODIREITO	CONCENT	80	67h00
PERÍCIA CONTÁBIL	CONCENT	80	67h00
CONTABILIDADE I	CONCENT	80	67h00
HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	CONCENT	80	67h00
ECONOMIA POLÍTICA	CONCENT	80	67h00

ADMINISTRAÇÃO I	CONCENT	80	67h00
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS I	CONCENT	80	67h00

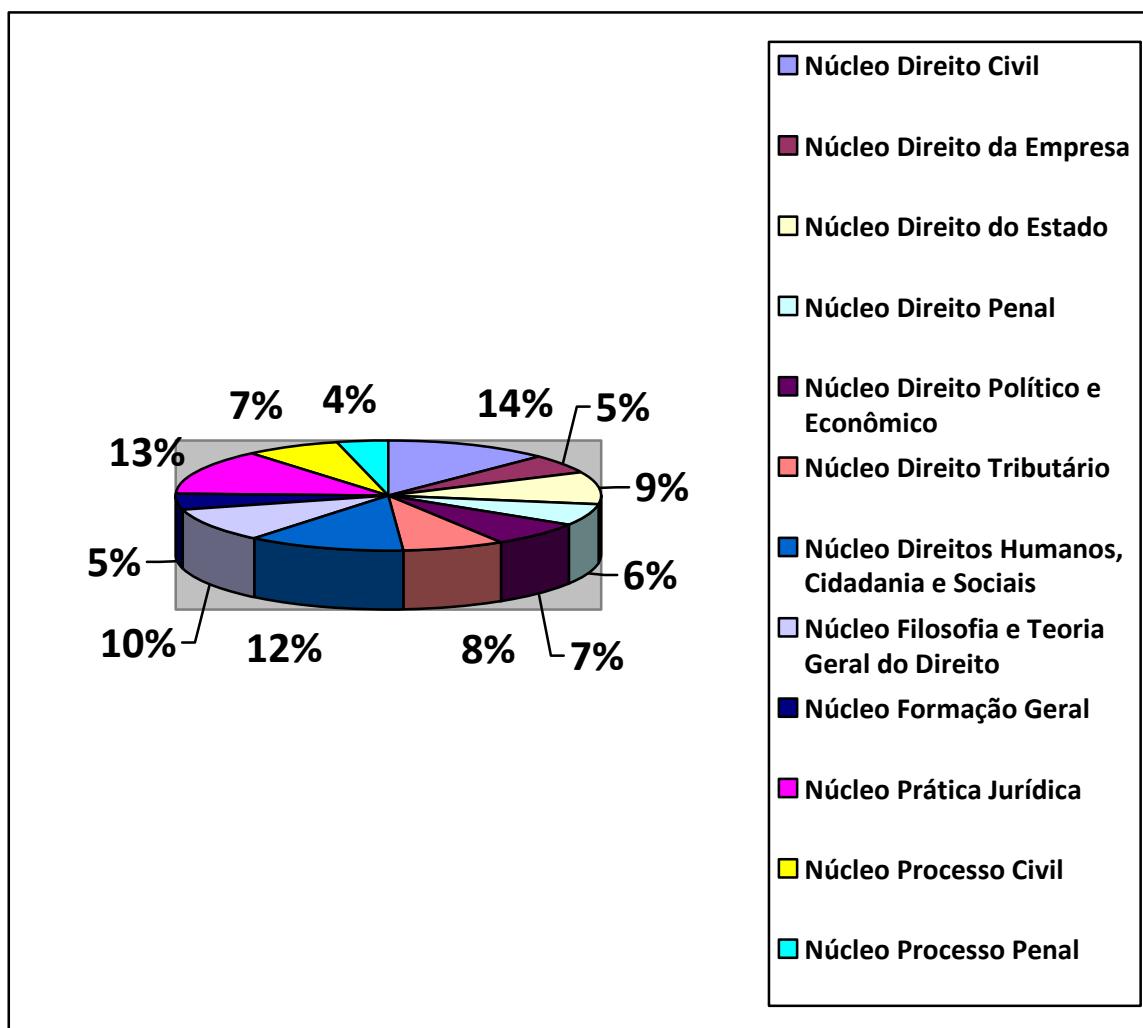
7.7.4 Quadro com as disciplinas distribuídas nos Núcleos Temáticos do Curso de Direito

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO - POR NUCLEOS TEMÁTICOS			
Componente Curricular[1]	Núcleos Temáticos	Aula	Hora-Relógio
NUCLEO DIREITO CIVIL			
DIREITO CIVIL – PARTE GERAL	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO CONTRATUAL	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO DIGITAL E ELETRONICO	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO REAIS	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO DAS FAMILIAS	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO DAS SUCESSÕES	DIREITO CIVIL	40	33h00
RESPONSABILIDADE CIVIL	DIREITO CIVIL	40	33h00
BIODIREITO	DIREITO CIVIL	80	67h00
NUCLEO DIREITO DE EMPRESA			
TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	DIREITO DE EMPRESA	40	33h00
DIREITO SOCIETÁRIO	DIREITO DE EMPRESA	80	67h00
PROPRIEDADE INTELECTUAL	DIREITO DE EMPRESA	40	33h00
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	DIREITO DE EMPRESA	80	67h00
DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	DIREITO DE EMPRESA	40	33h00
NUCLEO DIREITO DO ESTADO			
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	DIREITO DO ESTADO	40	33h00
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	DIREITO DO ESTADO	80	67h00
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES	DIREITO DO ESTADO	80	67h00
ORGANIZAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS	DIREITO DO ESTADO	40	33h00
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	DIREITO DO ESTADO	40	33h00
RELAÇÕES INTERNACIONAIS PRIVADAS	DIREITO DO ESTADO	40	33h00
AGENTES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	DIREITO DO ESTADO	80	67h00
RELAÇÕES ESTATAIS, BENS E INTERVENÇOES	DIREITO DO ESTADO	80	67h00
NUCLEO DIREITO PENAL			
TEORIA DA NORMA E DO CRIME	DIREITO PENAL	80	67h00
TEORIA GERAL DA PENA	DIREITO PENAL	80	67h00
CRIMES EM ESPÉCIE I	DIREITO PENAL	80	67h00
CRIMES EM ESPÉCIE II	DIREITO PENAL	80	67h00
NUCLEO DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO			
ECONOMIA APLICADA AO DIREITO	DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	40	33h00
DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	80	67h00
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	80	67h00
HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	80	67h00

ECONÔMIA POLÍTICA	DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	80	67h00
NUCLEO DIREITO TRIBUTÁRIO			
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTARIO	80	67h00
DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL	DIREITO TRIBUTARIO	80	67h00
PRÁTICA PROCESSUAL FISCAL E TRIBUTÁRIA	DIREITO TRIBUTARIO	80	67h00
PERÍCIA CONTABIL	DIREITO TRIBUTÁRIO	80	67H00
CONTABILIDADE I	DIREITO TRIBUTÁRIO	80	67H00
NUCLEO DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS			
DIREITOS HUMANOS	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	40	33h00
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	40	33h00
DIREITO AMBIENTAL	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	80	67h00
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	80	67h00
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	40	33h00
PRÁTICA TRABALHISTA E DA SEGURIDADE SOCIAL	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	80	67h00
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	80	67h00
ADMINISTRAÇÃO I	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	80	67h00
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS I	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS	80	67h00
NUCLEO FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO			
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DIREITO	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	80	67h00
FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SISTEMÁTICOS DO DIREITO	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
ANTROPOLOGIA JURÍDICA	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
CIÊNCIA POLITICA E TEORIA DO ESTADO	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	80	67h00
LINGUAGEM JURÍDICA	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	80	67h00
FILOSOFIA DO DIREITO	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
SOCIOLOGIA DO DIREITO	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
METODOLOGIA DA PESQUISA	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
METODOLOGIA DA CIÊNCIA	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
PSICOLOGIA JURÍDICA	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
NUCLEO FORMAÇÃO GERAL			
ÉTICA E CIDADANIA I	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
ÉTICA E CIDADANIA II	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO I	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO II	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
LIBRAS	FORMAÇÃO GERAL	80	67h00

NUCLEO PRÁTICA JURÍDICA				
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA I	PRÁTICA JURIDICA	100	83h00	
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA II	PRÁTICA JURIDICA	100	83h00	
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III	PRÁTICA JURIDICA	100	83h00	
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV	PRÁTICA JURIDICA	100	83h00	
ÉTICA PROFISSIONAL	PRÁTICA JURIDICA	80	67h00	
RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS	PRÁTICA JURIDICA	40	33h00	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	PRÁTICA JURIDICA	80	67h00	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	PRÁTICA JURIDICA	80	67h00	
NUCLEO PROCESSO CIVIL				
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PROCESSO CIVIL	80	67h00	
PROCESSO DE CONHECIMENTO	PROCESSO CIVIL	80	67h00	
RECURSOS CÍVEIS	PROCESSO CIVIL	80	67h00	
EXECUÇÃO CIVIL	PROCESSO CIVIL	80	67h00	
PROCESSO CAUTELAR E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	PROCESSO CIVIL	40	33h00	
NUCLEO PROCESSO PENAL				
PROCESSO E PERSECUÇÃO PENAL	PROCESSO PENAL	80	67h00	
PROCESSO CAUTELAR E SENTENÇA PENAL	PROCESSO PENAL	80	67h00	
RECURSOS E EXECUÇÃO PENAL	PROCESSO PENAL	40	33h00	

Figura 4 - Distribuição de Disciplinas por Núcleos Temáticos



7.7.5 Disciplinas comuns entre os cursos de Direito e Administração (Optativa I)

DISCIPLINAS COMUNS ENTRE OS CURSOS DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO	Aula	Relógio
ADMINISTRAÇÃO I	80	67h00
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS I	80	67h00

7.7.6 Disciplinas comuns entre os cursos de Direito e Ciências Contábeis (Optativa I)

DISCIPLINAS COMUNS ENTRE OS CURSOS DE DIREITO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Aula	Relógio
PERÍCIA CONTABIL	80	67h00
CONTABILIDADE I	80	67h00

7.7.7 Disciplinas comuns entre os cursos de Direito e Economia (Optativa I)

DISCIPLINAS COMUNS ENTRE OS CURSOS DE DIREITO E ECONOMIA	Aula	Relógio
HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	80	67h00
ECONOMIA POLÍTICA	80	67h00

7.7.8 Disciplinas Universais oferecidas no Curso de Direito

Disciplinas Universais	CH	Etapa de oferecimento
ÉTICA E CIDADANIA I	40	1 ^a
ÉTICA E CIDADANIA II	40	2 ^a
METODOLOGIA DA CIÊNCIA	40	2 ^a
PRINCÍPIOS DE EMPREENDORISMO I	40	4 ^a
PRINCÍPIOS DE EMPREENDORISMO II	40	5 ^a
METODOLOGIA DA PESQUISA	40	6 ^a

Obs.: A disciplina de Libras será oferecida como disciplina de livre escolha ao discente, em qualquer das fases do curso.

7.8 Síntese da Matriz Curricular

A matriz curricular abaixo delineada apresenta os Eixos de Formação Fundamental, em que está contemplado um viés humanístico, de Formação Profissionalizante, em que está prevista uma especialização temática, e de Formação Prática, os quais o quadro a seguir permite serem visualizados.

Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7	Etapa 8	Etapa 9	Etapa 10
Introdução ao Estudo do Direito	Antropologia Jurídica	Optativa I	Teoria Geral do Direito Empresarial I	Agentes e Contratações Públicas	Direito Societário	Falência e Recuperação de Empresas	Direito das Sucessões	Optativa Especial I	Optativa Especial II
Fund. Hist.-Sist. do Direito	Filosofia do Direito	Teoria Geral da Pena	Direito Contratual	Propriedade e Intelectual	Direitos Reais	Direito Individual do Trabalho	Ética Profissional	Direito das Relações de Consumo	Relações Internacionais Privadas
Sociologia do Direito	Metodologia da Ciência	Organização do Estado e dos Poderes	Jurisdição Constitucional	Crimes em Espécie II	Execução Cível	Direito das Famílias	Processo e Persecução Penal	Organização e Tratados Internacionais	Recursos e Execução Penal
Linguagem Jurídica	Ética e Cidadania II	Teoria Geral do Processo	Crimes em Espécie I	Responsabilidade Civil	Relações Estatais, Bens e Intervenções	Direito Financeiro e Tributário	Direito Tributário Especial	Direito Processual do Trabalho	Estatuto da Criança e do Adolescente
Ciência Política e Teoria do Estado	Direito Civil – Parte Geral	Direito das Obrigações	Processo do Conhecimento	Recursos Cíveis	Direitos Reais	Processo Cautelar e Procedimentos Especiais	Direito Coletivo do Trabalho	Processo Cautelar e Sentença Penal	Direito Ambiental
Ética e Cidadania I	Teoria da Constituição		Princípios de Empreendedorismo I	Princípios de Empreendedorismo II	Metodologia da Pesquisa	Psicologia Jurídica	TCC I	TCC II	Direitos Humanos
Direitos e Garantias Fundamentais	Teoria da Norma e do Crime		Economia Aplicada ao Direito		Resolução Alternativa de Disputas	Laboratório de Prática Jurídica I	Laboratório de Prática Jurídica II	Laboratório de Prática Jurídica III	Laboratório de Prática Jurídica IV
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (200 hs relógio)									
FORMAÇÃO									
Fundamental			Profissionalizante			Prática			

7.9 Vinculação dos Componentes Curriculares com as Habilidade e Competências

A Matriz Curricular, além de propiciar a formação técnica profissional cumprindo todos os requisitos das DCNs e das legislações aplicáveis, se revela como uma proposta efetiva de concretização do Perfil do Egresso e de desenvolvimento das Habilidades e Competências delineadas neste PPC.

Há uma preocupação e uma proposta de trabalho constante de articulação entre Componentes Curriculares e para isso são estabelecidas estratégias pedagógicas distintas (explicitadas nos Planos de Ensino) de forma a favorecer cada qual dos seus alunos quanto o desenvolvimento de *competências e habilidades*.

Particularmente, podemos destacar algumas vinculações entre os Componentes da Matriz e estas competências, a saber:

PERFIL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	COMPONENTES CURRICULARES	DESCRITIVO
Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;	-Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão	- Disciplinas de Curso (Linguagem Jurídica, Laboratórios de Prática) - Trabalho de Conclusão de Curso
Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;	-Atividades de Aula -Atividade de Orientação e Supervisão	- Disciplinas Universais (Ética e Cidadania) - Disciplinas de Curso (Sociologia do Direito, Antropologia Jurídica, Ética Profissional, Psicologia Jurídica – dentre outras) - Núcleos de Prática Jurídica
Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;	- Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão Atividades Complementares	- Disciplinas Universais (Metodologia da Ciência, Metodologia da Pesquisa) - Disciplinas de Curso (Filosofia do Direito, Direitos Humanos, Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Aplicada ao Direito, Direitos e Garantias Fundamentais) - Trabalho de Conclusão de Curso
Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;	- Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares	- Disciplinas Universais (Princípios do Empreendedorismo I e II) - Disciplinas de Curso (Ética Profissional, Psicologia Jurídica, Disciplinas Profissionais)

		<ul style="list-style-type: none"> - Núcleos de Prática Jurídica - Atividades de Iniciação à Pesquisa - Atividades Complementares
Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;	<ul style="list-style-type: none"> -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de Conclusão de Curso - Núcleos de Prática Jurídica - Atividades de Iniciação à Pesquisa - Atividades Complementares, particularmente as Extensionistas.
Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;	- Atividades de Aula	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas de Curso (Profissionais e Práticas)
Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas Universais (Metodologia da Pesquisa) - Trabalho de Conclusão de Curso - Atividades de Iniciação à Pesquisa - Atividades Complementares, particularmente as de Pesquisa.
Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;	<ul style="list-style-type: none"> -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares 	<ul style="list-style-type: none"> - Estágios Supervisionados - Núcleos de Práticas Jurídica - Atividades Complementares, particularmente as Extensionistas e de Ensino.
Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas de Curso (Direito Ambiental, Direito e Sustentabilidade, Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Atividades Complementares, particularmente as Extensionistas e de Ensino.
Atuar em equipe multiprofissional, particularmente nas atividades consultivas e contenciosas;	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas Universais (Princípios do Empreendedorismo I e II) - Estágios Supervisionados
Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas de Curso - Núcleos de Prática Jurídica - Atividades Complementares
Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas	-Atividades Complementares	- Disciplinas de Curso

profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;		- Atividades Complementares
---	--	-----------------------------

Esta interdisciplinaridade estabelecida entre os Componentes Curriculares, permite que ao final do processo verifiquemos o atendimento da formação do discente, em consonância com os parâmetros estabelecidos em nosso Perfil do Egresso, dentre os quais destacamos, uma vez mais:

1. Profissional com formação teórica e prática para a aplicação e gestão jurídica individual e corporativa, contribuindo para o fortalecimento destas com o ambiente profissional, o poder público e as instituições jurídicas- o que é propiciado pelas Atividades de Aula e Atividades de Orientação e Supervisão.
2. Um profissional-pesquisador com capacidade de desenvolvimento autônomo para realização e gestão de pesquisas científicas, bem como para a construção de propostas de reflexão jurídica na resolução de problemas complexos cotidianos que exigem a atuação do bacharel em Direito - notadamente desenvolvida nas Atividades de Orientação e Supervisão vinculadas à Pesquisa.
3. Sólida formação geral e humanística, demonstrada pela capacidade de análise, domínio de conceitos e da melhor técnica jurídica refletidas na apropriação adequada da terminologia jurídica, argumentação, interpretação, hermenêutica e na correta distinção e valorização dos fenômenos jurídicos sociais. - notadamente desenvolvida nas Atividades de Orientação e Supervisão vinculadas às Atividades Integradoras e às Atividades Complementares Extensionistas.
4. Capacidade critico-reflexiva sobre os fenômenos jurídico, político, sociais e econômicos da sociedade brasileira, observando qual o real significado da sua prática profissional – estimulada, propiciada e desenvolvida em todos os Componentes Curriculares e, ainda, na relação que se estabelece entre os discentes quando já são Egressos.

7.10 Atividades Complementares

As Atividades Complementares integram o currículo pleno e são delineadas em Regulamento próprio, com o devido registro.

A FPM RIO, no que tange às Atividades Complementares, busca naturalmente cumprir as Diretrizes Curriculares estabelecidas para os cursos de graduação, ou seja, aquelas que foram aprovadas pelo Ministro da Educação e editadas mediante resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Considera-se que as Atividades Complementares se caracterizam pelo aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, tais como, monitorias, estágios, programas de iniciação científica ou de extensão, voluntariado, estudos complementares, cursos realizados em outras áreas afins, participação em eventos acadêmicos, científicos ou culturais, viagens, programas de estudos e demais atividades pertinentes à formação integral do estudante, sendo componente curricular obrigatório.

São atividades que devem possibilitar o progressivo amadurecimento do futuro bacharel, por meio de avaliação de habilidades, conhecimentos e competências, adquiridas dentro ou fora do ambiente escolar. Por isso, seguindo os fundamentos estabelecidos pela FPM RIO, o Curso de Direito, sempre atento ao perfil do egresso, descreve as atividades que tenham vinculação direta com o campo de conhecimento e área de atuação do curso, sem, no entanto, desconsiderar as atividades que ampliem a cultura geral, o espírito crítico e a consciência solidária e cidadã do estudante.

No Curso de Direito as Atividades Complementares são fracionadas em ações que possuem vinculação direta com o próprio curso e com outras ciências sociais. Cuida-se de requisito indispensável para a conclusão do curso de graduação, sendo que o discente precisa realizar **duzentas horas** de atividades complementares, divididas necessariamente ao longo das etapas do curso e em diversificação de atividades, conforme prevê o Regulamento específico de Atividades Complementares.

- a) 50 horas de ensino;
- b) 50 horas de extensão;
- c) 50 horas de pesquisa;
- d) 50 horas em habilidades diversas, observando os limites máximos estabelecidos para cada atividade e desde que experimentando atividades que permitam ao discente melhor conhecer os seus objetivos, a futura área de atuação e o desenvolvimento completo de sua formação.

Dessa forma, o discente deverá cumprir, no mínimo, 50 (cinquenta) horas em cada uma das três modalidades apontadas, podendo, para completar a carga total de 200 (duzentas) horas, realizar outras atividades na modalidade de sua escolha, respeitando-se o critério de cômputo de horas descrito no Regulamento Próprio.

Todas as presenças e atividades necessárias para cumprimento das ações acima descritas devem ser necessariamente comprovadas junto à

Coordenadoria de Atividades Complementares, cabendo a esta, por meio do seu regimento e atos internos, estabelecer a forma adequada para o aceite dessa comprovação, seja por via eletrônica ou documental, segundo as especificidades das atividades realizadas, tudo para efeito de lançamento nos cadastros individuais dos discentes.

7.11 Estágio Supervisionado e Práticas de Ensino

O Estágio Curricular Supervisionado é matéria obrigatória, realizada no Núcleo de Prática Jurídica da FPM RIO, sob a orientação e supervisão de docentes orientadores vinculados à IES, que são advogados regulamente inscritos nos quadros da OAB seção do Estado do Rio de Janeiro.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é coordenado por docente integrante do quadro da IES, trabalhando em regime de tempo integral (40 horas) e membro do NDE. A secretaria do NPJ conta com dois funcionários. O mesmo possui 06 docentes orientadores, todos advogados inscritos na OAB/RJ. Dois docentes, um responsável pelo setor criminal e outro responsável pelo setor de família e de meios especiais de soluções de controvérsias, com regime de trabalho de tempo integral (40 horas); um docente orientador na área trabalhista cujo regime de trabalho é de tempo parcial (20 horas); e três docentes que são horistas.

A proposta de trabalho do NPJ foi elaborada com base nas recomendações do Ministério de Educação e da Ordem dos Advogados do Brasil. Assim, os discentes regularmente matriculados nos 7º, 8º, 9º e 10º períodos do Curso, têm que realizar estágio curricular, que é desenvolvido ao longo de dois anos, onde os estagiários experimentam a prática profissional, tendo que concluir 332 (trezentos e trinta e duas horas) de atividades práticas, distribuídas ao longo de quatro semestres.

A FPM RIO, através do Núcleo de Prática Jurídica, presta a assistência judiciária gratuita à comunidade, oferecendo o atendimento nas áreas de Família, Consumidor, Cível (incluindo 1º atendimento em causas de Juizado Especial Cível), Criminal e Trabalhista a pessoas juridicamente necessitadas, de acordo com o preceituado pela Lei nº 1.060/50, contemplados os Meios Especiais de Solução de Litígios.

A inscrição do estagiário no Núcleo de Prática Jurídica será formalizada mediante o preenchimento do formulário próprio junto à Secretaria do NPJ, estando o discente regularmente matrícula no 7º e seguintes semestres do Curso de Direito, conforme o caso.

As atividades do estágio supervisionado envolvem tanto a prática real, com a prestação de atendimento jurídico à população hipossuficiente, como também a prática simulada, através da análise de casos e situações propostas pelos docentes orientadores do estágio supervisionado. Assim, com o objetivo de pleno atendimento das diretrizes do Curso de Direito da FPM Rio e da legislação sobre a matéria, são desenvolvidas, dentre outras, atividades que incluem a redação de peças prático profissionais; rotinas processuais; assistência e atuação em audiências e sessões; visitas orientadas; prestação de serviços jurídicos aos considerados hipossuficientes econômicos; análise de autos findos, estudo do Código de Ética do Advogado; incluindo, ainda, a participação em atividades que envolvem os Meios Alternativos de Solução de Conflitos, sempre mediante a supervisão de profissionais orientadores vinculados à IES. Semestralmente os estagiários são avaliados e é feita a conferência para o fechamento da carga horária do Núcleo de Prática Jurídica no período.

A formação teórico-doutrinária é essencial para a formação do bacharel em Direito. Não podemos esquecer que ensino prático também se mostra essencial, na medida em que visa transmitir ao discente a vivência do direito a partir da realidade social, mesmo para aqueles que não pretendam direta ou imediatamente o exercício da advocacia, como enfatizado pelas Diretrizes Curriculares do MEC.

O NPJ da FPM RIO é conveniado com a OAB-RJ e portanto as atividades de estágio supervisionado poderão ser computadas como estágio profissional. Os discentes que apresentarem a situação de impedimento ou incompatibilidade para a realização das atividades de prática profissional real, típicas do estágio profissional, realizarão atividades de prática simulada sob a supervisão do docente orientador.

Ao final do estágio, tendo completado 332 horas, o estagiário que completar as atividades, no período de dois anos, poderá participar da aferição de Estágio para que possa obter o certificado de Estágio Profissional, nos termos conveniados e da Resolução nº 138 da OAB/RJ.

Convém ressaltar que a interdisciplinaridade também é observada no âmbito do NPJ. Sobre o tema da acessibilidade, que constitui um dos eixos do novo PPC, o Núcleo promoveu palestra sobre o tema: *“Desafios para a inclusão no Brasil: as pessoas com deficiências e as relações trabalhistas”*.

O NPJ do Curso de Direito oferece atividades aos estagiários e discentes do Curso, à guisa de atividade extracurricular e contemplando o conjunto de ações

de nivelamento, cursos diversos, como por exemplo o de Atualidades da Prática Penal, Atualidades da Prática Trabalhista, etc. Tais atividades são realizadas no âmbito do NPJ, propiciando uma continuada transferência de conteúdo pedagógico.

No que tange às práticas simuladas e visitas orientadas, são promovidas visitas a instituições forenses, estatais e privadas com aderência à prática da ciência Jurídica. Como exemplo, podemos citar a visita à Cidade da Polícia e Delegacias, e ao NUCECI, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, aos Fóruns, e Câmaras de Julgamento. São organizados anualmente, o Júri Simulado, realizado no Salão Nobre da Faculdade, com ampla participação da comunidade acadêmica e intercâmbio com outras instituições de ensino. E também são desenvolvidas, dentre outras, atividades redacionais de peças prático profissionais; rotinas processuais; assistência e atuação em audiências e sessões; prestação de serviços jurídicos aos considerados hipossuficientes econômicos; análise de autos findos, estudo do Código de Ética do Advogado; incluindo, ainda, a participação em atividades que envolvem os Meios Alternativos de Administração de Conflitos.

Ainda sob o olhar da interdisciplinaridade e aplicação dos temas transversais, às atividades de solução extrajudicial de conflitos, foram incluídas na nova matriz curricular por meio da disciplina denominada **Resolução Alternativa de Disputas**. A inserção tem por como objetivo capacitar o discente para utilização dos chamados Métodos Alternativos de Administração de Conflitos como **Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem**. A referida disciplina, somada aos conteúdos específicos referentes a **Direito do Trabalho, Civil, Família, Penal e Processual**, serão aplicados sobre um enfoque prático nos **Laboratórios de Práticas Jurídicas de I a IV**. As habilidades e competências desenvolvidas no campo teórico e prático destas disciplinas são levados para fora dos muros da instituição por meio do projeto de extensão **“Conciliando no Saara”**. O projeto de extensão visa oferecer para o comércio em torno da Faculdade orientação jurídica para resolução de conflitos, o que possibilita ao discente o exercício prático do conteúdo teórico recebido.

As instalações do NPJ contam com o espaço para o funcionamento de uma Secretaria, balcão de recepção, onde os assistidos se dirigem para obter informações, sala de espera, duas salas para orientação de estagio, que contam com dois computadores em cada sala, baias de atendimento individual ao cidadão, sala da coordenação do setor, e dois sanitários, sendo que um deles estruturado com acessibilidade para pessoas com deficiência.

A secretaria do NPJ conta com três computadores e uma impressora (esses computadores contam com aplicativos e permitem o acesso a informática, bem como, Word, Excel, Office e outros), com estantes e armários para guardar documentos e material do setor, mobiliário próprio (mesas e cadeiras), acervo para consulta à legislação, possui também assinatura de recorte digital.

Todo material gráfico (pastas, papel, caneta, tinta de impressora e material de escritório em geral) são de responsabilidade da IES, que atende às solicitações mensais por meio de setor de almoxarifado da IES (setor de compras).

A manutenção física do imóvel, reparos na parte elétrica, hidráulica e de mobiliário, compete ao Instituto Presbiteriano Mackenzie.

A estrutura e organização do Núcleo de Prática Jurídica podem ser verificadas no respectivo anexo, que contém o Regimento do NPJ, o Manual do Estagiário e Modelos de Formulários de Controle de Tarefas e Carga Horária.

7.12 Atividades de Integração e síntese de conhecimentos

Relativamente às atividades de integração e síntese de conhecimentos, o Curso de Direito inclui em seu programa os seguintes componentes: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; Mecanismos e Programas de Iniciação Científica e Tecnológica; e Projetos de Extensão. O detalhamento dessas atividades educacionais segue explicitado nos subitens abaixo.

7.12.1 Trabalho de Conclusão de Curso

A FPM RIO considera a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, um momento privilegiado da formação do discente no sentido da possibilidade de elaboração da síntese dos conhecimentos adquiridos e do exercício da interdisciplinaridade. Neste sentido, é indispensável o cumprimento do TCC para a obtenção do respectivo diploma.

A finalidade primordial do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso na graduação é a de formar no discente a disposição para a construção do conhecimento, amparada na interrogação de base científica, para que possa atingir efetiva autonomia intelectual e, assim, garantir sua formação para resolução de problemas complexos teoricamente fundamentados. Por isso mesmo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, é considerado como estrutura do Eixo de Formação Prática.

O **TCC** se caracteriza como experiência de investigação científica e pesquisa monográfica, a ser desenvolvida nas etapas finais do curso de Graduação, sob a orientação de um docente orientador, preferencialmente em regime de trabalho de dedicação em período integral ou em período parcial (PPI/PPP), vinculando-se à um dos **Núcleos Temáticos do Curso de Direito**, preferencialmente aqueles relacionados com os temas delineados no âmbito da dos temas transversais, da iniciação científica e da extensão. **São eles Acesso à Justiça e Métodos Alternativos de Administração de Conflitos, Direitos Humanos, Diversidades, Acessibilidade, Sustentabilidade, Acesso à Justiça, Regulação e Cidadania**, todos explicitados detalhadamente no item específico.

Inobstante, no Curso de Direito da FPM RIO, o TCC tem ainda por objetivo:

- 1) Desenvolver no discente a capacidade de realizar uma investigação planejada, manifesta em uma pesquisa acadêmica de caráter interdisciplinar a respeito de temas pertinentes aos conteúdos do currículo pleno;
- 2) Iniciar o discente na prática de desenvolvimento da pesquisa científica, preparando-o para o ingresso em cursos de pós-graduação que venham a permitir o aprofundamento dos tópicos apresentados no curso de graduação;
- 3) Propiciar a demonstração do grau de habilidades adquiridas quanto à seleção dos problemas e sua análise, crítica e proposição;
- 4) Desenvolver e exercitar o comportamento metodológico científico com o necessário aprofundamento temático, o estímulo à consulta bibliográfica especializada e à produção científica;
- 5) Desenvolver no discente sua capacidade de interpretação crítica e aprimoramento da comunicação por meio de expressões gráfica, escrita e verbal;
- 6) Concluir o processo de formação e capacitação profissional do graduando, a fim de incentivá-lo a novas descobertas científicas para a solução dos mais variados problemas, promovendo de tal forma o progresso da ciência na sua área de especialização profissional.

O acompanhamento, avaliação e divulgação do TCC encontram-se em Regulamento próprio.

Como características da formação desejada para o discente egresso da FPM RIO, deverão ser incentivados os TCCs, que tenham aspectos multi e interdisciplinares, bem como deverá ser incentivado que os trabalhos apresentem uma visão clara da realidade e proponham uma interlocução prática com a mesma, fazendo a síntese de conhecimentos teóricos e práticos aprendidos durante o curso. Ainda, haverá permanente estímulo à participação dos discentes de TCC em grupos de pesquisa e de grupos de estudo do Curso.

A orientação de trabalhos TCC, será individual, cabendo prioritariamente aos docentes PPI e PPP, por sua estreita vinculação à pesquisa, no regime de trabalho na FPM RIO, em virtude de sua necessária familiaridade com a pesquisa e produção bibliográfica.

A avaliação do TCC, em virtude de sua especificidade, também será objeto de metodologia específica.

A aprovação no TCC ocorrerá com a obtenção da nota exigida quando da apresentação e avaliação perante Banca Examinadora especialmente designada para Avaliação daquele trabalho. A Banca Examinadora, indicada para a avaliação final do TCC, será constituída preferencialmente pelo Orientador e dois docentes convidados, pertencentes, preferencialmente, ao quadro docente de docentes em regime de trabalho integral e parcial (PPI/PPP) dos Cursos da FPM RIO.

Na avaliação do TCC em Banca Examinadora e observada a ponderação constante dos instrumentos orientadores de avaliação, deverão ser considerados os seguintes critérios:

- a) Apresentação sistematizada do trabalho final, em acordo com as normas nacionais e internacionais (ABNTs)
- b) Caráter científico do trabalho, com a necessária explicitação metodológica;
- c) Fundamentação conceitual do trabalho e referencial explicitado;
- d) Procedimento analítico do corpus;
- e) Apresentação oral e escrita do trabalho

Por fim, vale ressaltar que os discentes serão encaminhados a respeitar a Política de Ética em Pesquisa em todos os momentos.

7.12.2 Mecanismos e Programas de Iniciação Científica e Tecnológica

O Curso de Direito está compromissado com a linha educacional propagadora da pesquisa em seu curso de bacharelado. São múltiplas as referências quanto à exposição deste tema, razão pela qual detalhamos essa missão descrevendo-a nos seguintes tópicos: a) Programa Institucional de Iniciação Científica; b) Iniciação à Pesquisa; c) Programas de Iniciação Tecnológica; d) Mecanismos de acompanhamento e formas de apresentação dos resultados; e) Relação discente/orientador.

7.12.2.1 Programa Institucional de Iniciação Científica

A FPM RIO possui entre suas finalidades o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas de conhecimento. Em relação ao Curso de Direito, o lócus da sua pesquisa está no entorno da IES, com concentração na exuberante área

comercial nacionalmente conhecida como Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega, o popular mercado do SAARA.

Envolvendo discentes e docentes na produção científica, desenvolve pesquisas doutrinárias e de campo em três linhas correlativamente ligadas ao contexto social do local e do município do Rio de Janeiro.

A primeira linha denominada **“Direito e Diversidade”**, tem o objetivo de discutir questões relativas à raça, gênero, etnias e religião. Analisando dados estatais e de entidades privadas desenvolve pesquisas empíricas e promove o cruzamento de dados para identificar controvérsias envolvendo processos de exclusão.

A segunda linha denominada **“Acesso à Justiça: Desjudicialização e Administração de Conflitos na Esfera Comercial”** procura observar os arranjos utilizados pelos comerciantes na administração de conflitos oriundos das relações intersubjetivas de vizinhança, familiares e consumeristas. Procura ainda enxergar o papel da Sociedade SAARA e dos órgãos públicos nesses conflitos, além da efetividade e instrumentos utilizados, como a Mediação, Arbitragem, Negociação e a Conciliação.

A terceira linha denominada **“Regulação e Cidadania: O Estabelecimento de Novos debates da Cidadania Urbana”** objetiva estudar os enlaces viabilizadores de cidadania na cidade do Rio de Janeiro, em especial os advindos da mitigação ou ações afirmativas ligadas aos direitos civis, políticos e sociais. Por se tratar de uma grande área de comércio popular a observação da efetivação ou não da cidadania pode ser observada através de pesquisa qualitativas e quantitativas feitas pelos integrantes do grupo. Ligado a linha de Regulação temos o projeto denominado **“Acessibilidade Jurídica: Mecanismos de inclusão da pessoa com deficiência”** que visa estudar os mecanismos de exclusão social da pessoa com deficiência, a aplicabilidade e eficácia dos dispositivos legais voltados a essa grande parcela da população, além do direito de acesso a serviços básicos e as barreiras que obstaculizam a sua consecução pela pessoa com deficiência.

Tendo em vista as disposições declaradas pelo PDI da FPM RIO, afirma-se que a Iniciação Científica faz parte de sua política de ensino, sendo considerada essencial ao desenvolvimento da capacitação e das competências do discente, além de ser importante para ampliar seus conhecimentos e despertar vocações.

De acordo com o Programa Institucional de Iniciação Científica, põe-se em prática uma política de estímulo a esse tipo de produção intelectual. Fazem parte dessa política tanto o aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados pela própria Instituição, por meio do Fundo Mackenzie de Pesquisa, quanto os recursos captados em órgãos de fomento à pesquisa, tal como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que o convalidou, concedendo bolsas de pesquisa aos Programas PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação).

Por meio de tais programas, o estudante de graduação é inserido na pesquisa científica, iniciando-o no domínio de técnicas e métodos científicos, sob a orientação de um docente pesquisador, possibilitando ao discente qualificar-se adequadamente, com vistas a uma futura Pós-Graduação.

No caso específico do Curso de Direito, projeta-se, também, como importante instrumento de produção científica dos universitários, o “Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC)”, que torna a pesquisa institucional acessível àqueles discentes que já realizam estágios, ou são parte de uma relação de emprego. O PIVIC, por não oferecer bolsa, não requer que o discente não tenha outra fonte de renda, razão pela qual é praticado no caso específico.

Cabe destacar que a iniciação científica figura como uma das prioridades entre as atividades de formação acadêmico-científica dos graduandos, e permite que os estudantes, sob a supervisão de seu orientador tenham a possibilidade de se integrar, por meio da vivência da pesquisa, com os mestrandos e doutorandos, cujas pesquisas apresentam problemas científicos comuns.

7.12.2.2 Iniciação à Pesquisa

Paralelamente ao sistema de Iniciação Científica da FPM RIO, projeta-se ainda o que se denomina de Iniciação à Pesquisa, supervisionado pela Coordenação de Pesquisa.

Disponibiliza-se a participação do discente na Iniciação à Pesquisa a partir do 2º semestre do Curso, e tem a duração de 1 a 2 semestres, cabendo uma única prorrogação (por mais 1 semestre). É desenvolvida individualmente, cabendo a orientação de um docente-pesquisador. O tema deve se adequar a uma das linhas de pesquisa do Curso de Direito, anteriormente dispostas.

7.12.2.3 Semana Científica da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio

Como importante modo de estimular a pesquisa, faz parte das atividades acadêmicas da FPM RIO a realização da Semana Científica, a qual acontece anualmente.

Nela os docentes expõem as conclusões de seus trabalhos de pesquisa, cumprindo a necessária divulgação de conhecimentos produzidos, em que os acadêmicos que participam dos grupos de pesquisa têm participação efetiva, e o alunado do curso de Direito recebe essa valiosa contribuição formativa, de forma a despertar o interesse pela pesquisa.

7.12.2.4 Relação discente/orientador

A orientação de trabalhos de Iniciação à Pesquisa, na forma do Regulamento do Núcleo de Pesquisa da IES, cabe prioritariamente aos docentes PPI e PPP, por sua estreita vinculação à pesquisa, no regime de trabalho na FPM RIO.

Haverá estímulo à criação de grupos de pesquisa e de grupos de estudo pelos docentes da Unidade. A orientação geral aos docentes do curso de graduação é a de que seus grupos devem inicialmente ter a forma de grupos de estudo, para, uma vez adquirida consistência teórica e manifestado um sentido de permanência na sua composição, eventualmente assumirem a forma de grupos de pesquisa.

7.12.3 Projetos de Extensão

As ações de extensão sustentadas pelo planejamento institucional e que são efetivamente realizadas no transcurso dos semestres letivos, objetivam promover uma interação transformadora entre a FPM RIO e a sociedade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido em todos os âmbitos da atividade universitária.

Desenvolve-se esse processo como via de mão dupla, de tal modo que a atividade extensionista procura produzir um novo conhecimento, que se articula com o ensino e a pesquisa. Mantendo essa perspectiva dinâmica, as atividades de extensão nascem da captação de demandas e de necessidades da sociedade, que se coadunam com as expertises internas e que permitem pautar a produção do saber e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Desse modo, tendo em vista os sólidos elementos que compõem a Visão e a Missão institucional da FPM RIO, os quais já foram detalhadamente esquadrinhados em itens anteriores, e, dando cumprimento à legislação vigente e aos princípios que regem a educação brasileira, as atividades extensionistas encontram-se institucionalmente organizada e sob uma

Coordenação própria, visando a se desenvolver por dois importantes vetores: a) Desenvolvimento da Extensão com o propósito de fomentar o alinhamento e parcerias entre a Faculdade e a sociedade; b) Extensão Acadêmica, que se caracteriza pelas atividades complementares, visando o aprofundamento acadêmico dos discentes.

7.12.4 Cartilha de inclusão da pessoa com deficiência no mercado consumidor

Decorrente dos estudos proveniente da Linha de Pesquisa denominada **“Regulação e Cidadania: O Estabelecimento de Novos Debates da Cidadania Urbana”** e da sublinha denominada **“Acessibilidade Jurídica: Mecanismos de Inclusão da Pessoa com Deficiência”** e do projeto de extensão **“Enxergue um Bom Cliente. Mackenzie Rio por um comércio inclusivo.”**, a FPM RIO, em parceria com a **Secretaria Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência (SMDP)**, do **Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência (COMDEF)**, da **Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência da OAB/RJ (CDPD)** e da **Associação das Pessoas com Deficiência Visual do Rio de Janeiro (ADVERJ)**, promoveu a confecção de uma Cartilha Educativa contendo:

- I) explicação sobre o tamanho do mercado consumidor composto por pessoas com deficiência no Brasil;
- II) recomendações para o atendimento das pessoas com deficiência;
- III) vantagens para o comerciante quando sua loja é dotada de acessibilidade;
- IV) um estudo sobre a legislação que trata da pessoa com deficiência e da acessibilidade; e
- V) um tópico oferecendo a ajuda institucional da FPM RIO para a capacitação gratuita em técnicas de atendimento, habilidades de recepção e venda aos consumidores com deficiência através de oficinas ministradas por docentes e discentes do curso de Direito (anteriormente qualificados pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoa com Deficiência da OAB-RJ).

Essa ação de extensão inaugura um conjunto de atividades que serão implementadas com vistas na ampliação do debate e garantia da igualdade para os deficientes em suas diferentes peculiaridades. Como previsão para este ciclo de ações, ampliaremos os estudos sobre o tema incluindo outros grupos como os surdos, os cadeirantes, os albinos entre outros.

7.13 Articulação da autoavaliação do curso com a autoavaliação institucional

A avaliação institucional da FPM RIO é realizada pela Comissão Própria de Avaliação-CPA, conforme a regulamentação vigente.

Como instrumento de gestão e de política institucional, a CPA se dedica à análise contínua do PDI, e ao oferecimento de subsídios para a sua revisão e atualização. Também deve atender aos objetivos:

- Avaliações sistemáticas e periódicas de todos os docentes;
- Avaliações dos funcionários (gestores, administrativos e técnicos);
- Pesquisas sistemáticas e periódicas do nível de satisfação dos discentes,
- Cotejamento sistemático dos resultados da avaliação com o PDI para eventuais adaptações e/ou tomadas de decisão;
- Propostas de ações, considerando os resultados da autoavaliação como instrumento de gestão.

No âmbito do Curso de Direito, o NDE e o Colegiado do Curso serão responsáveis pela avaliação do Projeto Pedagógico quanto à sua concepção, concretização e eficácia formativa, para levantar os aspectos que demandem correção. Nesse processo, também deverá o NDE cotejar junto à CPA a sua avaliação, para correlacionar com os aspectos que a avaliação institucional revelar, de forma a aprimorar a atividade avaliativa como instrumento de gestão do curso.

8 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

8.1 Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso de Direito da FPM RIO, exercida por um Coordenador, é o órgão responsável pela organização didático-científica do Curso e congrega os docentes que ministram aulas nesse Curso.

O Coordenador de Curso é nomeado pelo Diretor da FPM RIO dentre docentes portadores do título de Mestre ou Doutor contratados em Regime de PPI, lotados na Faculdade e que ministrem aulas no referido Curso.

Ao Coordenador de Curso de Graduação compete:

- I – Supervisionar e orientar os trabalhos da Coordenadoria, buscando a excelência do seu Curso;
- II – Organizar o trabalho docente e discente;
- III – Promover o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso de Graduação no âmbito de sua área de atuação;
- IV – Atribuir encargos de ensino aos docentes de seu Curso, segundo suas capacidades e especializações;
- V – Organizar, supervisionar e responder pela aplicação e avaliação de exercícios domiciliares ao discente em regime especial de frequência, previsto em lei;
- VI – Sugerir providências para o constante aperfeiçoamento de seus docentes;
- VII – Supervisionar e orientar a elaboração dos planos de ensino das disciplinas

nas respectivas áreas de atividade, atendidas suas Diretrizes Curriculares; VIII – Convocar e dirigir as reuniões dos docentes de seu Curso de Graduação; IX – Zelar pelo cumprimento da regulamentação pertinente aos regimes de trabalho do Corpo Docente; X – Atender às convocações do Diretor da (Faculdade) para debate e informações sobre assuntos de seu âmbito de atuação; XI – Oferecer pareceres que lhe sejam solicitados pelos órgãos superiores; XII - supervisionar as atividades de monitoria; XIII – Encaminhar à Diretoria da (Faculdade), em períodos previamente estabelecidos, relatórios e propostas de conteúdos programáticos, ouvidos os docentes que ministram as diversas disciplinas, para o próximo período letivo; XIV – Analisar e decidir sobre solicitações dos discentes, no âmbito administrativo-pedagógico, dando ciência ao Diretor da (Faculdade).

8.2 Colegiado do Curso

O Colegiado é órgão administrativo, normativo, deliberativo e de supervisão da organização acadêmica, constituído para cada um dos Cursos de Graduação oferecidos pela FPM RIO.

Ao Colegiado de Curso compete:

- I - Analisar e deliberar, na forma regimental, propostas de modificações ou reformas curriculares no Projeto Pedagógico do Curso;
- II - Apreciar e aprovar semestralmente os Planos de Ensino;
- III - Manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais;
- IV - Discutir e analisar o desempenho do Curso de Graduação e questões acadêmico-administrativas relacionadas às atividades do Coordenador de Curso, respeitado o Regimento Geral da FPM RIO;
- V - Estimular e apoiar o aperfeiçoamento do pessoal docente, através de Cursos realizados pela própria instituição, ou em convênios com terceiros, em conjunto com a Coordenação do Curso e a Direção da Faculdade;
- VI - Analisar, sempre que houver necessidade, outras questões acadêmicas de natureza não pedagógica apresentada por docentes e discentes;
- VII - Analisar os casos de infração disciplinar e, quando necessário, encaminhar à Diretoria da Faculdade;
- VIII - Zelar pelo cumprimento de suas decisões.

8.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante é o órgão de acompanhamento didático-pedagógico de concepção, consolidação e atualização do PPC de Graduação em Direito.

Sua composição é integrada por docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, é presidido pelo Coordenador de Curso de Direito e deve situar-se entre o mínimo absoluto de 5 (cinco) e o máximo de 10% (dez por cento) da quantidade total de docentes de período integral (PPI) e de período parcial (PPP) do corpo docente do Curso de Direito, obedecendo, simultaneamente, aos seguintes parâmetros e características: a) Reconhecida liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões relevantes do Curso; b) Ser portador de título de Mestre ou Doutor; c) Ao menos 40% (quarenta por cento) do número de integrantes do NDE devem ser docentes de período integral (PPI) e todos os demais, de período parcial (PPP); d) Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos integrantes do NDE devem ter Graduação na área de conhecimento do Curso de Direito; e) Pelo menos 40% (quarenta por cento) dos integrantes do NDE devem estar atuando ininterruptamente como docentes do Curso, no mínimo, há 3 (três) anos.

A designação dos integrantes do NDE do Curso de Direito da FPM RIO é feita pelo Diretor da FPM RIO, mediante indicação do Coordenador, para um mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução.

Neste sentido, são atribuições do NDE:

- I - Acompanhar os resultados no ensino-aprendizagem constantes do PPC;
- II - Analisar e avaliar os Planos de Ensino e as respectivas compatibilidades com as ementas dos componentes curriculares;
- III - Avaliar e propor atualização do perfil profissional do egresso do Curso, contribuindo para a sua consolidação; colaborar na elaboração e recomendar a aquisição de obras indicadas como referências bibliográficas e demais equipamentos pedagógicos necessários, conforme o PPC;
- IV - Construir e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), definindo concepção e fundamentos;
- V - Indicar cursos a serem ofertados em nível de atividade complementar, cursos de extensão ou como disciplinas eletivas;
- VI - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- VII - Promover a integração horizontal e vertical do Curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC;
- VIII - Promover a interdisciplinaridade, zelando pela sua integração curricular entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

- IX - Promover a reflexão e, periodicamente, a atualização do PPC do Curso, conduzindo os processos de reformas curriculares encaminhados para avaliação e para aprovação pelos órgãos competentes;
- X - Promover reflexão e propor diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelos órgãos superiores da FPM RIO;
- XI - Propor ações em busca dos melhores resultados nos indicadores oficiais da educação superior de graduação;
- XII - Propor, fundamentadamente, alteração da carga horária do currículo do Curso ou de seus componentes, isoladamente;
- XIII - Realizar outras atividades indicadas ou recomendadas pelo Coordenador de Curso de Direito;
- XIV - Revisar as ementas e os conteúdos programáticos dispostos nos Planos de Aula;
- XV - Zelar pela regularidade e qualidade de ensino ministrado pelo Curso, através de acompanhamento junto à CPA, particularmente acompanhando as atividades e avaliações da Comissão Própria de Avaliação da IES;
- XVI - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Direito.

9 Corpo Docente

9.1 Perfil docente

A FPM RIO em relação ao seu corpo docente pauta-se nas diretrizes e princípios que propiciem a valorização dos seus profissionais e reconhecimento por sua produção intelectual e científica e dedicação às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Não obstante isso, resguarda e promove condições e ambiente de trabalho saudáveis e adequado, bem como incentiva a participação na elaboração dos projetos e atividades pedagógicas do curso relacionados ao ensino e à extensão com ampla liberdade de expressão e participação.

Na contrapartida, o corpo docente pauta-se por uma atuação que zele pelo cumprimento de suas atividades essenciais, bem como o compromisso com o desenvolvimento e a promoção de uma educação de qualidade de forma contínua.

Quanto à titulação, o quadro Docente é composto por Doutores, Mestres e Especialistas. Quanto ao regime de trabalho, os docentes encontram-se registrados em Regime de Tempo Integral (RTI) ou Regime de Tempo Parcial (RTP) e, ainda, como Professor Horista.

O docente do curso de Direito da FPM RIO deve possuir a titulação mínima de Mestre, experiência docente e ser um especialista em sua área de atuação, porém, em casos excepcionais, dependendo da característica profissional, poderão ser admitidos docentes com titulação de especialista. Para composição de seu quadro de docentes, o curso de Direito da FPM RIO prioriza os docentes que dominam as estratégias ativas de ensino e exercem seu papel no desenvolvimento do protagonismo estudantil entre os discentes. Em relação ao regime de contratação, os docentes contratados em regime de tempo parcial ou integral devem representar pelo menos 33% do total de docentes.

O docente da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: a) dedicação “integral”, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho; b) tempo “parcial” de vinte ou doze horas semanais de trabalho; ou, c) “horista” devendo obedecer ao mínimo de aulas previstas em Ordem Interna emanada pela Coordenação da Faculdade.

São atribuições do professor contratado sob os regimes parcial e integral, além daqueles previstos no Regimento, Regulamentos aplicáveis e na legislação em vigor:

1. Participar da elaboração do Projeto Pedagógico Institucional - PPI e do Projeto Pedagógico - PPC do curso a que esteja ligado,
2. Elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação do NDE e Coordenação do Curso,
3. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo integralmente o programa e a carga horária,
4. Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos,
5. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos com equilíbrio, bom senso e equidade,
6. Fornecer, ao setor competente, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela Direção e Coordenação,
7. Observar o regime disciplinar da FPM RIO e do Curso;
8. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado,
9. Comparecer às reuniões e solenidades programadas pela FPM RIO e seus órgãos colegiados,
10. Responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação,

11. Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina,
12. Planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações,
13. Comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenadoria do curso ou da direção da Faculdade,
14. Elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização e
15. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e no Regimento.

9.2 Experiência acadêmica e profissional

Todos os docentes apresentam aderência às disciplinas ministradas, com experiência profissional e acadêmica na área de conhecimento e devem possuir titulação acadêmica conforme descrita no item acima (9.1), bem como apresentar experiência acadêmica e profissional, de modo a atender às exigências quanto ao perfil esperado do corpo docente, conforme Instrumento de Avaliação de Cursos Superiores de Direito e normativas institucionais.

9.3 Publicações

O corpo docente deverá gerar produção bibliográfica qualificada na área de Concentração do Curso, que será mensurada a cada Triênio.

A fim de promover a pesquisa e de difundir o conhecimento, as publicações deverão se pautar nos Critérios Qualis para Artigos em periódicos acadêmicos, bem como na elaboração de livros e/ou capítulos de livros.

Ainda o corpo docente participará de reuniões ou eventos acadêmicos indexados, preferencialmente apresentando Trabalhos completos. Por fim, a publicação será também mensurada a partir de trabalhos publicados e divulgados em meios de projeção científica, técnica e/ou artística reconhecida. Esta dinâmica de publicação será considerada para efeitos de promoção e progressão na Carreira Acadêmica.

9.4 Implementação das políticas de capacitação no âmbito do curso

A direção da FPM RIO propõe políticas de capacitação docente na Faculdade, como segue:

9.4.1 Encontro Semestral de Docentes

Acontece em todo início de semestre letivo, sendo oferecida a toda a comunidade docente da FPM RIO. É constituída por:

- a) Conferências pedagógicas sobre assuntos relativos ao ensino-aprendizagem, com convidados que possuem vasta experiência na atividade em questão;
- b) Práticas pedagógicas do docente do Ensino Superior: Relatos de Experiência;
- c) Ciclos de palestras.

Este Fórum é um órgão destinado a estimular, apoiar e desenvolver a formação continuada de docentes por meio de pesquisa, produção docente e organização de atividades que permitam o desenvolvimento e a atualização didático-pedagógica e da prática docente aos docentes da FPM RIO.

9.4.2 Semana de Atualização Pedagógica

A Direção Acadêmica propõe ainda, como uma de suas ações, desenvolver a cultura de estudo e reflexão sistemática sobre a prática docente na FPM RIO.

Para tanto, são propostos encontros semestrais denominados de Semana de Atualização Pedagógica. Em tais oportunidades, são abordados temas diversos, de interesse dos docentes, tratando de questões mais técnicas até questões afetivas e filosóficas que fazem parte da prática pedagógica. Os Diálogos ocorrem sob a liderança de um docente cuja expertise se relaciona com a temática em questão. Os encontros têm como objetivo promover a troca de experiência entre os docentes e oferecer um espaço para a sistematização das ações pedagógicas na FPM RIO.

9.5 Plano de Carreira Docente

A carreira de Magistério Superior na FPM RIO está regulada com base no seu Regimento Geral e na CLT, assim como as demais normas regimentais pertinentes, **notadamente no Plano de Carreira Docente (PCD) homologado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do Processo nº 46215.012216/2013-26, publicado no D.O. de 10/02/2014**, a ser implementado a partir de janeiro de 2015.

A Carreira Docente é estruturada em sistema de cargos, com categorias e níveis, que possibilita as progressões vertical e horizontal do docente. As categorias se organizam em auxiliar; assistente mestre, assistente doutor e adjunto, conforme Plano protocolado perante o órgão competente.

A progressão funcional vertical ou horizontal se dará mediante a observância de titulação acadêmica, tempo e mérito, além da existência de vaga e de disponibilidade financeira da entidade Mantenedora, conforme o Plano de Carreiras da Faculdade.

O Docente da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: a) dedicação “integral”, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho; b) tempo “parcial” de trinta ou vinte horas semanais de trabalho; ou, c) “aulista” devendo obedecer ao mínimo de aulas previstas em Ordem Interna emanada pela Diretoria da Faculdade.

No regime de dedicação integral admitir-se-á: participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério; participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a pesquisa; percepção de direitos autorais ou correlatos; colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Acadêmico competente.

9.6 Critérios de Seleção e Contratação

A seleção e contratação de docente na FPM RIO levam em consideração a demanda nas matérias/áreas de conhecimento, o número de vagas, a classe, o regime de trabalho, os requisitos específicos e a titulação exigida para o cargo especificado. A admissão de professor é feita mediante seleção procedida pela Coordenação do Curso a que pertença a disciplina e homologada pelo Diretor Acadêmico da FPM RIO.

O processo seletivo para admissão de professores obedecerá aos princípios expressos no Regimento Geral e na legislação em vigor, sendo certo que, além da idoneidade moral do candidato, serão considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, assim como experiência docente e/ou profissional, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada.

Constituem requisito básico para contratação, os diplomas de graduação e pós-graduação, correspondentes às áreas de conhecimento em que atuará.

As atribuições do professor contratado, deverão seguir os mesmos moldes do proposto anteriormente, item 9.1, tópico relativo ao perfil docente.

Por se tratarem de cursos presenciais, os docentes terão a responsabilidade da frequência obrigatória à FPM RIO, para ministração de suas aulas e das atividades acadêmicas conexas.

As atribuições dos professores contratados nos diversos regimes de trabalho estão estabelecidas nas normas e Regimento Geral da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

10 INFRAESTRUTURA

10.1 Área Física e Instalações Prediais

10.1.1 Espaço Físico Atual

A FPM RIO vem desenvolvendo suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, inicialmente, em imóvel próprio e também em prédio pertencente ao Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro.

Espaço Físico Atual da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio

BUENOS AIRES Nº 283

Andar	Descrição	Ocupação	M2
Térreo	Núcleo de Prática Jurídica	Salas de aula	250
	DTI	Laboratório de informática	120
	Sala	NDE e CPA	30
	Sala dos Professores	Sala dos professores com armários, mesas e central de consultas	80
	Empresa Junior	Empresa Junior	30
3º andar	Salas de aula	08 salas de aula	340
4º andar	Salas de aula	06 salas de aula	330
	02 salas	Coordenação de Cursos de Graduação e Direção Acadêmica	72
5º andar	06 salas de aula		330
6º andar	Auditório	Palestras e Eventos	450
7º andar	Mezanino do Auditório		150
8º andar	03 salas de aula	Aulas	150
	02 laboratórios de informática	Aulas	97
	01 laboratório de informática	Aulas	50
	04 salas de aula	Aulas	49
9º andar	05 salas (contas a pagar/arquivo do setor de bolsas/captação de discentes/comunicação/arquivo morto da secretaria)		290
		Total	2.818

REGENTE FEIJO Nºs 63/67 E ANEXO

ANDAR	DESCRÍÇÃO	OCUPAÇÃO	M2
Térreo	Biblioteca	Capacidade 15.300 volumes	380
	Sala de guarda volumes da		35
	Secretaria Geral		90
Sobre loja	Sala de Reunião		40
	Sala do Capelão		25
	Setor de Compras		25
	Sala de Reunião (2)		40
1º andar	Salas 01/02/04/14/16/18		341
2º andar	Salas 06/08/03 e05		237

	Sala 03	Coordenação de Pesquisa, de Atividades Complementares e de Estágios. Atendimento RTI e RTP	47
3º andar	Salas 10/12 /07 e 09		211
ANEXO			
Recepção	Telefonista		25
	AFA		19
1º andar	RH		25
2º andar	Gerencia Geral		50
		Total	1590

10.1.2 Instalações físicas futuras

Por iniciativa da Mantenedora, face a premente necessidade de expansão e melhor conforto ao corpo discente e docente da FPM RIO, foi assinado em 12 de setembro de 2014, instrumento particular de compromisso de compra e venda de imóvel nas condições ali previstas, objeto da matrícula nº 238.74, do 09º Ofício de Registro de Imóveis da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em área nobre da Cidade, situado na Zona Sul, bairro do Flamengo, imóvel que outrora abrigou o Instituto Metodista Bennett e o Centro Universitário Bennett.

Tal aquisição abrange também as benfeitorias ali existentes. A área total conta com cerca de 21.000 m², existindo prédios já edificados, biblioteca e auditórios para imediato funcionamento na transferência da sede. A previsão da mesma ocorrerá por compromisso da Associação da Igreja Metodista, conforme letra “d” dos considerandos iniciais do citado instrumento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

10.1.3 Laboratório de formação geral (Secretaria das Coordenadorias)

As Coordenadorias de TCC, Estágios Supervisionados, Atividades Complementares, Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão do Curso de Direito possuem uma Secretaria Integrada, localizada na sala 3, prédio da Rua Regente Feijó, 63/67.

Nesta Secretaria se encontram disponibilizados computadores, mesas e demais equipamentos necessários para o atendimento aos docentes e discentes. Os docentes em Regime de Tempo Integral e Parcial, de igual modo, realizam atendimentos aos discentes no respectivo espaço orientando os trabalhos monográficos, esclarecendo dúvidas quanto aos conteúdos curriculares ministrados em sala, estimulando a produção de trabalhos de pesquisa e indicações bibliográficas.

10.1.4 Laboratórios de Formação Específica

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) possui instalações próprias para o desenvolvimento de suas atividades, contam com o espaço para o funcionamento de uma Secretaria, balcão de recepção, onde os assistidos se dirigem para obter informações, sala de espera, duas salas para orientação de estagio, que contam com dois computadores em cada sala, baias de Atendimento Individual ao Cidadão, Sala da Coordenação do Setor, dois sanitários, sendo que um deles estruturado com acessibilidade para pessoas com deficiência, Sala de Mediação e Arbitragem, Sala de Segredo de Justiça e Autos Findos.

A secretaria do NPJ conta com três computadores e uma impressora (esses computadores contam com aplicativos e permitem o acesso a informática, bem como, Word, Excel, Office e outros), com estantes e armários para guardar documentos e material do setor, mobiliário próprio (mesas e cadeiras), acervo para consulta à legislação, possui também assinatura de recorte digital.

Todo material gráfico (pastas, papel, caneta, tinta de impressora e material de escritório em geral) são de responsabilidade da IES, que atende às solicitações mensais por meio de setor de almoxarifado da IES (setor de compras).

A manutenção física do imóvel, reparos na parte elétrica, hidráulica e de mobiliário, compete ao Instituto Presbiteriano Mackenzie.

A estrutura e organização do Núcleo de Prática Jurídica podem ser verificadas no respectivo anexo, que contém o Regimento do NPJ, o Manual do Estagiário e Modelos de Formulários de Controle de Tarefas e Carga Horária.

10.2 Biblioteca

10.2.1 Dados

A Biblioteca é composta para dar suporte para as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas na FPM RIO, agregando obras doutrinárias (livros, revistas, coletâneas), complementares (artigos, jornais), Bases Científicas Nacionais e Internacionais (periódicos).

Está planejada para a disposição de um acervo de 8.339 títulos e 26.858 exemplares, em uma área reservada de 242m², com plena acessibilidade e com uma política contínua de renovação e atualização de seu acervo.

Compreendendo ser um espaço privilegiado de estudo e pesquisa, a biblioteca conta com 07 (sete) salas de estudo em grupo, bem como 07 (sete) computadores para uso individual com acesso a internet e 92 lugares para estudo individual.

10.2.2 Horários de funcionamento

Os recursos e serviços estão disponíveis aos usuários 78h30m (setenta e oito horas e trinta minutos) por semana, nos seguintes horários: de 2^a a 6^a feira: das 7h às 22h, ao sábados: das 9h às 14h

10.2.3 Pessoal Técnico-Administrativo

A equipe técnica administrativa responsável pelos serviços da Biblioteca conta com a seguinte estrutura operacional conforme Quadro abaixo:

Pessoal de Apoio e Administrativo – Biblioteca	
Pessoal de Apoio Técnico e Administrativo	Quantidade
Bibliotecário	1
Técnico em Biblioteconomia	4
	5

10.2.4 Serviços oferecidos pela Biblioteca

A Biblioteca pode ser utilizada por docentes, discentes e funcionários da FPM RIO, do Instituto Presbiteriano Mackenzie, e pela comunidade externa, sendo a consulta aberta para o público geral, com livre acesso ao acervo, salvo para serviços de empréstimo.

Os usuários de outras instituições têm acesso para consulta e pesquisa no local, sendo os empréstimos domiciliares realizados somente por meio do sistema de empréstimo entre Bibliotecas. Aos usuários com necessidades especiais, internos e externos, é destacado um elemento da equipe para atendimento pessoal, realizando as atividades de pesquisa e busca de material bibliográfico na base de dados e acervo físico, e demais suportes, sempre que necessário.

Os usuários devem apresentar a identidade estudantil ou funcional para o ingresso no recinto das bibliotecas, bem como para o uso de seus serviços.

10.2.5 Da utilização

A política estabelecida em manter quantitativamente e qualitativamente atualizado o acervo bibliográfico, adequação e modernização tecnológica das instalações físicas, equipamentos, suportes bibliográficos (bases de dados eletrônicas) e serviços, deve garantir a fidelização dos principais clientes da

Biblioteca, os discentes e docentes da FPM RIO, e atraído anualmente novos usuários internos e externos.

Deve-se observar as regras de utilização da Biblioteca constantes no Regulamento próprio, no que se refere à disciplina, uso e conservação do acervo e instalações, e da disponibilidade serviços prestados.

A quantidade de material emprestado e os prazos para devolução variam de acordo com a categoria do usuário. Estão à disposição os serviços de reserva e renovação de material. Não estão sujeitos a empréstimos obras de referência, de consulta local, as obras raras, clássicas e as esgotadas, sem condições de reposição, e exemplar permanente de obras que compõem bibliografia básica.

O material emprestado é intransferível e a sua guarda é de total responsabilidade do usuário que o retirou da Biblioteca, a quem cumpre zelar pelo cumprimento dos prazos de empréstimos e conservação do acervo.

10.2.6 Organização Técnica do Acervo

A organização do acervo obedece a critérios biblioteconômicos internacionais de padronização. Para o processamento técnico dos livros o código de catalogação utilizado é o *Anglo American Cataloguing Rules*, 2nd ed. (AACR₂).

Adotaram-se dois sistemas de classificações em virtude da adequação às áreas específicas do conhecimento: *Library of Congress Classification* e *Dewey Decimal Classification* (CDD), 21th ed.

10.2.7 Acervo e Política de Atualização

O acervo atende apropriadamente às funções de ensino, pesquisa e extensão, em livros, periódicos (assinaturas correntes), base de dados, vídeos, software, além de livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento.

O processo de aquisição de livros é indireto, tendo sua operacionalização como cotação e fechamento de pedido de fornecimento por Departamento de Compras centralizado e não pela Biblioteca. O processo de aquisição de periódicos é direto, tendo sua operacionalização como cotação e fechamento de pedido de fornecimento centralizado pela Biblioteca, além do controle das aquisições e renovações de assinaturas, registro e controle de coleções de fascículos e exemplares. A Biblioteca realiza o controle das aquisições de livros e periódicos desde o pedido de compra do corpo docente, verificação de correção de dado e duplicidade até o recebimento dos materiais, verificação de conformidade e estado físico para aceitação, patrimônio e cadastramento para incorporação ao acervo.

As obras são adquiridas a partir de indicações dos docentes, feitas nos planos de ensino e aprovadas pelos colegiados de cursos. São adquiridas obras indicadas na bibliografia básica e complementar obedecendo às orientações normativas do Ministério de Educação. Também são adquiridas obras a partir das sugestões e indicações do corpo docente, discente, funcionários e usuários em geral. A quantidade de exemplares é determinada proporcionalmente ao número de discentes conforme as recomendações dos órgãos oficiais de educação e pela demanda de uso da obra.

Como subsídios aos docentes na elaboração de bibliografias básica e complementar, a Biblioteca encaminha catálogos e listas de livrarias e editoras especializadas, disponibiliza bases de dados referenciais para consulta e promove demonstrações e apresentações de produtos acadêmicos. A projeção de aquisição das bibliografias é feita tomando por base as vagas autorizadas.

10.2.8 Política de Informatização

O Sistema de gestão de dados Pergamum, utilizado pela Biblioteca George Alexander, biblioteca central da Universidade Presbiteriana Mackenzie, também mantida pelo IPM, é disponibilizado para uso da FPM RIO.

O Pergamum é um sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que contempla as principais funções de uma biblioteca e funciona de forma integrada da aquisição ao empréstimo.

O Sistema Pergamum permite acesso à base de dados via *browser Internet*, trabalha com arquitetura cliente/servidor para acesso e atualização de dados em rede local e remotamente, entrada e atualização de dados *on-line*. Apresenta compatibilidade com o código biblioteconômico de catalogação AACR2, segundo nível, para todo tipo de documento; trabalha com formato MARC 21 nos registros bibliográficos internos, para exportação e importação e possibilita importação de dados de centros de catalogação cooperativa *on-line* ou *CD-ROM*, e exportação de dados para intercâmbio de registros bibliográficos, via formato *ISO-2709*, permitindo ainda, a emissão de diversos tipos de relatórios em conformidade com critérios recomendados pelo MEC / CAPES.

10.3 LABORATÓRIOS

Todas as instalações e equipamentos existentes passam por um processo contínuo de atualização tecnológica e guardam uma estrita ligação com as propostas pedagógicas dos cursos oferecidos na Faculdade.

10.3.1 Instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos

10.3.1.1 Recursos de informática disponíveis

A comunidade acadêmica dispõe de 02 laboratórios de informática, em funcionamento das 7h00min às 22h de segunda a sexta-feira. Estão disponíveis os softwares, para apoio acadêmico e administrativo, todos devidamente registrados e licenciados, na forma da lei. Serão instalados mais laboratórios de acordo com as necessidades que se apresentarem.

a) Horário de funcionamento

Os laboratórios assegurarão acessos diários, de 2^a a 6^a feira das 07h às 22h, para que os docentes e discentes tenham plenas condições de desenvolvimento de seus estudos, práticas investigativas, trabalhos, consultas e serviços e cursos de extensão.

b) Política de acesso e uso

A utilização dos laboratórios é atividade essencial para o curso tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada disciplina e da administração dos laboratórios.

As atividades em laboratório poderão ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento direto do docente responsável pela disciplina, auxiliado por monitores e pessoal técnico de apoio.

c) Plano de conservação e atualização tecnológica

A conservação e atualização dos equipamentos serão feitas a partir de uma análise constante a cargo do pessoal técnico de apoio, com o auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificarão a necessidade de aquisição de novos equipamentos e/ou atualização dos existentes.

A atualização de software é feita também mediante análise periódica do pessoal técnico de apoio, consideradas as sugestões de docentes do curso que utilizarão os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

d) Plano de manutenção

A manutenção de equipamentos, dependendo de sua amplitude, será assegurada pelo pessoal técnico de apoio da própria instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A reposição de materiais de consumo será compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre.

e) Pessoal técnico de apoio

O pessoal técnico de apoio é formado por equipe de profissionais escolhidos pela Faculdade, tendo como responsabilidades a atualização tecnológica, manutenção da gerência de redes, manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, biblioteca e demais setores, para que o ensino seja sempre ministrado com apoio das novas tecnologias e para assegurar a manutenção da qualidade dos cursos e programas oferecidos à comunidade.

10.4 SISTEMAS CORPORATIVOS

- a) Sistema Integrado de Gestão Acadêmico-Financeiro – Mackenzie (ERP Acadêmico - AIX), com os seguintes módulos: Acadêmico – Graduação, Pós-Graduação e Extensão, Bolsas de Estudo, Controle de Presença, Controle de Recebimento, Informativo Acadêmico aos discentes (TIA) via Internet, Notas e Faltas de Discentes via Internet, Notas de Discentes (Graduação, Pós-Graduação) via Internet, Vestibular e Simulados.
- b) Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Oracle Peoplesoft Enterprise FC/SCM V 9.1 BR (ERP - ORACLE), com os seguintes módulos: Ativo, Compras, Contabilidade, Contas a Pagar, Contas a Receber, Contratos, Despesas, Estoque, Faturamento, Orçamento, Tesouraria, Vendas.

10.4.1 Provedor Internet Mackenzie

O Provedor Internet Mackenzie possui uma infraestrutura tecnológica atualizada, moderna e dimensionada para todas as Unidades da Instituição. Atende à demanda interna e externa de todos os serviços de Internet e conectividade.

a) Principais Serviços de Internet

- Correio eletrônico POP3 e SMTP
- Hospedagem de todos os Websites Mackenzie
- Websites para os docentes
- Ampla gama de aplicativos via Web
- Webmail (@mackenzie.br, @mackenzista.com.br e @craam.mackenzie.br)
- Webcasting (Accordent)
- Gerenciador de Portal – Typo3
- Gerenciador de LMS – Moodle (11 instalações distintas)
- Linguagens de Programação PHP e Java/JSP
- Banco de dados MySQL, PostgreSQL e DB2

b) Intranet Mackenzie

A Intranet Mackenzie disponibiliza uma variada gama de serviços em ambiente Web, com acesso restrito, que visam informar, facilitar e agilizar os processos comunicacionais e administrativos da Instituição.

c) TIA – Terminal Informativo Acadêmico

Aplicação que provê, via Internet, informações acadêmicas aos discentes da FMPB. Dentre as informações acadêmicas disponíveis estão, por exemplo: notas, faltas, histórico escolar, currículo, horários das aulas, dados cadastrais, atividades complementares, datas das avaliações, situação de bolsa de estudo e situação financeira. Por meio do TIA também é possível a emissão de 2^a via de boleto, solicitação de atestados, inscrições em disciplinas de estágio supervisionado para o período letivo seguinte e a comunicação da Faculdade/Instituto para com os discentes através de mensagens e avisos. Finalmente, o TIA também faz conexões com outras aplicações informatizadas, como: inscrição para Transferência Interna, solicitação de bolsas de estudo, pesquisas, entre outras.

Para os discentes da FPM RIO, a página inicial do TIA apresenta um menu com as funcionalidades: Faltas, Notas, Horários, Datas das provas, Situação Financeira, Bolsa Informativos, Bolsas – Situação, Atividades Complementares, Guia do Discente de Graduação, Matrícula de Veteranos, Calendário Escolar, Cadastro, Currículo, Histórico, Atestados, Informativo da Biblioteca, Oportunidade de Intercâmbio – COI, Guia de Trabalhos Acadêmicos, Sugestões e Alterar Senha.

d) Moodle

O Moodle é uma aplicação baseada na Web, de aprendizagem a distância baseada em software livre. É também um sistema de gestão do ensino e aprendizagem (conhecidos por suas siglas em inglês, LMS - Learning Management System, ou CMS - Course Management System), ou seja, é um aplicativo desenvolvido para ajudar os educadores a criar cursos on-line, ou suporte on-line a cursos presenciais, de alta qualidade e com muitos tipos de recursos disponíveis. É um acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). Ele foi e continua sendo desenvolvido continuamente por uma comunidade de centenas de programadores em todo o mundo, que também constituem um grupo de suporte aos usuários, acréscimo de novas funcionalidades, etc., sob a filosofia GNU de software livre. Uma fundação (www.moodle.org) e uma empresa (www.moodle.com) fornecem, respectivamente, o apoio para o desenvolvimento do software e sua tradução para dezenas de idiomas, e apoio profissional à sua instalação. Deste ponto de

vista os cursos desenvolvidos no Moodle são criados em um ambiente que promove a interação do estudante e do docente. O docente ajuda o discente a construir este conhecimento com base nas suas habilidades e conhecimentos próprios, ao invés de simplesmente publicar e transmitir este conhecimento. Por esta razão, o Moodle dá uma grande ênfase nas ferramentas de interação entre os protagonistas e participantes de um curso. A filosofia pedagógica do Moodle também fortalece a noção de que o aprendizado ocorre particularmente bem em ambientes colaborativos. O ambiente Moodle inclui ferramentas que apoiam o compartilhamento de papéis dos participantes (nos quais eles podem ser tantos formadores quanto aprendizes, e a geração colaborativa de conhecimento como Wikis, e-livros etc., assim como ambientes de diálogo, como diários, fóruns, bate-papos etc.)

10.4.2 Ambiente de Rede Administrativa e Acadêmica

As redes de comunicação de dados (LAN e WAN) da FPM RIO são formadas por dois *backbones* em fibra óptica, além da rede Wireless: Backbone Administrativo e Backbone Acadêmico, que interligam todos os edifícios de todas as Unidades ao DataCenter Mackenzie. A conectividade de Internet permeia toda a Instituição, incluindo as salas de aula e todos os Laboratórios de Informática.

Provedor Internet Mackenzie permite a conectividade externa para docentes, funcionários, discentes e egressos, incluindo o acesso aos serviços das Bibliotecas, mediante identificação. Todos os discentes, docentes, funcionários possuem e-mail permanente e gratuito.

A FPM RIO possui uma Rede Wireless (sem fios) com cobertura voltada predominantemente para acesso aos serviços de internet. Os equipamentos podem ser notebooks, netbooks, smartphones e tablets. A tecnologia empregada é inovadora e faz uso de amplificadores de sinal e de cabos irradiantes (50 m) para cada Access Point 3Com/HP. Todos os Access Points são gerenciados de forma centralizada, incluindo as políticas, regras e perfis de acesso dos usuários

10.4.3 Softwares Acadêmicos

A FPM RIO, através da Divisão de Tecnologia da Informação DTI provê uma vasta gama de softwares e serviços de suporte técnico para toda a comunidade acadêmica e corporativa do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

10.4.3.1 Principais Parceiros e Contratos

O contrato com a **Microsoft Campus Agreement** (CA), cuja renovação é anual, viabiliza a instalação e atualização da plataforma Microsoft Windows e Office

em todos os computadores da Instituição. O contrato, vigente desde 2000, permite que funcionários com vínculo empregatício com o IPM utilizem em suas residências, uma licença do MS Windows em um computador desktop ou em um notebook.

Outras parcerias poderão ser firmadas a partir das necessidades dos cursos e da ampliação de oferta de cursos na FPM RIO.

10.5 Infraestrutura para Pessoas com Deficiência

É objetivo da FPM RIO proporcionar ambiente propício à aquisição de igualdade de oportunidades e participação da pessoa com deficiência no processo de aprendizagem. As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos discentes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais e uso de recursos diversificados. Todas as ações institucionais são pautadas nas normativas regulatórias, o diálogo com a Sociedade Civil e em específico aos **“Referências de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)”,** instrumento expedido pelo INEP, em julho de 2013.

Torna-se importante ressaltar que todos esses itens foram construídos observando o que prevê as **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto na Resolução CNE/CP nº 8, de 30 de maio de 2012; Lei Nº12.764/2012 que garante a **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e conforme disposto no art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº10.98/2000, nos Decretos Nº5.296/2004, Nº6.949/2009, Nº7.611/2011 e na Portaria Nº3.284/2003 que define as **Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida.**

Em uma ação pioneira, o presente Projeto Pedagógico da FPM Rio possui um olhar prestigioso em relação as pessoas com deficiência. O tema possui relevância e de forma interdisciplinar foi observado no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. No âmbito do ensino várias disciplinas promovem na sala de aula o debate sobre o tema. No campo da Pesquisa, a linha Direito e Diversidade e Regulação e Cidadania promovem a discussão de forma verticalizada e aprofundam o tema fora do ambiente formal de ensino e projetam o discente para fora dos muros da Faculdade. No campo da Extensão, os Projetos “As Ações Mackenzie Contra o Preconceito e Enxergue um Bom Cliente” levam o discente para o ambiente externo e promovem ações de conscientização relacionadas com os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Atento à sua responsabilidade social, a FPM RIO adota as seguintes políticas para as Pessoas com Deficiência:

- a) Para os discentes com deficiência física e motora: proporcionar livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); elevadores e rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- b) Para os discentes com deficiência visual pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: sistema de síntese de voz; foto-copiadora que amplie textos; *software* de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a discente com visão subnormal; lupas, réguas de leitura; *scanner* acoplado a computador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos.
- c) Para discentes deficientes auditivos proporciona, desde o acesso até a conclusão do curso: intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do discente; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos docentes para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.
- d) Para os docentes, discentes, funcionários e empregados deficientes ou com mobilidade reduzida, pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de: informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado das pessoas com deficiência; cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; e, cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.
- e) Para a comunidade, a oferta de: campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças; parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência como direitos humanos universais; e, integração Faculdade/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para as pessoas com deficiência.

Todos os pontos citados no presente tópico foram amplamente abordados ao longo deste Projeto Pedagógico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988_06.08.2013/art.133.shtml Acesso setembro/2013.

BRASIL. **Resolução nº 9/2004**, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e da outras providências. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991 Acesso em fev./2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** Lei nº 10.164/2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10168.htm Acesso fev/2014.

CAPES, CNPQ, FINEP, SDI/MD e SESU/MEC. **Áreas Científicas.** Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso fev./2014.

CAPES, CNPQ, FAPERGS, Finep, SDI/MD, Sesu/MEC. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em set/2013.

DELORS, Jacques. **Educação para o século XXI / questões e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2005.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade.** 3ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GHIRARDI, José Garcez; VANZELLA, Rafael Domingos Faiardo (Org.). **Ensino jurídico participativo: construção de programas, experiências didáticas.** São Paulo: Saraiva, 2009.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito.** Trad. por José Lamego da 6. ed. Alemã. reformulada. 3. ed. portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.



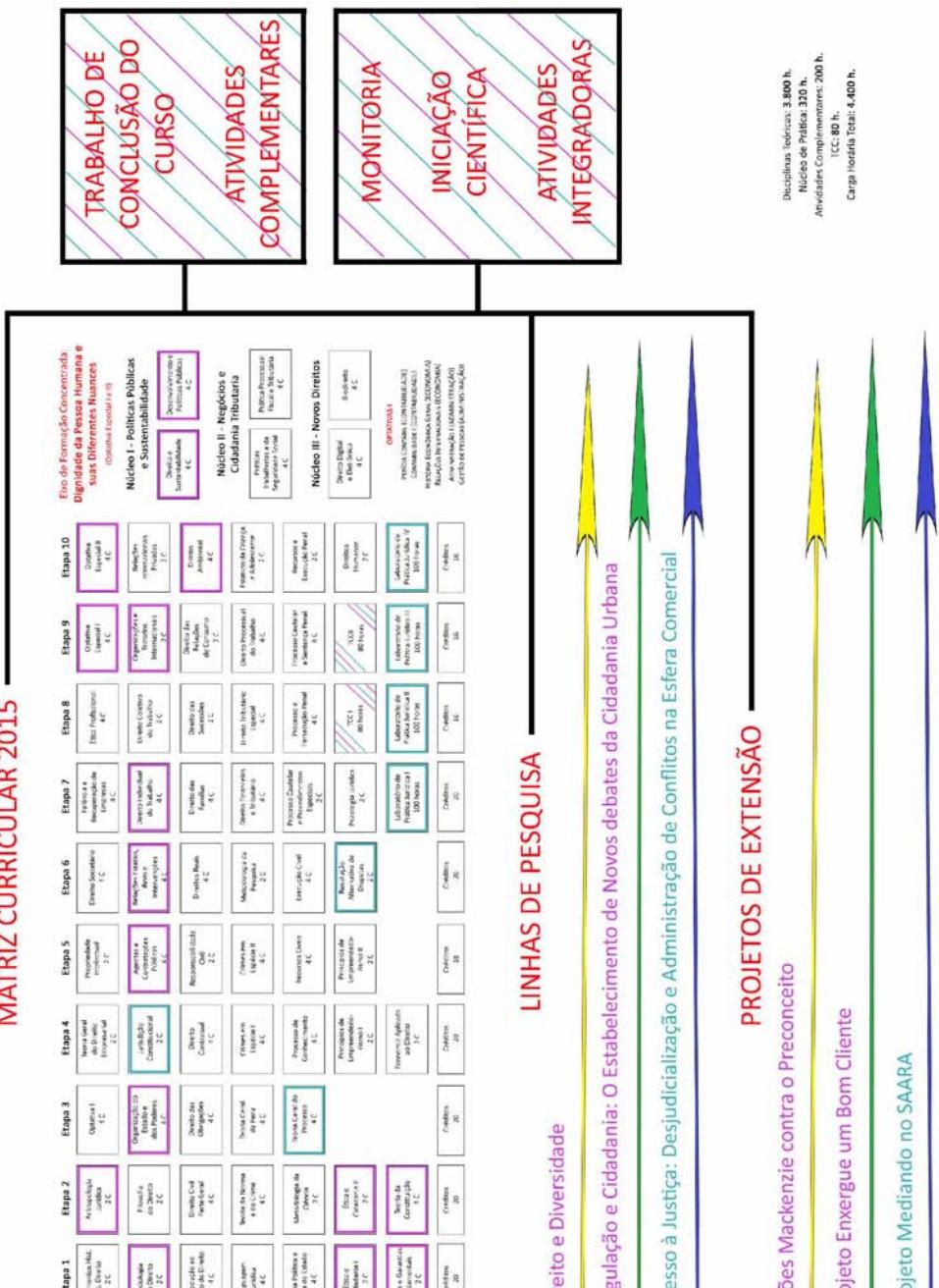
Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Eixo Norteador do Curso:
Cidadania e Justiça Social como Instrumentos na Construção de uma S

TEMAS TRANSVERSAIS

MATERIAL CURRICULAR 2015



ANEXO I - Projeto Pedagógico Mackenzie Rio – Temas Transversais

Disciplinas Teóricas: 3.800 h.
Núcleo de Prática: 320 h.
Atividades Complementares: 200 h.
TCC: 80 h.
Carga Horária Total: 4.400 h.

Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio

MATRIZ CURRICULAR 2015 - Eixos de Formação

Etapa 1	Etapa 2	Eixos de Formação Concentrada:									
		Dignidade da Pessoa Humana e suas Diferentes Nuances (Orientativa Especial I e II)									
Fundamentos Hist. Soc. e Direito 2 C	Antropologia Jurídica 2 C	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7	Etapa 8	Etapa 9	Etapa 10		
	Optativa I 4 C	Teoria Geral do Direito Empresarial 2 C	Propriedade Intelectual 2 C	Propriedade Intelectual 2 C	Direito Societário 4 C	Falência e Recuperação de Empresas 4 C	Ética Profissional 4 C	Optativa Especial I 4 C	Optativa Especial II 4 C		
	Filosofia do Direito 2 C	Organização do Estado e dos Poderes 4 C	Jurisdição Constitucional 2 C	Agentes e Contratações Públicas 4 C	Direito Individual do Trabalho 4 C	Relações Internacionais Privativas 2 C	Organizações e Tratados Internacionais 2 C	Relações Internacionais Privativas 2 C	Relações Internacionais Privativas 2 C		
Introdução ao Estudo do Direito 4 C	Direito Civil Parte Geral 4 C	Direito das Obrigações 4 C	Direito Contratual 4 C	Responsabilidade Civil 2 C	Direitos Reais 4 C	Direito das Famílias 4 C	Direito das Sucessões 2 C	Direito das Relações de Consumo 2 C	Direito das Relações de Consumo 2 C		
Linguagem Jurídica 4 C	Teoria da Norma e do Crime 4 C	Teoria Geral da Pena 4 C	Crimes em Espécie I 4 C	Crimes em Espécie II 4 C	Metodologia da Pesquisa 2 C	Metodologia da Pesquisa 2 C	Direito Tributário Especial 4 C	Direito Tributário Especial 4 C	Direito Tributário Especial 4 C		
Ciência Política e Teoria do Estado 4 C	Metodologia da Ciência 2 C	Processo de Conhecimento 4 C	Processo Civil 4 C	Recursos Civis 4 C	Execução Civil 4 C	Processo e Procedimentos Especiais 2 C	Processo e Persecução Penal 4 C	Processo Cautelar e Sentença Penal 4 C	Processo Cautelar e Sentença Penal 4 C		
Ética e Cidadania I 2 C	Princípios de Empreendedorismo I 2 C	Princípios de Empreendedorismo II 2 C	Princípios de Empreendedorismo II 2 C	Resolução Alternativa de Disputas 2 C	TCC I 80 horas	Psicologia Jurídica 2 C	Recursos e Execução Penal 2 C	Recursos e Execução Penal 2 C	Recursos e Execução Penal 2 C		
Direitos e Garantias Fundamentais 2 C	Teoria da Constituição 4 C	Teoria da Constituição 4 C	Teoria da Constituição 4 C	Economia Aplicada ao Direito 2 C	Laboratório de Prática Jurídica I 100 horas	Laboratório de Prática Jurídica II 100 horas	Direitos Humanos 2 C	Direitos Humanos 2 C	Direitos Humanos 2 C		
Créditos 20	Créditos 20	Créditos 20	Créditos 20	Créditos 18	Créditos 20	Créditos 20	Créditos 20	Créditos 16	Créditos 16	Créditos 16	Créditos 16

ANEXO III – Projeto Pedagógico Mackenzie Rio – Eixos de Formação

Eixo de Formação Concentrada

Eixo de Formação Fundamental

Eixo de Formação Profissional

Eixo de Formação Prática

Eixo de Formação Concentrada

Eixo de Formação Universal

DIREITO - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

PRIMEIRA ETAPA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SISTEMÁTICOS DO DIREITO		
Carga horária: 40h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 1ª Etapa
Ementa: Propiciar o conhecimento da evolução histórica do Direito, visando à compreensão do seu alcance e influência nos sistemas jurídicos modernos, analisando o direito dos povos sem escrita; dos povos da Mesopotâmia; dos Egípcios; dos Hebreus. Estudar o direito nas Civilizações Clássicas (Grécia e Roma) e o Direito na Idade Média. Analisar o surgimento dos estados monárquicos absolutistas com o estudo do Código Inglês. Estudar o Direito no Império Português realizando uma análise das Ordenações. Analise do Direito na Modernidade: as revoluções Liberais e o Código Napoleônico, possibilitando ao discente desenvolver a percepção jurídico-crítica no trato dos problemas da sociedade atual. Analisar o Direito no Brasil Colonial, no Brasil Imperial e na República, demonstrando a evolução das principais instituições jurídicas. Estudo do Direito na época Contemporânea e na Pós-modernidade, visando à conscientização do discente quanto a evolução dos Direitos Humanos e contextualização aos problemas da sociedade brasileira, em especial, um estudo sobre a ordem constitucional a partir de 1988 e os desafios da sociedade frente as diversidades de classe, gênero, etnia, religião, mulher, criança e adolescente, idosos, inclusão das pessoas com deficiência e meio ambiente.		
Bibliografia Básica: - PALMA, Rodrigues Feitas. História do Direito . 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil . 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - BITTAR, Eduardo C.B. (org.). História do Direito Brasileiro: Leituras da Ordem Jurídica Nacional . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. - BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nelson Nogueira; FREITAS, Ricardo de Brito Albuquerque Pontes (coord). História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva . São Paulo: Atlas, 2012. (livro eletrônico).		
Bibliografia Complementar: - COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmiação Histórica dos Direitos Humanos . 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - CICCO, Cláudio de. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito . 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. - BAGNOLI, Vicente, BARBOSA, Susana Mesquita e BERNARDO, Cristina Godoy de. Introdução à História do Direito . São Paulo: Atlas, 2014. - SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. História do Direito . São Paulo: Atlas, 2013. - NASCIMENTO, Walter Vieira do. Lições de História do Direito . Rio de Janeiro: Forense, 2009.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 1 ^a Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Análise do universo da reflexão política. Investigação sobre a noção de poder político e seu monopólio na figura do Estado. Estudo dos fundamentos filosóficos e sociológicos da Teoria Política. Análise da democracia liberal, da democracia popular e da social democracia. Caracterização das relações entre Estado, Sociedade e Direito. Estudo do conceito de Estado e seus elementos constitutivos. Análise das teorias sobre a origem e justificação do Estado. Debates sobre o sentido de Estado e Nação. Estudo sobre as teorias acerca da personalidade jurídica do Estado. Análise dos conceitos de democracia: direta, semidireta e representativa. Estudo dos Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Estudo da teoria da separação dos poderes. Discussão sobre a construção do Estado Constitucional. Estudo sobre as formas de Governo, os sistemas de Governo e os Regimes Políticos. Análise das formas de Estado. Análise do Estado Contemporâneo. As políticas sobre diversidade enfatizando os temas de gênero, étnico-raciais. Análise das políticas de ação afirmativa. A inclusão dos movimentos sociais: indígenas, negros e imigrantes nas políticas públicas.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva. 2012. - BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. - MENEZES, Anderson de. Teoria Geral do Estado. 8 ed. Forense. 2009 - DIAS, Reinaldo. Ciência Política. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - DIAS, Reinaldo. Ciência Política. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. - BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. v I e v II, Brasília: UNB, 2010. - MIRANDA, Jorge; Teoria do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense. 2009. - KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 1 ^a Etapa
<p>Ementa: Definir e analisar noções gerais da Ciência do Direito inserida no contexto político-social. Apresentar a importância desta disciplina para a atividade profissional, considerando o exercício da cidadania plena do estudante. Provocar a discussão propedêutica dos institutos basilares, em especial: analisar o direito como Ciência, o Direito natural e o Direito positivo. Analisar o Direito e a Moral. Estudar as fontes do Direito, a formação das Normas e de sua Existência. Refletir sobre as perspectivas da Teoria do Direito, abordando a teoria tridimensional do Direito. Analisar os princípios como uma espécie de norma jurídica.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva. 2015. (também em versão eletrônica) - FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2014. - VENOSA, Silvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do Direito. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2015. - NUNES, Rizzato. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (temos 02 ex.) - SECCO: Orlando de Almeida. Introdução do Estudo do Direito. 11 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. - GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2009. - MONTORO, André, Franco. Introdução à Ciência do Direito. 28 ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2009. - WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: LINGUAGEM JURÍDICA		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas	(<input type="checkbox"/>) Práticas
Etapa: 1 ^a Etapa		
Ementa: Análise dos diferentes níveis comunicativos e sua interface com o discurso jurídico. Estudo do vocabulário jurídico. Análise dos aspectos linguísticos e redacionais do texto jurídico, interpretação e construção do texto.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de Português Jurídico. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica) - NADÓLSKIS, Héndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 26 ed. Saraiva. São Paulo. 2012. - BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. - WEG, Rosana Morais e JESUS, Virgínia Antunes de. A língua como Instrumento: v I. Português na Prática. São Paulo: Contexto, 2011. (livro eletrônico). 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - MEDEIROS, João Bosco, TOMASI, Carolina. Português Forense: Língua Portuguesa para Curso de Direito. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015 . - MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Núbia Scliar. Português Instrumental. 28 ed. São Paulo: Atlas. 2010. (também em versão eletrônica) - ABREU, Antonio Suarez. A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. - CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. Companhia Nacional. São Paulo. 2008. - MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2007. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: SOCIOLOGIA DO DIREITO		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 1 ^a Etapa
Ementa: Estudo da Sociologia Jurídica como campo da ciência sociológica; Análise dos fenômenos sociais em geral e, jurídicos em particular. Estudo dos binômios liberdade X opressão; justiça X injustiça. Discussão das realidades distintas a partir de conceitos sociológicos tais como: sociedades Tradicionais, Modernas e Pós-modernas. Compreensão das estruturas que desencadeiam os modos de produção da vida social do ponto de vista jurídico, econômico, cultural, político e tecnológico. Análise crítica dos movimentos sociais na dinâmica do Acesso à Justiça. Evolução histórica do movimento negro brasileiro e a construção da identidade afro descendente. Estudo dos impasses e contradições do Direito frente às demandas da sociedade em busca do igualitarismo. Reflexão acerca do exercício de uma "sociologia aplicada" em diferentes realidades englobando diversidade física e diferença social, integrando, entre outros temas, sociedade em rede, consumo, meio-ambiente, gênero, etnia e racismo. Ética e a igualdade de valorização das raízes africanas e indígenas da nação brasileira. Ética da Educação Ambiental.		
Bibliografia Básica: - CAVALIERI FILHO Sérgio. Programa de Sociologia Jurídica . 14 ed. Forense. Rio de Janeiro. 2015. - DIAS, Reinaldo. Sociologia do Direito. A abordagem do Fenômeno Jurídico como Fato Social . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - CHARON, Joel M. Sociologia . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. - GERSON, Fernando. A legitimação Social do Direito . São Paulo: EDUCS, 2014. (livro eletrônico).		
Bibliografia Complementar: - ROCHA, José Manuel de Sacadura. Sociologia Geral e Jurídica: Fundamentos e Fronteiras . 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - ARON, Raymond. As etapas do Pensamento Sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2014. - DIAS, Reinaldo. Sociologia das Organizações . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. - CARNIO, Henrique Garbellini; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. Curso de Sociologia Jurídica . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. - DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2009.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DO ESTADO		
Disciplina: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapas: 1 ^a Etapa
<p>Ementa: Análise dos Direitos e Garantias Fundamentais: evolução histórica e caráter dimensional. Estudo das relações entre: direitos do homem, direitos humanos e direitos fundamentais. Reflexão sobre a aplicabilidade do princípio da Dignidade Humana como um valor universal. Compreensão da sustentabilidade socioambiental como meta universal. Exame dos Direitos Sociais decorrentes de Tratados Internacionais, sua garantia e proteção no Brasil e no âmbito Internacional. Direitos humanos, inclusão social e a nova Lei de Acessibilidade.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. 5 ed. São Paulo; Atlas: 2014. - BOBBIO. Norberto. A Era dos Direitos. Editora Campus. 2004. - DIMOULIS, Dimitri e, MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. São Paulo; Atlas, 2012. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - GUERRA, Sidney Cesar Silva. Direitos Humanos: Curso Elementar. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. - DIMOULIUS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral Dos Direitos Fundamentais. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2013. - DIAS, Jean Carlos; KLAUTAU FILHO, Paulo (Cord.). Direitos Fundamentais, Teoria do Direito e Sustentabilidade. São Paulo: Editora Método, 2010. - SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009. - COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2015. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL		
Disciplina: ÉTICA E CIDADANIA I		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 1 ^a Etapa
<p>Ementa: Estudo da influência da teologia calvinista, na formação do pensamento político e jurídico moderno. Análise crítica das ideias políticas que moldaram as sociedades contemporâneas e serviram de base às conquistas históricas dos Direitos de Cidadania. Introdução a uma teoria do Estado. Discussão sobre os direitos fundamentais assegurados na Constituição brasileira. Análise das questões democráticas e das ameaças aos direitos humanos fundamentais na atualidade. Análise dos diversos tipos de cidadania (civil, política, relações étnico-raciais e indígenas). Contemplação da Ética Profissional: bioética e a igualdade de valorização das raízes africanas e indígenas da nação brasileira. Ênfase no Código de Ética: ética nas organizações e da responsabilidade profissional. Ética da educação ambiental.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - VALLS, Álvaro. L.M. O Que é Ética? 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2014. - BOFF, Leonardo. Ética e Moral: A Busca dos Fundamentos. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. - SCHAEFFER, Francis. Como Viveremos? 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. - BORGES, Inez Augusto. Confessionalidade e Construção Ética na Universidade. São Paulo: Editora Mackenzie, 2008. - ALOMA, Ribeiro Felizardo (Org.), Ética e Direitos Humanos: Uma Perspectiva Profissional. Pearson, 2012. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MORELAND, J.P.; CRAIG, William Lane. Filosofia e Cosmovisão Cristã. São Paulo: Ed. Vida Nova, 2015 - KUYPER, Abraham. Calvinismo. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014. - BIÉLER, André. O Pensamento Econômico e Social de Calvino. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. - VAN TIL, Henry. O conceito Calvinista de Cultura. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. - HORTON, Michael Scott. O Cristão e a Cultura. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. - Carta de Princípios. Chancelaria da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: HTTP://www.mackenzie.br/cartas_principios.html 		

SEGUNDA ETAPA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: ANTROPOLOGIA JURÍDICA		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 2 ^a Etapa
Ementa: O estudo da Antropologia no contexto da formação das Ciências Sociais no Ocidente com foco na Antropologia cultural evidenciando o fenômeno jurídico enquanto elemento estabilizador dos grupos culturais e sociais; métodos e procedimentos de pesquisa e suas principais tendências teóricas intrincadas nas relações entre o humano, a sociedade e a Cultura; análise do discurso do direito e de seu campo de atuação; diálogo entre a tendência monista e dogmática do Direito e a dimensão zetética do discurso pluralista da ciência antropológica; o modo antropológico de pensar o Direito enfatizando as relações entre saber e conhecimento, sociedade, Estado de Direito, democracia, direitos humanos, justiça e controle social. Análise dos conceitos chave: Natureza x cultura e organização social; genética e personalidade; sociedade e diversidade cultural, raça e etnia, alteridade, diferença, desigualdade, etnocentrismo e relativismo cultural, mito e simbologia, sistemas de parentesco.		
Bibliografia Básica: - IAMUNDO, Eduardo. Sociologia e Antropologia do Direito . São Paulo: Saraiva, 2015 (também em versão eletrônica) - ASSIS, Olney Queiroz; KUMPEL, Vítor Frederico. Manual de Antropologia Jurídica . São Paulo: Saraiva, 2014. (também em versão eletrônica) - CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e Antropologia . São Paulo: Saraiva, 2013. - MARTINS, José de Souza. A Sociologia Como Aventura: Memórias . Contexto 256. São Paulo, 2013. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia Jurídica: Geral e do Brasil . 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. Antropologia: Uma Introdução . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (também em versão eletrônica) - BOFF, Leonardo. A Águia e a Galinha: Uma Metáfora da Condição Humana . 49 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. - LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia . São Paulo: Brasiliense: 2009. - LARAIA, Roque de Barros. Cultura um Conceito em Antropologia . 23 ed. Rio de Janeiro. ZAHAR. 23 ed, 2009.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: FILOSOFIA DO DIREITO		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas	(<input type="checkbox"/>) Práticas
Etapa: 2 ^a Etapa		
Ementa: Estudo da filosofia jurídica, sua origem, desenvolvimento histórico e principais correntes. Reflexão sobre os temas clássicos e contemporâneos da filosofia jurídica através da problematização de questões fundamentais do direito, tais como justiça, norma, liberdade, propriedade, poder, Estado e sociedade. Os Direitos Naturais do Homem e sua interface com a Inclusão das Pessoas com Deficiência. Análise das relações da ciência, da ética e da política com os fenômenos jurídicos. Uma análise entre a relação de poder e os aspectos relativos a Sustentabilidade e a Preservação do Meio Ambiente.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - CASTILHO, Ricardo. Filosofia do Direito. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Atlas, 2015. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - MASCARO, Alysson. Filosofia do Direito. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - GAARDNER, Josten. O Mundo de Sofia: Romance da História da Filosofia. São Paulo, Companhia das Letras, 2013. - FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2009. - ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires (Colab.). Filosofando: Introdução à Filosofia. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2009. - PERELMAM, Chaim. Ética e Direito. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. - NUNES, Rizzato. Manual de Filosofia do Direito. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO CIVIL		
Disciplina: DIREITO CIVIL - PARTE GERAL		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 2ª Etapa
Ementa: Estudo dos direitos da Pessoa Natural: personalidade, capacidade, incapacidade, estado da pessoa e emancipação. Estudo da Ausência e da Comoriência. Análise do Conceito de Representação: legal e convencional da pessoa jurídica. Exame do Domicílio: legal, necessário, voluntário, geral e especial. Análise do conceito de Pessoa Jurídica: requisitos, natureza, registro, capacidade, representação, nacionalidade. Estudo dos Bens: conceito; classe de bens. Análise dos Fatos jurídicos: naturais e voluntários. Definição do Negócio Jurídico: validade, invalidação, defeitos, elementos acidentais e extinção. Estudo da Prescrição e Decadência. Ato ilícito: Abuso de Direito.		
Bibliografia Básica: <ul style="list-style-type: none"> - GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. v I. São Paulo: Saraiva, 2015. - PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. v I. Rio de Janeiro: Forense, 2011. - VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. v I. São Paulo: Atlas, 2011. - NADER, Paulo. Curso de Direito Civil: Parte Geral. v I. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> - GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil – Parte Geral. v I. São Paulo: Saraiva, 2015. - FUHRER, Maximiliano Cláudio Américo. Resumo de Direito Civil. 39 ed. São Paulo: Editora Malheiros. 2012. - FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito Civil: Teoria Geral. 9 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. - RIZZARDO, Arnaldo. Parte Geral do Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011. - VENOSA, Sílvio de Salvo. Código Civil Interpretado. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro Eletrônico) - TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral. v I. 11 ed. São Paulo: Método, 2015. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO PENAL		
Disciplina: TEORIA DA NORMA E DO CRIME		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 2 ^ª Etapa
<p>Ementa: Revelar ao aluno a importância do Direito Penal. Conhecer e compreender Direito Penal no atual contexto social, a partir dos princípios constitucionais inerentes à dignidade da pessoa humana e aos direitos da personalidade. Analisar a norma penal visando ao conhecimento e compreensão da teoria do crime. Estudo dos elementos da Teoria Geral do Delito: tipicidade; ilicitude e culpabilidade, bem como do concurso de agentes.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. Parte Geral. v I. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal. Parte Geral (arts. 1 ao 120). v I. São Paulo: Atlas, 2015. - GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. v I. 17 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. - BITENCOURT, Cesar Roberto. Código Penal Comentado. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (Livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESTEFAM, André. Direito Penal: Parte Geral. 4 ed. São Paulo; Saraiva, 2015. - NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Especial (arts. 121 a 249). 10 ed. v II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. - PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. (arts. 1 a 120). v I. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. v I. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL		
Disciplina: ÉTICA E CIDADANIA II		
Carga horária: 40h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 2ª Etapa
<p>Ementa: Estudo dos conceitos de ética, moral, cidadania e suas inter-raciais. Discussão dos temas fundamentais da ética norteada pelos princípios da cosmovisão calvinista. Reflexão e análise crítica das teorias ético-normativas mais sublinhadas na atualidade e suas implicações práticas. Estabelecimento e identificação de pontos de contato entre a ética calvinista e as demais áreas do conhecimento. A ética e o Meio-Ambiente, Ecologia e Sustentabilidade.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BOFF, Leonardo. Ética e Moral: A Busca dos Fundamentos. 9 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. - VALLS, Álvaro. L.M. O Que é Ética? 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2014. - VAN TIL, Henry. O conceito Calvinista de Cultura. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. - GALLO, Silvio (coord.). Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia: Elementos para o Ensino da Filosofia. 10 ed. Campinas: Papirus, 2015. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar</p> <ul style="list-style-type: none"> - MORELAND, J.P.: CRAIG, William Lane. Filosofia e Cosmovisão Cristã. São Paulo: Ed. Vida Nova, 2015. - KUYPER, Abraham. Calvinismo. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014. - SCHAEFFER, Francis. Como Viveremos? 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. - BIÉLER, André. O Pensamento Econômico e Social de Calvino. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. - MARINO JR, Raul. Em Busca de Uma Bioética Global. São Paulo: Hagnos, 2009. - HORTON, Michael Scott. O Cristão e a Cultura. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. - Fontes eletrônicas complementares: Carta de Princípios. Chancelaria da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: HTTP://www.mackenzie.br/cartas_principios.html 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: METODOLOGIA DA CIÊNCIA		
Carga horária: 40h:00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 2ª Etapa
<p>Ementa: Investigação a respeito da construção do conhecimento. Estabelecimento da diferenciação entre dados e informações. Estudo dos tipos de conhecimento, métodos científicos e métodos específicos das ciências sociais. Compreensão do conceito, tipos e principais técnicas de pesquisa. Capacitar o aluno para compreensão dos desafios éticos e os seus enlaces no campo da pesquisa. Aplicação dos métodos qualitativos e quantitativos no campo das pesquisas referentes a preservação do meio ambiente, igualdade, cidadania, bioética, direitos humanos, responsabilidade social e direito autoral.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2015. - DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2015. - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (também em versão eletrônica) - DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT – Comentadas para Trabalhos Científicos. 5 ed. Paraná: Juruá, 2015. - RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para Eficiência nos Estudos. 7 ed. São Paulo. Atlas 2014. - ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Como Fazer Monografias – TCC, Dissertações e Teses. 4. ed. São Paulo: 2013. - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade (Colab.). Metodologia do Trabalho Científico, 7 ed. Atlas. 2008. - BARROS, Aiddil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamento de Metodologia Científica. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. - ALVES, Rubem. Filosofia da ciência, Introdução ao Jogo e Suas Regras. 13 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2008. - AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia Científica: Ao Alcance de Todos. São Paulo: Manole, 2009. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DO ESTADO		
Disciplina: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 2 ^a Etapa
Ementa: Reflexões Introdutórias ao Direito Constitucional e ao Constitucionalismo. Comparação entre constitucionalismo liberal e social. Reflexões sobre o neoconstitucionalismo. Estudo do poder constituinte e da classificação das Constituições. Compreensão da interpretação, aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Explicitação dos princípios fundamentais do Estado brasileiro. Estudo dos direitos de garantias fundamentais e da tutela constitucional das liberdades e direitos políticos. Estudo dos remédios constitucionais: Mandado de Segurança, Habeas Corpus, Habeas Data e Mandado de Injunção e Ação Popular. Análise dos remédios constitucionais administrativos: direito de petição e direito de certidão. Análise da tutela constitucional dos interesses difusos e coletivos. Tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência (Lei nº 7.853 de 1989). Análise da organização político-administrativa do Estado brasileiro, promovendo o debate sobre a Federação brasileira. Caracterização dos princípios fundamentais da Administração Pública.		
Bibliografia Básica: - SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo . 38 ed. São Paulo; Malheiros. 2015. - BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo . 3 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. - BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional . 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - PADILHA, Rodrigo Corrêa. Direito Constitucional . 2 ed. São Paulo: Editora Método, 2012. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição . 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - MORAES, Guilherme Peña de. Curso de Direito Constitucional . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013. - NERY JUNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria Andrade (Colab.). Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional . 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. - MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional . 7 ed. São Paulo: Saraiva. 2012. - SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais . 7 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.		

TERCEIRA ETAPA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DO ESTADO		
Disciplina: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 3 ^a Etapa
Ementa: Análise da teoria da separação dos poderes e suas principais repercussões em relação ao exercício do poder político. Compreensão do Poder Legislativo no Brasil e abordagem do Estatuto dos Congressistas e Processo Legislativo. Análise do Poder Executivo no Brasil e estudo das prerrogativas e responsabilidade do Presidente da República no Brasil. O papel dos poderes na defesa do meio ambiente. O papel do Estado na promoção da Sustentabilidade Socioambiental. Configuração do Poder Judiciário no Brasil e descrição das garantias institucionais e dos juízes. Caracterização das funções essenciais à Justiça no Brasil e suas principais atribuições. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Configuração do Ministério Público. Análise da Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade em seus modelos difuso e concentrado. Estudo dos princípios gerais da tributação e do orçamento. Análise dos princípios gerais da ordem econômica, financeira e social.		
Bibliografia Básica: - BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo . 3 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. - MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . 28 ed. São Paulo: Atlas, 2012. - TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional . 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. Da Organização do Estado dos Poderes e Histórico das Constituições . 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo . 38 ed. São Paulo: Malheiros, 2015. - MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional . 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - FERRARI, Regina Maria Machado Nery. Direito Constitucional . São Paulo: RT, 2011. - FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional . São Paulo. Saraiva. 2009. - SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais . 7 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO CIVIL		
Disciplina: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES		
Carga horária: 80h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 3 ^a Etapa
Ementa: Análise dos Atores sociais, interesses, enfoque econômico e obrigações. Introdução ao estudo da Teoria Geral das Obrigações; Relação Jurídica Obrigacional. Exame das Fontes das Obrigações. Análise das Modalidades e Efeitos das obrigações. Exame da Definição do Pagamento; Transmissão e Garantia dos Créditos. Estudo dos Atos Unilaterais; Transação e Compromisso.		
Bibliografia Básica: <ul style="list-style-type: none"> - PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações. 27 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações. v IV. São Paulo: Atlas, 2013. - DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 28 ed. São Paulo: Saraiva 2012. - MONTEIRO, Washington de Barros. (atualizado por MALUF, Carlos Alberto Dabus). Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações. v IV. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (livro eletrônico). 		
Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> - RIZZARDO, Arnaldo. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (também em versão eletrônica) - FARIA, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações. 9 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. - GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro v II. São Paulo: Saraiva, 2012. - GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. v II. São Paulo: Saraiva, 2009. - RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Parte Geral das Obrigações. v II. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PROCESSO CIVIL		
Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 3 ^a Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Reflexão sobre a importância do Direito para a manutenção e o desenvolvimento da sociedade. Análise de Conceitos Básicos: Necessidade, Bem da Vida, Utilidade, Interesse, Conflito de Interesses, Pretensão, Resistência e Lide. O estudo das modalidades de composição dos conflitos: Autotutela, Autocomposição e Processo. Análise dos meios alternativos de pacificação social: Arbitragem, Mediação e Negociação. Estudo dos Princípios Constitucionais do Direito Processual. Análise dos institutos fundamentais do Processo Civil: jurisdição, ação, processo e defesa. Estudo dos Princípios, das características essenciais e das espécies jurisdicionais. Estudo das Teorias sobre o direito de ação. Definição de Processo. Análise dos pressupostos processuais. O estudo da determinação da competência e análise dos seus critérios de fixação. Estudo da Competência absoluta e da competência relativa.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. De Acordo com o Novo CPC. v I. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. v I. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo. v I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - LEAL, Rosemíro Pereira. Teoria Geral do Processo. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. - CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 31 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. - ALVIM, J. E. CARREIRA. Teoria Geral do Processo. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - RIBEIRO, Marcelo. Curso de Processo Civil. Teoria Geral e Processo de Conhecimento. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2015. - GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro: Teoria Geral do Processo a Auxiliares da Justiça. v I. São Paulo: Saraiva, 2013. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO PENAL		
Disciplina: TEORIA GERAL DA PENA		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 3 ^a Etapa
<p>Ementa: Estudo da Teoria Geral das Penas, proporcionando uma visão constitucional dos princípios e garantias individuais concernentes à sua aplicação e finalidade. Análise crítica e reflexiva das espécies de penas, dos regimes de cumprimento, da cominação e aplicação. Análise da reincidência e do concurso de crimes. Exame dos efeitos da condenação e da reabilitação. Busca de compreensão das medidas de segurança e sua aplicação. Estudar a punibilidade e as suas causas de extinção.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. Parte Geral. v I. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. v II. São Paulo: Saraiva, 2015. (também em versão eletrônica) - PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. v II. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. - REALE JUNIOR, Miguel. Instituições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2012 (livro eletrônico). 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal. Parte Geral. v I. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. v I. 17 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. - CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Especial. v II. 15 ed. São Paulo: 2015. - PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. v I. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flavio; MOLINA, Antonio Garcia Pablos de. Direito Penal: Introdução e Princípios Fundamentais. v I. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 		

DISCIPLINA OPTATIVA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO TRIBUTÁRIO		
Disciplina: PERÍCIA CONTÁBIL		
Carga horária: 80h:00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 3 ^a Etapa
Ementa: Estudo sobre os tipos de perícia contábil e normas profissionais alusivas à prática. Análise dos dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao tema. Entendimento sobre os quesitos das partes e do juízo, diligências e honorários periciais. Compreensão das fases do Labor Pericial e da elaboração do laudo pericial. Análise das relações entre perícia, assistência técnica e auditoria. Reflexão sobre a avaliação e arbitragem.		
Bibliografia Básica: - ZANNA, Remo Dalla. Prática de Perícia Contábil . 4 ed. São Paulo: IOB Folhamatic, 2013. - ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. Perícia Contábil . 5 ed. 3 ^a imp. São Paulo: Atlas, 2011. - MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias; SOUZA, Clóvis de; FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário. Perícia Contábil: uma Abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009. - MAGALHÃES, A. de Deus Faria; LUNKES, Irtes Cristina. Perícia Contábil nos Processos Cível e Trabalhista: O Valor Informacional da Contabilidade para o Sistema Judiciário . São Paulo: Atlas, 2008. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - NEVES, Antonio Gomes das. Curso de Perícia Contábil . 3 ed, São Paulo: LTR, 2012. - WAKIM, Vasconcelos Reis; WAKIM, Elizete A. de Magalhães. Perícia Contábil e Ambiental . São Paulo: Atlas, 2012. - ALBERTO, Valder Luis Palombo. Perícia Contábil . 5 ed. 2 ^a imp. São Paulo: Atlas, 2012. - MOURA, Ril. Perícia Contábil Judicial e Extrajudicial . 13 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011. - SÁ, Antônio Lopes de. Perícia Contábil . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.		

DISCIPLINA OPTATIVA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO		
Disciplina: HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL		
Carga horária: 80h:00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 3 ^ª Etapa
Ementa: Apresentar a evolução do capitalismo a partir da dissolução do regime feudal europeu. Mostrar como o capitalismo se desenvolve concomitantemente à formação e expansão dos Estados nacionais europeus. Analisar as características do mercantilismo, do colonialismo e do processo de industrialização. Apresentar os principais fatos históricos e econômicos do longo século XIX como sendo a antessala dos conflitos do século XX. Analisar as causas e consequências das grandes guerras do século XX, e a reorganização do capitalismo contemporâneo. Apresentar o processo de retomada da hegemonia dos EUA como um dos fatores de (des)ordenação do capitalismo contemporâneo. Mostrar como a evolução dos sistemas econômicos é essencial para a interpretação da contemporaneidade.		
Bibliografia Básica: - MOCHON MORCILLO, Francisco. Princípios de Economia . São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2014. - ARRIGHI, Giovanni; RIBEIRO, Vera. O longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo . São Paulo: UNESP, 2009. - BERGER, Peter; HUNTINGTON, Samuel P. (org.). Muitas Globalizações . Rio de Janeiro: Record, 2004. - GREMAUD, Amaury Patrick. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2007. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem . 22 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC. 2010. - CASTELLS, Manuel; MAJER, Roneide Venancio. Fim de Milênio. A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura . 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. - ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia . 20 ed. São Paulo: Atlas, 2009. - FERGUSON, Niall. A Lógica do Dinheiro. Riqueza e Poder no Mundo Moderno . Rio de Janeiro: Record, 2007. - HOLANDA, Nilson. Introdução à Economia . 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.		

DISCIPLINA OPTATIVA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO		
Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA		
Carga horária: 80h:00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 3ª Etapa
Ementa: Apresentar os princípios gerais da Economia Política bem como os principais pensadores dessa linha de pensamento. Mostrar como o Estado nacional e os interesses sociais ganham destaque, junto com outras variáveis, nessa corrente de pensamento. Apresentar os conceitos de renda, riqueza, valor, salário, circulação e dinheiro. Mostrar como cada autor e corrente de pensamento entendeu o processo de acumulação e valorização do capital, bem como o crescimento econômico. Apresentar o pensamento de Karl Marx e de alguns pensadores marxistas. Mostrar como Marx enuncia sua Teoria do Valor, como entende o processo de troca e de circulação. Apresentar os conceitos de mercadoria, de riqueza, de dinheiro e o processo de acumulação e de valorização do capital. Fazer a distinção entre mais valia absoluta e mais valia relativa.		
Bibliografia Básica: - MOCHON MORCILLO, Francisco. Princípios de Economia . São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2014. - ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2009. - KRUGMAN, Paul R.: OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política . 8 ed. São Paulo: Pearson/Addison Wesly, 2010. - GREMAUD, Amaury Patrick. Economia brasileira contemporânea . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política . v I. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. - MAIA, Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior . 12 ed. São Paulo: Atlas, 2008. - GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política . São Paulo: SARAIVA, 2008. - SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005. - BERGER, Peter; HUNTINGTON, Samuel P. (org.). Muitas Globalizações . Rio de Janeiro: Record, 2004.		

DISCIPLINA OPTATIVA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO TRIBUTÁRIO		
Disciplina: CONTABILIDADE I		
Carga horária: 80h:00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 3 ^a Etapa
Ementa: Estudo dos conceitos, do campo de aplicação e dos objetivos da contabilidade, abrangendo a análise da estrutura patrimonial e o impacto das operações nos componentes do patrimônio. Análise da Classificação das Contas Contábeis. Discutir a apresentação dos mecanismos de registro e lançamentos contábeis e balancetes de verificação. Debater os procedimentos para apuração do resultado contábil. Estudo sobre as operações financeira e, estudo da NBC TG Estrutura Conceitual – Resolução nº. 1.374/11; ITG 2000 Escrituração Contábil – Resolução 1.330/11.		
Bibliografia Básica: - ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC. São Paulo: Atlas, 2014. - IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. Introdução à Teoria da Contabilidade – Para o nível de graduação. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009. (temos 174) - MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. (temos 173) - IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu e GELCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade Societária. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - MULLER, Aderbal Nicolas. Contabilidade Básica: Fundamentos Essenciais. São Paulo: Revista/Pearson, 2014. (também em versão eletrônica) - SZUSTER, Natan; et. all. Contabilidade Geral: introdução à Contabilidade Societária. 4 ed São Paulo: Atlas, 2013. (temos 08) - SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARION, José Carlos. Manual de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas. São Paulo: Atlas, 2013. (temos 04) - EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. Livro de Exercícios. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011. (temos 02) - EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (temos 30) - RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013 (livro eletrônico)		

DISCIPLINA OPTATIVA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: ADMINISTRAÇÃO I		
Carga horária: 80h:00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 3 ^ª Etapa
Ementa: Estudo sobre as principais Teorias da Administração e Escolas da Administração. Análise das relações entre as funções administrativas e as áreas funcionais da Administração. Reflexão sobre o ambiente organizacional.		
Bibliografia Básica: - KWASNICKA, Eunice Lavaca. Introdução à Administração . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - ROBBINS, Stephen P; DECENZO, David. A; WOLTER, Robert M. A Nova Administração: Mudanças e Perspectivas . São Paulo: Saraiva, 2014. - MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012. - SILVA, Adelphino Teixeira da. Administração Básica . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011 (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - SOBRAL, Felipe; PECI, Alketa. Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. - HITT, Michael A.; MILLER, C. Chet; COLELLA, Adriene. Comportamento Organizacional . 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. - WAGNER, John A.; HOLLENBECK, John R. Comportamento Organizacional: Criando Vantagem Competitiva . São Paulo: Saraiva, 2012. - LACOMBE, Francisco. HEILBORN, Gilberto. Administração: Princípios e Tendências . São Paulo: Saraiva, 2010. - MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração . São Paulo: Saraiva, 2003.		

DISCIPLINA OPTATIVA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS I		
Carga horária: 80h:00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 3 ^a Etapa
Ementa: Estudo da relação entre a empresa e seus recursos humanos. Reflexão sobre a política geral de gestão de pessoas: a integração e a produtividade do trabalhador. Análise da gestão estratégica e da gestão de recursos humanos para os resultados organizacionais. Estudo da coordenação sistêmica da administração de gestão de pessoas e sua influência no clima organizacional. Debate sobre o planejamento e sistema de informação, bem como sobre a influência dos aspectos práticos e do processo de trabalho na vivência da gestão de recursos humanos nas organizações.		
Bibliografia Básica: - MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos: do Operacional ao Estratégico. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. - PINTO, Sandra Regina da Rocha; PEREIRA, Claudio de Souza. Dimensões Funcionais da Gestão de Pessoas. 9 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2008. - CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: O Capital Humano nas Organizações. São Paulo: Atlas. 2008. - FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; BERTON, Luiz Hamilton. Administração Estratégica: Da Competência Empreendedora à Avaliação de Desempenho. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - WAGNER, John A. HOLLOWBECK, John R. Comportamento Organizacional: Criando Vantagem Competitiva. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - ROBBINS Stephen; JUDGE, Tomothya; SOBRAL Filipe. Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. São Paulo. Editora Pearson, 2011. - CARBONE, Pedro Paulo; BRANDÃO, Hugo Pena. Gestão por Competência e Gestão do Conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. - HITT, Michel. Administração Estratégica. 7 ed. Editora Geagege learning 2008. - TANURE, Betania. EVANS, Paul. PUCIK, Vladimir. Gestão de Pessoas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2007. - ALLEN, Justin; ULRICH, Dave. A Transformação do RH: Construindo os Recursos Humanos de Fora para Dentro. São Paulo: Bookman, 2011. (livro eletrônico)		

QUARTA ETAPA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO POLITICO E ECONOMICO		
Disciplina: ECONOMIA APLICADA AO DIREITO		
Carga horária: 40h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 4ª Etapa
Ementa: Reflexão sobre a evolução das ideias econômicas. Compreensão sobre as noções gerais de Economia Política. Estudo dos agentes econômicos. Reflexão sobre: o sistema político e o sistema econômico. Debate sobre a Economia de Mercado. Estudo sobre os sistemas de economia centralizada. Análise das principais Teorias da Economia Política. Discussão sobre a participação do Estado na Economia: política fiscal e regulação econômica.		
Bibliografia Básica: - MOCHON MORCILLO, Francisco. Princípios de Economia . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014. - ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia . 20 ed. São Paulo: Atlas, 2009. - HOLANDA, Nilson. Introdução à Economia . 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. - MARIANO, Jefferson. Introdução à Economia Brasileira . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - BAER, Werner. A Economia Brasileira . 3 ed. São Paulo: Nobel, 2009. - GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política . São Paulo: Saraiva, 2008. - FERGUSON, Niall. A Lógica do Dinheiro. Riqueza e Poder no Mundo Moderno . Rio de Janeiro: Record, 2007. - FEIJÓ, Ricardo. Desenvolvimento Econômico: Modelos, Evidências, Opções Políticas e o Caso Brasileiro . São Paulo: Atlas, 2007. - SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO CIVIL		
Disciplina: DIREITO CONTRATUAL		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 4 ^a Etapa
Ementa: Compreensão da Teoria Geral dos Contratos. Análise da Função Social dos contratos e seus efeitos. Exame dos Modos de Execução e Cessação da Relação Contratual. Descrição e Classificação Geral dos Contratos. Estudo dos Contratos em Espécie: Compra e Venda; Locação; Comodato; Doação; Seguros; Mandato; Depósito e Promessa de Compra e Venda.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - Contratos e Atos Unilaterais. v III. São Paulo: Saraiva, 2015. - VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Contratos em Espécie. São Paulo: Atlas, 2013. - DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. v III. São Paulo: Saraiva, 2012. - RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - FARIA, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Contratos. v IV. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Curso de Direito Civil: Direito dos Contratos. v III. São Paulo: Atlas, 2015. - RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. v III. 10 ed. São Paulo: Método, 2015. - NADER, Paulo. Curso de Direito Civil: Contratos. v III. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DO ESTADO		
Disciplina: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 4 ^a Etapa
<p>Ementa: Estudo do pós positivismo, do garantismo e do ativismo judicial. Compreensão do controle de constitucionalidade difuso e concentrado no Brasil e principais institutos correlatos. Estudo da jurisdição constitucional à luz dos princípios e reflexões sobre o papel da interpretação constitucional. Análise das ações de constitucionalidade previstas na ordem constitucional brasileira.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - NERY JUNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria Andrade (colab.). Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. - BARROSO, Luis Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. São Paulo: Saraiva. 2012. - MORAES, Alexandre de. Jurisdição Constitucional e Tribunais Constitucionais: garantia Suprema da Constituição. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SILVA. José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 38 ed. São Paulo: Malheiros, 2015. - MORAES, Guilherme Peña de. Curso de Direito Constitucional. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013. - BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 3 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. - MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2012. - BONAVIDES Paulo. Curso de Direito Constitucional. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. - SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 7 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO PENAL		
Disciplina: CRIMES EM ESPÉCIE I		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 4 ^a Etapa
Ementa:		
Analisar os princípios e normas da parte especial do Código Penal, que regem a tutela penal dos bens inerentes à vida, integridade física, honra e patrimônio. Estudo crítico reflexivo dos crimes contra a vida, o Homicídio, incluindo o aprofundamento das questões da Eutanásia, Ortutanásia e Distanásia, o Induzimento, a Instigação e o Auxílio a Suicídio, com reflexão do tema do Suicídio Assistido, o Infanticídio, as figuras típicas do Aborto e suas excludentes específicas de ilicitude, com análise do Abortamento Eugênico. Das Lesões Corporais. Dos crimes contra a honra. A Calúnia, a Difamação, a Injúria e as Disposições Comuns. Crimes contra o patrimônio. Análise crítico-reflexivo dos tipos e das disposições gerais. O Furto, o Roubo, a Extorsão e a Extorsão Mediante Sequestro, a Usurpação, o Dano, a Apropriação Indébita e a Apropriação Indébita Previdenciária, o Estelionato e os subtipos das fraudes para recebimento de indenização ou valor de seguro e pagamento por meio de cheque, a Recepção, as Disposições Gerais.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. v II. São Paulo: Saraiva, 2015. - JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. v II. 33 ed. São Paulo Saraiva, 2015. (também em versão eletrônica) - MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal. v II. São Paulo: Atlas, 2015. - ESTEFAN, André. Direito Penal. v II. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal. Parte Geral v I. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. v III. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. - NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. v II. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. - BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. v I. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DE EMPRESA		
Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 4 ^a Etapa
<p>Ementa: Análise do Direito empresarial na contemporaneidade. Reflexão sobre a teoria da empresa e o novo paradigma do direito empresarial. Estudo dos princípios e das fontes do direito empresarial. Caracterização da figura do empresário: agentes econômicos excluídos do conceito de empresário, empresário individual, empresário casado, auxiliares do empresário, registro e escrituração. Exame de questões relacionadas ao nome empresarial e sua proteção na jurisprudência do STJ. Descrição do estabelecimento empresarial: natureza jurídica, trespassse, locação empresarial, shopping center, avançamento e clientela.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 38 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (também em versão eletrônica) - COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial, Direito de Empresa. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - CAMPINHO, Sergio. O Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil. 13 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. - VENOSA, Silvio de Salvo e RODRIGUES, Cláudia. Direito Civil. Direito Empresarial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v I. São Paulo: Saraiva, 2015. - REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v II. São Paulo: Saraiva, 2015. - MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial, Direito de Empresa. v I. São Paulo: Saraiva, 2012. - TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Empresarial Sistematizado. São Paulo: Saraiva, 2011. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PROCESSO CIVIL		
Disciplina: PROCESSO DE CONHECIMENTO		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 4 ^a Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Estudo das diversas modalidades de tutela jurisdicional. Estudo da tutela jurisdicional cognitiva e de suas espécies. Estudo dos procedimentos: comum e especial. Compreensão da formação do Processo. Estudo da Petição Inicial e reflexão sobre o juízo de admissibilidade exercido pelo magistrado. Estudo da comunicação dos atos processuais. Análise das variadas formas de resposta do réu. Distinção entre revelia e contumácia. Estudo acerca da regularização do processo e das providências preliminares determinadas pelo magistrado. Compreensão da audiência preliminar. Estudo da Teoria Geral das Provas e das Provas em Espécie. Reflexão sobre a audiência de instrução e julgamento. Conceituação atual de sentença. Estudo das formas de manifestação da coisa julgada e compreensão dos seus limites objetivos e subjetivos. Estudo acerca dos mecanismos pelos quais se pode afastar a coisa julgada. Reflexão acerca da relativização da coisa julgada.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. v I. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. v I. 55 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. - MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. Processo de Conhecimento. v II. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. - MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. v I. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. - CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 30 ed. São Paulo: RT. 2015. - DINAMARCO, Cândido Rangel. A Instrumentalidade do Processo. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2013. - MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo. v I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. v I. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL		
Disciplina: PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO I		
Carga horária: 40h:00	(X) Teóricas	() Práticas
Etapa: 4 ^a Etapa		
Ementa:		
<p>Definição de empreendedorismo, análise das características e dos diferentes tipos de empreendedores. Estudo do crescimento do empreendedorismo no Brasil analisando o surgimento e as oportunidades de novos negócios até a classificação das empresas e os ramos de atividades. Conhecer a Legislação Brasileira, incentivos para criação de novas empresas e os Órgãos de apoio. Refletir sobre mudanças no mercado de trabalho, inclusão da pessoa com deficiência e a crescente importância da inovação e da ação empreendedora. Empreendedorismo sustentável como instrumento de preservação do meio ambiente. Identificação de formas e oportunidades de inovar. Entendimento das principais características dos empreendedores bem sucedidos: competências e habilidades. Análise de diferentes formas de empreender: experiências empreendedoras. Identificação de formas e oportunidades de inovar.</p>		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - MAXIMINIANO, Antonio Cesar Amaru. Empreendedorismo. São Paulo: Pearson, 2012. - FILHO, Heitor Mello Peixoto. Empreendedorismo de A a Z. São Paulo: Ed Saint Paul, 2011. - BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de Empreendedorismo e Gestão. São Paulo: Atlas, 2008. - SABBAG, Paulo Yazigi. Gerenciamento de Projetos e Empreendedorismo. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - BARON, Robert; SHANE, Scott. A. Empreendedorismo: Uma Visão de Processo. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. - BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009. - DOLABELA, Fernando. O segredo de Luisa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. - SISODIA, Rajendra S; SHETH, Jagdish N; WOLFE, David B. Os Segredos das Empresas Mais Queridas; Como Empresas de Classe Mundial Lucram com a Paixão e os Bons Propósitos. Porto Alegre: Bookman, 2008. - GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. A Responsabilidade e o Social: Uma Discussão sobre o papel das Empresas. São Paulo: Saraiva, 2007. 		

QUINTA ETAPA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DO ESTADO		
Disciplina: AGENTES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 5 ^a Etapa
Ementa: Promover o estudo da estrutura do Direito Administrativo como um dos ramos do Direito, assim como sua interdisciplinariedade com os demais ramos do direito. Conhecer os princípios do Direito Administrativo. Estudar os Sistemas administrativos, bem como a Organização da Administração Pública, as Formas de Descentralização, as Organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS). Analisar a estrutura dos atos e contratos administrativos, nos planos da existência, validade e eficácia, bem como os processos de licitação. Analisar as obrigações e deveres da Administração Pública. E o papel dos movimentos sociais na educação ambiental e na construção de marcos regulatórios referentes à educação ambiental e acessibilidade. Compreender a evolução dos Serviços Públicos.		
Bibliografia Básica: - DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 28 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . 28 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2015. - ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de Direito Administrativo . Rio de Janeiro: Forense, 2013. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado . 23 ed. Rio de Janeiro; Forense. 2015. - NASCIMENTO, Elyesley Silva do. Curso de Direito Administrativo . Rio de Janeiro: Impetus, 2013. - GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo . São Paulo: Malheiros, 2009. - ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agência Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico . Rio de Janeiro: Forense, 2009. (também em versão eletrônica – 3 ed. 2013) .		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO PENAL		
Disciplina: CRIMES EM ESPÉCIE II		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 5ª Etapa
Ementa: Analisar os princípios e normas da parte especial do Código Penal, que regem a tutela penal dos bens inerentes à dignidade sexual, à família, à incolumidade pública, paz pública, fé pública, administração pública e administração da justiça. Estudo do novo cenário dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, com abordagem crítico-reflexivo dos Crimes Contra a Liberdade Sexual, incluindo os crimes contra Vulneráveis. Análise do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas para fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual e do Ultraje público ao pudor. Estudo dos crimes contra a Família, com abordagem dos crimes contra o casamento, o estado de filiação, assistência familiar, poder de família, tutela e curatela. Estudo dos crimes contra a incolumidade e da paz pública. Estudo da Fé Pública com ênfase para a Falsidade Documental e as Fraudes contra Certame de Interesse Público e suas Repercussões. Análise dos crimes contra a Administração Pública, incluindo os Praticados por Funcionário Público e por Particulares contra a Administração em Geral, e dos crimes contra a Administração da Justiça.		
Bibliografia Básica: - MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal. 29 ed. v III. São Paulo: Atlas, 2015. - PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. v III. 9 ed. São Paulo: RT, 2013. - BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. v IV. São Paulo: Saraiva, 2012. - GENTIL, Plínio; MARCÃO, Renato. Crimes Contra a Dignidade Sexual: Comentários ao Título VI do Código Penal. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal. v II. São Paulo: Atlas, 2015. - BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. v V. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. v III. São Paulo: Saraiva, 2012. - DELMANTO Jr.; Roberto; DELMANTO, Roberto; DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. - GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. v IV. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DE EMPRESA		
Disciplina: PROPRIEDADE INTELECTUAL		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 5 ª Etapa
<p>Ementa: Análise da estrutura constitucional determinante de específicos fins para a política de inovação tecnológica, compreendendo as possibilidades de concretização dos objetivos constitucionais em relação à superação da dependência tecnológica. Analisar os modelos de política de inovação tecnológica praticados no mundo e no Brasil. Analisar a política de inovação de setores específicos e suas relações com a política econômica e com a política industrial do país, bem como a Proteção constitucional da Propriedade Intelectual e industrial.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual. Tomo I. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. - PAESANI, Liliana Minardi. Manual de Propriedade Intelectual: Direito de Autor, Direito da Propriedade Industrial, Direitos Intelectuais Sui Generis. São Paulo: Atlas, 2012. - SILVA, Regina Beatriz Tavares da; SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. Responsabilidade Civil na Internet e Nos Demais Meios de Comunicação. São Paulo: Saraiva, 2012. - SILVEIRA, Newton. Propriedade Intelectual: Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial. 4 ed. São Paulo: Manole, Pearson, 2011. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual. Tomo II. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2014. - CARVALHO, Carlos Eduardo Neves de. Antecipação dos Efeitos da Tutela Específica para a Proteção dos Direitos Autorias. São Paulo: LTR, 2011. - WACHAOWICZ, Marcos (Org.). Propriedade Intelectual e Internet. v II. Curitiba: Juruá, 2011. - VEGA, Garcia Balmes. Direito e Tecnologia – Regime Jurídico da Ciência, Tecnologia e Inovação. São Paulo: LTr, 2008. - CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede I. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2008. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO CIVIL		
DISCIPLINA: RESPONSABILIDADE CIVIL		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 5 ^a Etapa
<p>Ementa: Estudo da Teoria Geral da Responsabilidade Civil. Discussão sobre a evolução das teorias da responsabilidade civil, conceito e classificações. Análise das funções da Responsabilidade Civil, suas modalidades e pressupostos, tais como: culpa e risco, ato ilícito, o dano, patrimonial e moral, nexo de causalidade. Reflexão sobre a responsabilidade objetiva e subjetiva. Análise das diversas modalidades de responsabilidade: direta e indireta ou por fato de terceiro; da responsabilidade pelo fato das coisas; a responsabilidade profissional e seus reflexos sociais e contratuais.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade Civil. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. - GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. v IV. São Paulo: Saraiva, 2012. - MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do Consumidor em Juízo. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (temos 19) - ROSENVALD, Nelson. As Funções da Responsabilidade Civil: A Reparação e Pena Civil. São Paulo: Atlas. 2013. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SCHREIBER, Anderson. Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil: da Erosão dos Filtros da Reparação à Diluição dos Danos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (também em versão eletrônica) - VENOSA. Silva. Direito Civil: Responsabilidade Civil. v IV. São Paulo. Atlas, 2013. - CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas, 2012. - GAGLIANO e PAMPLONA FILHO. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. v III. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. - RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil: Responsabilidade Civil. v IV. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. - TARTUCE, Flávio. Responsabilidade Civil Objetiva e Risco. A Teoria do Risco Concorrente. São Paulo: Método, 2011. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PROCESSO CIVIL		
Disciplina: RECURSOS CÍVEIS		
Carga horária: 80h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 5ª Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Estudo do Sistema Recursal Brasileiro e da ordem dos processos nos Tribunais. Análise da natureza jurídica dos recursos. Compreensão dos atos processuais sujeitos a recursos. Estudo do juízo de admissibilidade e do juízo de mérito dos recursos. Comparação entre o recurso principal e o recurso adesivo. Estudo dos princípios fundamentais do Direito Recursal (Princípio da Taxatividade; Princípio da Singularidade ou Unirrecorribilidade; Princípio da Fungibilidade e Princípio da Proibição da reformatio in pejus). Análise dos efeitos dos recursos (Devolutivo, Suspensivo, Translativo, Expansivo e Regressivo). Estudo das espécies recursais: apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso extraordinário, recurso especial e embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processo Civil. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em Espécie. Processo de Execução. De Acordo com o Novo CPC. v II. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 30 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. - CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. v II. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. 29 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012 (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. - CUNHA, Leonardo Carneiro da; e DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. v III. 12 ed. Salvador: JusPODIUM, 2014. - MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. Processo de Conhecimento. v II. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. - DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil: Processo em Geral. v II. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. - MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil. v IV. 17 ed. Rio: Forense, 2013. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL		
Disciplina: PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO II		
Carga horária: 40h:00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 5ª Etapa
Ementa: Reflexões sobre mudanças no ambiente competitivo e no mercado de trabalho e crescente importância da inovação e da ação empreendedora, e a preocupação com o meio ambiente. Análise de diferentes formas de empreender: experiências empreendedoras. Identificação de formas e oportunidades de inovar. Planejamento de novos empreendimentos com o uso de modelos e plano de negócios. Apresentação de mecanismos de apoio ao empreendedor. O empreendedorismo e as perspectivas de inclusão social, econômica e cultural das pessoas com deficiência (física, mental, auditiva, visual, múltipla), face a lei de cotas. Questões ambientais e desenvolvimento sustentável. Identificando a oportunidade de negócio, desde a sua viabilidade até o desenvolvimento e construção do Plano de Negócios.		
Bibliografia Básica: <ul style="list-style-type: none"> - MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Empreendedorismo. São Paulo: Pearson, 2012. - PEIXOTO FILHO, Heitor Mello. Empreendedorismo de A a Z. São Paulo: Ed Saint Paul, 2011. - BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009. - HITT, Michael A; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. Administração Estratégica: Competitividade e Globalização. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008 (livro eletrônico) - GEM. Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil. 2011. Curitiba – IBQP. Disponível em http://www.ibqp.org.br/img/projetos/downloads/arquivo_20120705121115.pdf. (artigo eletrônico) 		
Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> - CHRISTENSEN, Clayton. O Dilema da Inovação. 2 ed. São Paulo: Mbooks, 2012. - BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de Empreendedorismo e Gestão. São Paulo: Atlas, 2008. - DOLABELA, Fernando. O segredo de Luisa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. - STEINBERG, Hurbert. A Dimensão humana da Governança Corporativa. 2 ed., Editora Gente, 2003. - ANGELO, Eduardo Bom; STEINBERG, Herbert; KLEIN, Marco Aurelio; DE MARCHI, Ricardo; MIRSHAWKA JUNIOR, Victor. Empreendedor Corporativo: A Nova Postura de Quem Faz a Diferença. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Negócio, 2003. - FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo e Gerenciamento: Processos distintos, Porém Complementares. RAE Light. V. 7, n. 3, p. 2-7. Jul/Set, 2000. Disponível em http://www.ibqp.org.br/img/projetos/downloads/arquivo_20120705121115.pdf. (artigo eletrônico) 		

SEXTA ETAPA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DO ESTADO		
Disciplina: RELAÇÕES ESTATAIS, BENS E INTERVENÇÕES		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 6ª Etapa
Ementa: Compreender o regime legal de regência do serviço público e de suas formas de exercício, em especial a concessão, a permissão e a terceirização do serviço público, bem como as Parcerias Público-Privadas e os Consórcios, Analisar os instrumentos de intervenção estatal na propriedade privada e no domínio econômico. Conhecer o regime jurídico do servidor público, bem como analisar o Estatuto dos servidores públicos. Refletir sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, bem como estudar as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência (Lei nº 10.098 de 2000). Apreender sobre o Controle da Administração Pública, sobre os Bens Públicos e verificar a Responsabilidade Civil do Estado.		
Bibliografia Básica: - CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . 28 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 28 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo . 41 ed. São Paulo: Malheiros, 2014. - ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de Direito Administrativo . 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2015. - NASCIMENTO, Elyesley Silva do. Curso de Direito Administrativo . Rio de Janeiro: Impetus, 2013. - GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agência Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico . 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009 (também em versão eletrônica – 3 ed. 2013) - MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Discretariedade e Controle Jurisdicional . 2 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008. - ARAGÃO, Alexandre Santos de (Org.). O Poder Normativo das Agências Reguladoras . 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. (livro eletrônico)		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO CIVIL		
Disciplina: DIREITO REAIS		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 6 ^a Etapa
<p>Ementa: Análise da Apropriação dos bens na sociedade atual; Discussão sobre o Problema da Terminologia: Direitos Reais ou Direito das Coisas. Exame da Classificação dos Direitos Reais; Estudo da Posse; propriedade. Análise dos Direitos Reais Limitados e dos Direitos Reais de Garantia. Exame do Direito Real de Superfície. Enfiteuse e Direito do Promitente comprador.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil – Direitos Reais. v IV. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (também em versão eletrônica) - VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direitos Reais. v V. São Paulo: Atlas, 2013. - FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: Direitos Reais. 296 ISBN 9788570616258. Caxias do Sul, Educus, 2011. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direitos Reais. v IV. São Paulo: Saraiva, 2015. - ROSENVALD Nelson; FARIA, Cristiano Chaves de. Curso de Direito Civil: Reais. v V. São Paulo: Atlas. 2015. - GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. v V. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Direito das Coisas. v V. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. - PUGLIESE. Roberto J. Direito das Coisas. Ed. LEUD. São Paulo. 2005. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DE EMPRESA		
Disciplina: DIREITO SOCIETÁRIO		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 6ª Etapa
<p>Ementa: Introdução ao direito societário: sociedades personificadas, sociedades não personificadas, sociedade limitada e sociedade anônima. Detalhamento quanto à constituição e características dos tipos societários: sociedades despersonalizadas; sociedades personificadas; sociedades simples; sociedades empresárias; em nome coletivo; comandita simples; sociedades limitadas; sociedades anônimas; sociedade cooperativa. Características e aplicabilidade das operações societárias. Discussão sobre Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica e seus efeitos. A responsabilidade do sócio e do administrador nos diversos tipos societários. Títulos de Crédito. Características e suas principais espécies.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial, Direito de Empresa. 25 ed. São Paulo: Saraiva. 2015. - CAMPINHO, Sérgio. O Direito de Empresa à Luz do Código Civil. 13 ed. São Paulo. Renovar. 2014. - MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2015. (livro eletrônico) - TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico). 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v I. São Paulo: Saraiva, 2015. - REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v II. São Paulo: Saraiva, 2015. - MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro: Empresa e Atuação Empresarial. v I. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa. v I. São Paulo: Saraiva. 2012. - ALMEIDA, Amador Paes. Curso de Falência e Recuperação de Empresas. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de Empresa: Teoria Geral da Empresa e Direito Societário. v I. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PROCESSO CIVIL		
Disciplina: EXECUÇÃO CÍVEL		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 6ª Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Estudo da Tutela Jurisdicional Executiva. Estudo sobre a Teoria Geral da Execução. Estudo sobre a execução específica e os mecanismos utilizados pelo Estado-Juiz para compelir o devedor a cumprir a obrigação. Estudo das diversas espécies de execução de título executivo extrajudicial (execução tradicional). Estudo sobre a defesa do devedor nas execuções fundadas em título executivo extrajudicial. Estudo sobre a liquidação da sentença. Estudo acerca do cumprimento das sentenças condenatórias em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa e de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa contra devedor solvente. Estudo da defesa do devedor no cumprimento da sentença condenatória. Estudo da execução por quantia certa contra devedor insolvente. Estudo da execução por quantia certa contra a Fazenda Pública. Descrição dos motivos ensejadores da suspensão e da extinção da execução.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Processo de Execução e Cumprimento de Sentença, Processo Cautelar e Tutela de Urgência. v II. 49 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. - CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. v II. São Paulo: Atlas, 2014. - MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil - Execução. v III. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. - MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral dos Recursos, Recursos em Espécies e Processo de Execução. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: RT. 2015. - FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. - ASSIS, Araken de. Manual da Execução. 17 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. - GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro: Processo de Execução e Procedimento Especiais. v III. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. - AMENDOEIRA JÚNIOR, Sidnei. Manual de Direito Processual Civil. Teoria Geral dos Recursos, Recursos em Espécies, Ações Impugnativas Autônomas; Liquidação e Cumprimento da Sentença. v II. São Paulo: Saraiva, 2012. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PRÁTICA JURÍDICA		
Disciplina: RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 6 ^a Etapa
<p>Ementa: Estudo dos Instrumentos hábeis para responder e solucionar os conflitos de interesses na sociedade contemporânea, considerando a chamada terceira onda do acesso à justiça, como preconizado por Cappelletti e Garth, analisando as técnicas de negociação, os meios alternativos de solução de controvérsias, como a conciliação, a mediação e a arbitragem. Debate sobre o papel do conciliador, do mediador e do árbitro. Análise do compromisso de ajustamento de conduta.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de Arbitragem. 3 ed. Saraiva, 2015. - SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (org). Mediação de Conflitos. São Paulo: Atlas, 2013. - BACELLAR, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo: Um Comentário à Lei 9.307/96. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009. (versão eletrônica) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Os Segredos da Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2013. - MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo. v I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - PEREIRA, César Guimarães. Arbitragem e Poder Público. São Paulo: Saraiva, 2010. - CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009. - CÂMARA, Alexandre Freitas. Arbitragem: Lei 9.307/96. 5 ed. Rio de Janeiro; Lumen Juris. 2009. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA		
Carga horária: 40h:00	(X) Teóricas	(X) Práticas
Etapa: 6ª Etapa		
Ementa: Compreensão sobre os diversos tipos de trabalho científico. Estudo sobre a elaboração de artigos científico, comunicação científica, ensaios, informes científico, resenhas, dissertações científicas. Reflexão sobre a escolha e definição do tema para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como a execução de todas as etapas necessárias à elaboração do projeto do TCC.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2015. - DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2015. - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (também em versão eletrônica) - DEMO, Pedro. Metodologia Para Quem Quer Aprender. São Paulo: Atlas, 2008. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para Eficiência nos Estudos. 7 ed. São Paulo. Atlas. 2014. - PINHEIRO, Jorge; HOUNSELL Franci. Monografia em Ciências Jurídicas e Sociais: Como elaborar. 3 ed. Paraná: Juruá, 2014. - ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Como Fazer Monografias (TCC, Dissertações, Teses). 4 ed. São Paulo: Editora Atlas. 2013. - NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Manual de Monografia Jurídica: Como se Faz uma Monografia, uma Dissertação, uma Tese. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - TACHIZAWA, Takeshy. Como Fazer Monografia na Prática. 12 ed. Rio de Janeiro, FGV. 2009. 		

SÉTIMA ETAPA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO		
Disciplina: PSICOLOGIA JURÍDICA		
Carga horária: 40h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 7ª Etapa
Ementa: O objetivo da disciplina consiste em possibilitar a reflexão sobre a ciência da Psicologia. Debate sobre a formação do sujeito. Estudo das escolas da Psicologia e dos Métodos em Psicologia. Discussão sobre o significado das condutas desviantes e a reflexão sobre os padrões aceitos. Análise dos aspectos gerais da Psicologia Jurídica, com a perspectiva de oferecer os referenciais para a compreensão da psicologia aplicada ao direito da infância e adolescência, no Direito de Família. Reflexão sobre a complexidade do psiquismo humano, discutindo o sentimento de culpa e o mal estar social. Análise das questões envolvendo as leis e as transgressões. Reflexão sobre a Psicopatologia.		
Bibliografia Básica: - FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia Jurídica . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - DAVIDOFF, Linda. Introdução à Psicologia . 3 ed. São Paulo: Pearson, 2014. - PINHEIRO, Carla. Psicologia Jurídica . São Paulo: Saraiva, 2013. (também em versão eletrônica) - FIORELLI, José Osmir. Mediação e Soluções de Conflitos: Teoria e Prática . São Paulo. Atlas 2008. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias. Uma Introdução ao Estudo de Psicologia . 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. - MIRA Y LOPEZ, Emilio. Manual de Psicologia Jurídica . Campinas: Vida Livros, 2009. - RODRIGUES, Aroldo; JABLONSKI, Bernardo; ASSMAR, Eveline Maria Leal. Psicologia Social . Petrópolis: Vozes, 2009. - BAUMAN, Zygmunt. Comunidade . Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 2003. - HUFFMAN, Karen; VERNOY, Mark, VERNOY, Judith. Psicologia . São Paulo, Atlas. 2003.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DE EMPRESA		
Disciplina: FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS		
Carga horária: 80h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapas: 7ª Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Reflexões sobre o papel social da empresa na contemporaneidade: o direito falimentar e a recuperação da empresa. Estabelecimento das relações entre o Decreto Lei 7.661/45 e a Lei 11.101/2005 e a preservação da empresa. Análise dos vetores de viabilidade da empresa em crise econômico financeira: insolvência empresarial. Caracterização da recuperação judicial, extrajudicial, recuperação das microempresas e empresas de pequeno porte: procedimento recuperatório; administração dos bens; convolação em falência. Estudo do procedimento preliminar da falência, defesa sem depósito elisivo e suas consequências: pressupostos do estado de falência; critérios aferidores da insolvência; decretação judicial de falência e seus efeitos. Detalhamento sobre a administração da falência. Órgãos da falência; administrador judicial; Ministério Público; comitê de credores; assembleia geral de credores. Exame de questões sobre os efeitos da falência quanto aos direitos dos credores. Quanto a pessoa, aos bens e aos contratos do falido. Levantamento crítico quanto aos crimes do âmbito da lei de recuperação de empresas.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial, Direito de Empresa. 25 ed. São Paulo: Saraiva. 2015. - CAMPINHO, Sérgio. O Direito de Empresa à Luz do Código Civil. 13 ed. São Paulo. Renovar. 2014. - NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de Empresa. v III. 9 ed. São Paulo: Saraiva. 2014. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v I. São Paulo: Saraiva, 2015. - REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v II. São Paulo: Saraiva, 2015. - MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. v IV. São Paulo: Atlas. 2015. - COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. v III. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica - 2014) - ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresas. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica - 2013) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO TRIBUTÁRIO		
Disciplina: DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO		
Carga horária: 80h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 7ª Etapa
<p>Ementa: Análise da atividade financeira do Estado. Estudo da Teoria Geral do Direito Tributário. Análise da competência e capacidade tributárias, fato gerador e domicílio tributário. Estudo sobre os sujeitos da tributação e da relação que se forma entre o contribuinte e o Estado. Obrigações tributárias. Reflexão sobre o Sistema Tributário Nacional. Análise sobre as limitações ao poder de tributar e dos princípios constitucionais tributários. Discussão sobre a classificação dos tributos.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros Editores, 2015. - CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2012 (também em versão eletrônica - 2015) - CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2012. - CASALINO, Vinicius. Curso de Direito Tributário e Processo Tributário. Teoria Geral e Direito Constitucional Tributário. v I. São Paulo: RT, 2012. - COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2009. (também em versão eletrônica - 2015) - TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO CIVIL		
Disciplina: DIREITO DAS FAMÍLIAS		
Carga horária: 80h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 7ª Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Análise dos institutos do direito de família na contemporaneidade. Estudo da Constituição Federal de 1988 e os princípios constitucionais em matéria de direito de família: famílias constitucionais. Reflexões sobre o atual paradigma do afeto. Introdução sobre o conceito, natureza jurídica, celebração e provas do casamento. Exame de questões sobre a posse do estado de casado, invalidade do casamento: nulidade, impedimentos, anulabilidade, as causas suspensivas e a sua dissolução, regime patrimonial de bens e mutabilidade. Caracterização das espécies de casamento, seus efeitos jurídicos bem como os direitos e deveres materiais e imateriais entre cônjuges. Definição de parentesco: disposições gerais, filiação, reconhecimento de filhos, adoção e poder familiar. Solução interdisciplinar para o problema da guarda: criança e adolescente e o melhor interesse. Estabelecimento de relações entre solidariedade familiar e alimentos. Introdução aos institutos da tutela e curatela.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Direito de Família. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil: Direito de Família. v V. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Novas Modalidades de Família na Pós-Modernidade. São Paulo: Atlas, 2010. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro - Família. São Paulo: Saraiva, 2015. - DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10 ed. São Paulo: RT, 2015. - RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2014. - DIAS, Maria Berenice. Alimentos aos Bocados. São Paulo: RT, 2013. - RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Direito de Família. v VI. 28 ed. São Paulo, Saraiva, 2008. - LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. v V. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PROCESSO CIVIL		
Disciplina: PROCESSO CAUTELAR E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		
Carga horária: 40h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 7ª Etapa
<p>Ementa: Análise dos principais aspectos envolvendo as tutelas de urgência: tutela antecipada e tutela cautelar. Distinção entre Tutela Cautelar e Tutela Antecipada. Estudo do procedimento e sobretudo dos fundamentos constitucionais envolvendo as tutelas de urgência. Estudo da Teoria Geral do Processo Cautelar. Análise das Medidas Cautelares típicas e atípicas. Estudo dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Avaliação das Ações de conhecimento com procedimento especial, estabelecendo as características específicas de cada uma. Estudo das características do procedimento especial de jurisdição voluntária.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Processo de Execução e Cumprimento da Sentença, Processo Cautelar e Tutela de Urgência. v II. 49 ed. Rio de Janeiro. Forense, 2014. - MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2013. - CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. v III. São Paulo: Atlas, 2013. - DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2014 (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. - BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil; Juizados Especiais. v II, Tomo II. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. - MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil. v III. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil: Processo Cautelar e Procedimentos Especiais. v III. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. - GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro: Processo de Execução e Procedimento Especiais. v III. 22 ed. São Paulo: Saraiva. 2013. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO		
Carga horária: 80h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 7ª Etapa
<p>Ementa: Reflexão sobre as relações laborais na sociedade complexa da atualidade. Estudo do Direito do Trabalho e seus princípios fundamentais. Debate sobre as Fontes do Direito Laboral. Análise das relações de trabalho e dos sujeitos da relação de trabalho. Estudo sobre Contrato de trabalho, Remuneração, Duração do Trabalho, Repousos, Estabilidade e Garantia de Emprego. Cota para pessoas com deficiência nas empresas.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2015. - DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 12 ed. São Paulo: LTr, 2013. - SARAIVA, Renato e Rafael Tonassi Souto. Série Concursos Públicos - Direito do Trabalho. 16 ed. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2014. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - GRAVATÁ, Isabelli [et al]. CLT Organizada. São Paulo: LTr, 2015. - PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Resumo de Direito do Trabalho. 9 ed. Rio de Janeiro: Impetus 2010. - NASCIMENTO, Amauri Mascaro e Sônia Mascaro Nascimento. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2009. - MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Direito do Trabalho. 12 ed. São Paulo. Atlas. 2009. - CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2009. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PRÁTICA JURÍDICA		
Disciplina: LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – CIVIL		
Carga horária: 100h	(X) Teóricas (X) Práticas	Etapas: 7ª Etapa
<p>Ementa: Análise de casos práticos, reais e simulados, e sua interface com a jurisprudência, possibilitando ao discente interligar a teoria e a prática jurídico-civil, auxiliando-o a desenvolver o raciocínio que o capacite a solucionar problemas reais, considerando, ainda, o Estatuto da OAB e o Código de Ética. Estudo do mandado judicial e do substabelecimento. Análise das ações e procedimentos na área cível, a fim de capacitar o aluno a elaborar peças jurídico-profissionais, pareceres e notificações extrajudiciais. Ensinar ao discente a escolher a medida judicial e o procedimento adequado. Elaboração de peças prático-profissionais, relativas ao Direito Civil. Estudo da conciliação no Direito Civil, estimulando o discente a observar as técnicas de conciliação no momento da realização da audiência, bem como o estudo e a prática envolvendo os meios alternativos de solução de controvérsias.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Teoria Geral do Processo. 5 ed. 4 tiragem. São Paulo: Saraiva, 2014. - VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. v I. São Paulo: Atlas, 2012. - MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil: Procedimentos Especiais. v V. 3 ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2012. - CÂMARA, Alexandre Freitas. Manual do Mandado de Segurança. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. - RIBEIRO, Marcelo. Curso de Processo Civil. Teoria Geral e Processo de Conhecimento. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2015. - CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. v I. São Paulo: Atlas, 2014. - GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro: Teoria Geral do Processo e Auxiliares da Justiça. v I. São Paulo: Saraiva, 2013. - MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento. v I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 		

OITAVA ETAPA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 8ª Etapa
Ementa: Reflexão sobre o papel dos Sindicatos. Estudo do Acordo e da Convenção Coletiva do Trabalho. Reflexão sobre o direito de Greve. Análise da Organização Internacional do Trabalho. Convenção 159 da OIT sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência. Fiscalização de cumprimento da cota de empregados com deficiência pelas empresas. Estudo sobre Processo Administrativo do Trabalho.		
Bibliografia Básica: - MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho . 31 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: LTr, 2009. - MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Direito do Trabalho . 12 ed. São Paulo. Atlas. 2009. - CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho . 10 ed. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2014. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - NASCIMENTO. Amaury Mascaro. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo; Saraiva, 2015. (também em versão eletrônica) - NASCIMENTO, Amauri Mascaro e Sônia Mascaro Nascimento. Iniciação ao Direito do Trabalho . São Paulo: LTr, 2015. - RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de Direito do Trabalho . 9 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2012. - PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Resumo de Direito do Trabalho . 9 ed. Rio de Janeiro: Impetus 2010. - CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho . Rio de Janeiro: Gen/ Método, 2009.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO CIVIL		
Disciplina: DIREITO DAS SUCESSÕES		
Carga horária: 40h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 8 ^a Etapa
Ementa:		
<p>Estudo dos aspectos teóricos e conceituais da sucessão. Caracterização dos fundamentos do direito hereditário em perspectiva contemporânea. Estabelecimento de relações entre o atual direito de família e o direito sucessório. Reflexão sobre o reexame do princípio da “Saisine”, parentesco, afinidades e vocação hereditária. Análise da evolução histórica da sucessão. Estudo e análise da herança, sua aceitação, renúncia e administração. Caracterização da herança jacente e vacante. Exame de questões sobre a legitimação para suceder e os excluídos da sucessão. Discussão sobre a sucessão legítima e testamentária dos companheiros e dos conviventes em concorrência com descendentes e ascendentes e por direito próprio. Exame de questões sobre as modificações testamentárias. Estudo sobre a definição e natureza jurídica do Inventário e da Partilha. Orientação sobre a elaboração do pedido de abertura de inventário. Organização dos documentos essenciais à abertura do Processo Inventário e do pedido de cumprimento de testamento. Descrição, definição e cabimento do Inventário Judicial e Administrativo.</p>		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Direito das Sucessões v VII. São Paulo: Saraiva, 2015. - VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2014. (também em versão eletrônica) - DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro - Sucessões. v VI. São Paulo: Saraiva, 2012. - TARTUCE, Flávio. Direito Civil – Direito das Sucessões. v VI. 7 ed. São Paulo: Método, 2014. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. 3 ed. São Paulo: RT. 2013. - PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituição de Direito Civil. v.6. Direito das Sucessões. 17 ed. Rio de Janeiro. Forense: 2010. - RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Sucessões. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. (também em versão eletrônica) - RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil: Direito das Sucessões. 26 ed. São Paulo: Saraiva. 2006. - GONÇALVES, Carlos Roberto. Sinopses Jurídicas: Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva. 2000. - MADALENO, Rolf. A Desconsideração Judicial da Pessoa Jurídica e Da Interposta Pessoa Física no Direito de Família e no Direito das Sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO TRIBUTÁRIO		
Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 8 ^a Etapa
<p>Ementa: Aprofundamento da compreensão do Sistema Tributário Nacional e das espécies tributárias. Influência da assimetria das partes na relação tributária sobre a relação obrigacional tributária como fundamento para as prerrogativas e privilégios do crédito dela decorrente. O ciclo do crédito tributário e as teorias que o explica: nascimento, evolução e extinção. Limites a atuação da Fazenda e princípios processuais constitucionais sobre a sua atuação. Análise do Processo Administrativo e Judicial Tributário como meios de defesa do contribuinte.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (também versão livro eletrônico) - MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 2015. - MARTINS, Ives Gandra. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2011. (também em versão eletrônica - 2013) - CASSONE, Vittório. Direito Tributário. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (também em versão eletrônica) - BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros. 2012. - ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica - 2012) - COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense. 2009. (também em versão eletrônica - 2015) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PROCESSO PENAL		
Disciplina: PROCESSO E PERSECUÇÃO PENAL		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 8 ^a Etapa
Ementa:		
<p>Análise dos Princípios constitucionais aplicados ao processo penal: dignidade da pessoa humana; princípio do juiz natural; devido processo legal; isonomia, contraditório e ampla defesa; presunção de inocência, proibição de provas ilícitas, entre outros. Estudo da evolução dos sistemas processuais penais. Estudo da Norma processual penal: conceito, características, aplicação no tempo e no espaço. Análise da Investigação Criminal: peças de informação e inquérito policial; instauração, arquivamento, desarquivamento. Estudo da Jurisdição e da competência, com ênfase nas causas de fixação e modificação; conexão e continência; a atribuição. Análise, da Ação Penal: conceito, características, elementos, condições, espécies; princípios; denúncia e seu aditamento; queixa-crime. Processo Penal: conceito, ralação jurídica processual, características, princípios processuais, espécies. Pressupostos processuais de existência e validade. Ação civil ex delicto.</p>		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - MANZANO, Luiz Fernando de Moraes. Curso de Processo Penal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013. - TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. v I. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (livro eletrônica) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2015 - TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. v II. 35 ed. São Paulo: Saraiva. 2013. - NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais. São Paulo: RT, 2012. - MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PRÁTICA JURÍDICA		
Disciplina: ÉTICA PROFISSIONAL		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 8 ^a Etapa
Ementa: Reflexão sobre a questão ética fundamental: o fenômeno humano e a liberdade. Debate sobre a questão entre ética e direito. Estudo da ética profissional nas diversas áreas do Direito. As dimensões da Deontologia jurídica decorrentes das atividades do magistrado e da atuação do Conselho Nacional de Justiça. Compreensão da deontologia jurídica relacionada à ética profissional dos membros do Ministério Público e análise da atuação do Conselho Nacional do Ministério Público. Compreensão da deontologia jurídica e da ética profissional na atividade dos advogados.		
Bibliografia Básica: - BOFF, Leonardo. Ética e Moral: A Busca dos Fundamentos . 9 ed. Petrópolis. Vozes, 2014. - MAMEDE, Gladston. A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (De Acordo com o Novo Código Civil) . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (também em versão eletrônica) - BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica (Ética Geral e Profissional) . Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. - LANGARO, Luiz Lima. Curso de Deontologia Jurídica . São Paulo: Saraiva, 2011. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional . 9 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica . 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. - PEGORARO, Olinto. Ética e Justiça . Petrópolis: Vozes, 2009. - ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco . São Paulo: Martin Claret, 2009. - PERELMAN, Chaim. Ética e Direito . 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PRÁTICA JURÍDICA		
Disciplina: LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA II – FAMÍLIA		
Carga horária: 100h	(X) Teóricas (X) Práticas	Etapa: 8ª Etapa
Ementa: O estudo dos aspectos teóricos e práticos da redação forense. O estudo do mandato judicial e do substabelecimento. O estudo da renúncia e da revogação do mandato. Análise de casos práticos, reais e simulados, propiciando a possibilidade de desenvolver raciocínio que capacite o discente a solucionar problemas reais. Análise jurisprudencial. Análise das decisões do Conselho de Ética. A escolha da medida judicial adequada. A escolha do procedimento adequado. O estudo na elaboração da petição inicial. O estudo das respostas do réu nas ações de família. Análise dos recursos. O estudo das medidas cautelares cabíveis na prática do Direito de Família. O estudo da Conciliação e da Mediação no Direito de Família. Reflexão sobre a função dos Conselhos Tutelares. Elaboração de peças prático- profissionais, utilizadas no Direito de Família.		
Bibliografia Básica: <ul style="list-style-type: none"> - PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. v V. 23 ed. Direito de Família. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2015. - DIAS, Maria Berenice de. Manual de Direito das Famílias. 8 ed. RT. São Paulo. 2011. - RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Direito de Família. v VI. 28 ed. 5 tiragem. São Paulo, Saraiva, 2008. - NADER, Paulo. Curso de Direito Civil: Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense, 2013 (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> - VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Direito de Família. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. v VI. São Paulo: Saraiva, 2015. - ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Direito de Família. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Família. São Paulo: Saraiva, 2015. - RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família. 9 ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2014. - TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito de família. v V. São Paulo: Método, 2015. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PRÁTICA JURÍDICA		
Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
Carga horária: 80h	(<input type="checkbox"/>) Teóricas (<input checked="" type="checkbox"/>) Práticas	Etapas: 8 ^a Etapa
Ementa: Capacitar os alunos para elaborar trabalho de conclusão do curso, na modalidade de monografia de graduação em direito, envolvendo elaboração de projeto, desenvolvimento de pesquisa projetada e sustentação perante Banca Examinadora. No projeto cabe ao aluno demonstrar assimilação e compreensão dos diversos institutos jurídicos e, habilidade de desenvolver trabalho de cunho científico, envolvendo domínio da lógica na argumentação, o discurso com persuasão racional, e a linguagem científica.		
Bibliografia Básica: - SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015. - DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico . São Paulo: Atlas, 2015. - LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (também em versão eletrônica) - ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Como fazer monografias: TCC, Dissertações e Teses . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT Comentadas Para Trabalhos Científicos . 5 ed. Curitiba: Juruá, 2015. - RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica. Guia para Eficiência nos Estudos . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Manual de Monografia Jurídica: Como se Faz uma Monografia, uma Dissertação, uma Tese . São Paulo: Saraiva, 2012. - GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . São Paulo: Atlas, 2008. (também em versão eletrônica - 2010) - BARROS, Aiddil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamento de Metodologia Científica . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.		

NONA ETAPA
DISCIPLINA OPTATIVA ESPECIAL I
Núcleo I – Políticas Públicas e Sustentabilidade

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO		
Disciplina: DIREITO E SUSTENTABILIDADE		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 9ª Etapa
Ementa: Análise do Papel do Estado na constituição das Políticas Nacionais de Desenvolvimento, sob a ótica da Sustentabilidade Ambiental e Econômica. Estudo do processo de formação das Políticas de Recursos Minerais, com ênfase no Petróleo. Estudo das atribuições da Agência Nacional de Águas – ANA. Reflexão sobre a política relativa às Águas e aos Recursos Hídricos. Compreensão das Políticas de Desenvolvimento Energético e de Transportes.		
Bibliografia Básica: - BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos . 3 ed. São Paulo, Saraiva, 2014. - BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável . 2 ed. São Paulo Saraiva, 2013. - DIAS, Renato. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. - MELO, Milena Petters; WOLKER, Maria de Fátima S.. Crise ambiental, Direitos à Água e Sustentabilidade: Visões Multidisciplinares . Caxias do Sul: Edcus, 2012. (livro eletrônico) - BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Ambiental . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - CAMARGO, A.L.B. Desenvolvimentos Sustentável: Dimensão e Desafios . 6 ed. Rio de Janeiro, Papirus, 2014. - MARIOTTI, Humberto. Complexidade e Sustentabilidade: O Que se Pode e o Que Não Se Pode Fazer . São Paulo: Atlas, 2013. - SANCHES, Luiz Antonio Ugeda. Curso de Direito da Energia: da História . Tomo I. São Paulo: Instituto Geodireito Editora, 2011. - MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. - ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS Isak. Gestão Socioambiental: Responsabilidade e Sustentabilidade do Negócio . São Paulo: Atlas, 2009. - LEHFELD, Lucas de Souza. Código Florestal Comentado e Anotado: Artigo por Artigo . 2 ed. Rio de Janeiro: Método, 2013. (livro eletrônico)		

Núcleo II – Negócios e Cidadania Tributária

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: PRÁTICA TRABALHISTA E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 9ª Etapa
Ementa: Compreensão das relações de emprego, contrato de trabalho, terceirização de serviços, duração da jornada de trabalho, repouso semanal remunerado, férias, salário e remuneração. Caracterização de aviso prévio, extinção do contrato de trabalho. Identificação dos dados necessários para anotar a CTPS, elaborar o contrato de trabalho e confeccionar o contracheque. Lei de cotas nas empresas. Inclusão da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida no mercado de trabalho. Analise das questões étnicas e raciais no contrato de trabalho. Introdução ao Direito Previdenciário.		
Bibliografia Básica: - MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho . 36 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - IBRAHIM, Fábio Zambitte. Resumo de Direito Previdenciário . 13 ed. Niterói: Impetus, 2014. - ALMEIDA, Amador Paes. Curso Prático de Processo do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2012. (também na versão eletrônica) - OLIVEIRA, Aristede. Cálculos Trabalhistas . 27 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático . São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. - MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social . 35 ed. São Paulo: Atlas, 2015 - IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário . 17 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. - NASCIMENTO. Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo; Saraiva, 2012 (também em versão eletrônica - 2014) - TAVARES, Marcelo Leonardo, Direito Previdenciário . Niterói: Impetus. 2009. - GARCIA , Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Direito do Trabalho . 5 ed. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2013. (livro eletrônico)		

Núcleo III – Novos Direitos

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO CIVIL		
Disciplina: DIREITO DIGITAL E ELETRÔNICO		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 9ª Etapa
Ementa: Estudo sobre o desenvolvimento do direito digital e eletrônico. Investigação dos novos aspectos e relações jurídicas da sociedade da informação. Análise das principais manifestações do direito digital e eletrônico nos ramos do direito.		
Bibliografia Básica: - PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet – Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - PAESANI, Liliana Minardi. Manual de Propriedade Intelectual: Direito de Autor, Direito da Propriedade Industrial, Direitos Intelectuais Sui Generis. São Paulo: Atlas, 2012. - SILVA, Regina Beatriz Tavares da; SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. Responsabilidade Civil na Internet e Nos Demais Meios de Comunicação. São Paulo: Saraiva, 2012. - LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. Contratos Eletrônicos: Validade Jurídica dos Contratos Via Internet. São Paulo: Atlas. 2009 (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico: a Informatização Judicial no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 5 ed. São Paulo: Saraiva. 2014. - WACHOWICZ, Marcos. Propriedade Intelectual & Internet. v II. Curitiba: Juruá, 2011. - PAESANI, Liliana Minardi. O Direito na Sociedade da Informação II. São Paulo: Atlas, 2009. - CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede I. São Paulo: Paz e Terra, 2008. - PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet – Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (livro eletrônico)		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DE EMPRESA		
Disciplina: DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 9 ^a Etapa
Ementa:		
Discorrer sobre o caráter de Ordem Pública das normas consumeristas. Estudar as relações de consumo, em especial os sujeitos e objetos das relações de consumo. Analisar os Direitos básicos do consumidor. Debater a responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor. Estudar os contratos de consumo. Analisar a Defesa do Consumidor em Juízo, o procedimento no Juizado Especial Cível: Cognição e Execução. Competência, Partes e Procedimento.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2012. - MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do Consumidor em Juízo. 5 ed. 2012. - GRINOVER, Ada Pelegrini [et al]. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. (também em versão eletrônica - 2011) - TARTUCE, Flávio. Manual de Direito do Consumidor: Direito Material e Processual. São Paulo: Método, 2014. (livro eletrônico) - SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor. São Paulo: Saraiva, 2010. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - FIOLOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direitos do Consumidor. 13 ed. São Paulo: Atlas. 2015. - CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - MARQUES Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. - MARQUES, Claudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. O Novo Regime das Relações Contratuais. São Paulo: RT. 2006. - SILVA, Luiz Claudio. Os Juizados Especiais Cíveis na Doutrina e na Prática Forense. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. - LISBOA, Roberto Senise. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DO ESTADO		
Disciplina: ORGANIZAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 9 ^a Etapa
<p>Ementa: Análise histórica do Direito Internacional Privado na contemporaneidade. Estudo da Sociedade Internacional e o Direito Internacional Privado. Descrição das fontes do Direito Internacional Privado. Características das pessoas internacionais e dos tratados internacionais. Exame das relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional, das organizações Internacionais e dos órgãos e representantes do Estado nas relações internacionais. Considerações acerca da pessoa humana nas relações internacionais. O papel da UNESCO nas políticas de promoção da educação ambiental. Marcos internacionais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Caracterização das organizações internacionais de justiça e o Direito Penal internacional. Compreensão do princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Pós-Guerra. Estudo dos principais organismos internacionais de preservação dos direitos humanos. Analise do Decreto 6.949 de 2009 (Convenção de Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência).</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - AMARAL JUNIOR, Alberto do. Curso de Direito Internacional Público. 5 ed. São Paulo: Atlas 2015. (também em versão eletrônica) - ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2012. - REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. São Paulo: Saraiva, 2011. - AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Curso de Direito Internacional Público. 5 ed. São Paulo: Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522496853. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. - MALHEIRO, Emerson. Manual de Direito Internacional Público. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013. - CASELLA, Paulo Borba. Direito Internacional dos Espaços. São Paulo: Atlas. 2009. - GAMA JR., Lauro. Contratos Internacionais à Luz dos Princípios do UNIDROIT 2004. São Paulo; Renovar, 2006. - SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais. 2 ed. Barueri: Manole, 2013. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PROCESSO PENAL		
Disciplina: PROCESSO CAUTELAR E SENTENÇA PENAL		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 9ª Etapa
Ementa: Reflexão crítica sobre a prisão processual e de suas espécies. Interface da prisão e outras medidas cautelares pessoais em espécie. Abordagem das medidas cautelares segundo os ditames legais e constitucionais. Estudo do Processo Penal Cautelar: teoria geral. Prisão cautelar: fundamentos; finalidades; pressupostos, espécies. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Liberdade provisória. Relaxamento da prisão. Revogação da prisão. Estudo dos processos incidentes, abordando o conceito e natureza. Análise das questões prejudiciais. Exceções. Conflito de Competência. Conflito de Atribuição. Medidas Assecuratórias (sequestro, arresto, hipoteca legal), busca e apreensão, restituição de coisas apreendidas. Estudo da prova no processo penal; com abordagem da teoria da prova; distinção entre prova ilícita e ilegítima; princípios; ônus da prova; apreciação da prova; livre convencimento, íntima convicção e persuasão racional; meios de provas: pericial, documental, oral e indiciária. Estudo da teoria das Nulidades no Processo Penal: conceito, natureza jurídica, espécies, critérios diferenciadores. Nulidades quanto aos pressupostos de existência e de validade da relação jurídico-processual. Estudo da Sentença: conceito, estrutura lógica, natureza jurídica, função, requisitos. Sentença penal de mérito, decisões interlocutórias e despachos ordinatórios. Analise das figuras da preclusão e da coisa julgada no âmbito do processo penal. Fundamento político da coisa julgada, natureza jurídica, limites objetivos e subjetivos.		
Bibliografia Básica: <ul style="list-style-type: none"> - MANZANO, Luiz Fernando de Moraes. Curso de Processo Penal. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2013. - TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. v III. São Paulo: Saraiva, 2012. - MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2008. - LOPES JÚNIOR, Aury. Prisões Cautelares. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico) - DEMERCIAN, Pedro Henrique. Curso de Processo Penal. 9 ed. São Paulo: Saraiva: 2014. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> - CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2015 - RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais. São Paulo: RT, 2012. - TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. v IV. São Paulo: Saraiva, 2012. - JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Anotado. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 9 ^a Etapa
<p>Ementa: Reflexão sobre os princípios do Direito Processual do Trabalho. Estudo da Justiça do trabalho: organização e competência. Análise do Procedimento Ordinário e sumaríssimo. Estudo dos Recursos. Análise da Liquidação e Execução no processo do trabalho. Reflexão sobre Prática Processual Trabalhista.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 36 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2011. - NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. Curso de Direito Processual do Trabalho. 11 ed. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2014. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 31 ed. São Paulo: Atlas. 2015. - FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. - CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; NETO, Francisco Ferreira Jorge. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2013. - CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2009. - GIGLIO, Wagner de; CORE, Claudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PRÁTICA JURÍDICA		
Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
Carga horária: 80h	() Teóricas (x) Práticas	Etapa: 9ª Etapa
<p>Ementa: Elaborar, sob a orientação do Professor da área da disciplina do tema escolhido, a monografia de conclusão de curso que consiste num trabalho de iniciação à pesquisa científica, instrumento de análise crítica da ciência jurídica e meio de produção de conhecimento. Demonstrar assimilação e compreensão dos diversos institutos jurídicos fundamentais, mediante habilidade de contextualizar tema no sistema jurídico brasileiro. Proporcionar habilidade a elaboração de trabalho de cunho científico, envolvendo domínio da lógica na argumentação e adoção do discurso com persuasão racional. Dominar a linguagem científica, com indispensável precisão terminológica inerente à Ciência do Direito.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2015. - LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (também em versão eletrônica) - NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Manual de Monografia Jurídica: Como se Faz Uma Monografia, uma Dissertação, uma Tese. São Paulo: Saraiva, 2012. - MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito: Atualizado de Acordo com as Últimas Normas da ABNT. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2015. - RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia Para Eficiência nos Estudos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - HOUNSELL, Franci; PINHEIRO Jorge. Monografia em Ciências Jurídicas e Sociais. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2014. - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade (colab.). Metodologia do Trabalho Científico, 7 ed. Atlas. 2008. - GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008. (também em versão eletrônica - 2012) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PRÁTICA JURÍDICA		
Disciplina: LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III - TRABALHO		
Carga horária: 100h	(X) Teóricas (X) Práticas	Etapa: 9ª Etapa
<p>Ementa: Estudo analítico de casos práticos e respectivas ações e procedimentos na área trabalhista, com exame da jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal. Análise e elaboração de peças processuais relativos aos temas propostos a partir de casos simulados e reais. Estudo do Código de Ética e Estatuto da OAB. Apresentação de questões processuais e de direito material inerentes aos conflitos trabalhistas existentes entre os diversos interesses privados, propiciando a possibilidade de desenvolver raciocínio que capacite o discente a solucionar problemas concretos, considerando as técnicas de conciliação, enfocando nos meios alternativos de solução de controvérsias.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 36 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014. (também em versão eletrônica) - GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito Processual do Trabalho. 4 ed. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2015. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FEÓLA, Luis Fernando. Prática Jurídica no Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr, 2014. - NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr, 2011. - NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2009 (também em versão eletrônica - 2012). - GIGLIO, Wagner. Direito Processual do Trabalho. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (também em versão eletrônica) 		

DÉCIMA ETAPA
DISCIPLINA OPTATIVA ESPECIAL II
Núcleo I – Políticas Públicas e Sustentabilidade

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO		
Disciplina: DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS		
Carga horária: 80h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 10ª Etapa
<p>Ementa: Conceituação Jurídica de Políticas Públicas. Análise das Políticas Públicas e sua relação com a cidadania e o desenvolvimento. Estudo sobre o combate às desigualdades sociais. Análise da cidadania e políticas públicas: proteção das minorias e inclusão social. Estudo sobre o planejamento, desenvolvimento e fiscalização de políticas públicas: a garantia e a eficácia do exercício de direitos. Compreensão acerca da Gestão Estratégica e Políticas Públicas. Análise das Políticas Públicas e Terceiro setor. Estudo das Políticas Públicas para a proteção da cidadania, com ênfase na atuação institucional do Ministério Público na garantia dos direitos constitucionais do cidadão e do Poder Judiciário e juízo de constitucionalidade de políticas públicas. Análise crítica das Políticas Setoriais de Desenvolvimento Nacional.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos Para Uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2013. - SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; BENEDITO, Alessandra (Orgs.). O Direito e as Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2013. - DIAS, Reinaldo; MATTOS, Fernanda. Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2012. - OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro. Políticas Públicas: Definições, Interlocuções e Experiências. 2012. Educs 124 (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FONTE, Felipe de Melo. Políticas Públicas e Direitos Fundamentais. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - CANELA JÚNIOR, Oswaldo. Controle Judicial de Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2011. - SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edimilson de (Organ.). Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010. - BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELO, Claudineu de (orgs.). Direitos Humanos, Democracia e Repúbliga: Homenagem a Fábio Konder Comparato. São Paulo: Quartier Latin, 2009. - FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 10 ed. Saraiva, 2009. 		

Núcleo II – Negócios e Cidadania Tributária

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO TRIBUTÁRIO		
Disciplina: PRÁTICA PROCESSUAL FISCAL E TRIBUTÁRIA		
Carga horária: 80h00	(X) Teóricas () Práticas	Etapa: 10ª Etapa
Ementa: Estudo das normas gerais de tributação e do sistema tributário nacional. Definições de tributos em espécie, crédito tributário, lançamento, modalidades, formas de suspensividade da exigibilidade do crédito e da extinção do mesmo, processo administrativo fiscal e dívida ativa. Caracterização de ilícito tributário e responsabilidade dos agentes.		
Bibliografia Básica: - AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (também em versão eletrônica) - CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário . 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (também em versão eletrônica) - MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário . São Paulo: Malheiros, 2015. - ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário . São Paulo: Saraiva, 2012. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro . 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário . São Paulo: Malheiros, 2012. - SABBAG, Eduardo de Martins. Manual de Direito Tributário . São Paulo: Saraiva, 2012. (também em versão eletrônica) - ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário . 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - MARTINS, Ives Gandra da Silva. Curso de Direito Tributário . 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (também em versão eletrônica - 2013)		

Núcleo III – Novos Direitos

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: CIVIL		
Disciplina: BIODIREITO		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 10ª Etapa
Ementa: Estudo sobre a necessidade de conferir às normas éticas ou morais um caráter de juridicidade através da criação de um novo campo do saber: o biodireito. Análise dos procedimentos terapêuticos oriundos da investigação científica na área da biomedicina com destaque para as relações médico-paciente, consentimento informado, autonomia, dignidade da pessoa humana, alteridade, manipulação genética, pesquisas científicas em seres humanos, clonagem humana e clonagem terapêutica, reprodução assistida, início da vida, eugenia, sexagem fetal, quimeras, doação e transplante de órgãos, ortotanásia, suicídio assistido, testamento vital, biotecnologia, alimentos transgênicos, patenteamento dos organismos geneticamente modificados e o transexual. Releitura dos direitos da personalidade. Discussão sobre o surgimento de uma nova construção do conceito de pessoa em face de uma realidade científica em constante transformação.		
Bibliografia Básica: - NAMBA, Edson Tetsuzo. Manual de Bioética e de Biodireito . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - MALUF, Adriana do Rego Freitas Dabus. Curso de Bioética e Biodireito . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. - FERNANDES, Marcia Santana. Bioética, Medicina e Direito da Propriedade Intelectual . São Paulo: Saraiva, 2012. - LOUREIRO, Claudia Regina Magalhães. Introdução ao Biodireito . São Paulo: Saraiva, 2009. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - DINIZ, Maria Helena. O Estado Atual do Biodireito . 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. - GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo (Org.). Bioética e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2014. - MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa; FUJITA, Jorge Shiguemitsu; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabu; CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley (Coordenadores.). Novos Desafios do Biodireito . São Paulo: LTR, 2012. - SCALQUETTE, Ana Claudia S. Estatuto de Reprodução Assistida . São Paulo: Saraiva, 2010. - SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais . Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2009.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITO DO ESTADO		
Disciplina: RELAÇÕES INTERNACIONAIS PRIVADAS		
Carga horária: 40h00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: 10ª Etapa
<p>Ementa: Estudo sobre o método do Direito Internacional Privado: método conflitual, história (escolas italiana, francesa e holandesa, século XIX, século XX). Análise das fontes do DIPR e os conflitos entre elas. Estudo do Processo civil internacional: competência internacional e imunidade de jurisdição. Discussão sobre a cooperação inter-jurisdicional. Análise acerca da aplicação e prova do direito estrangeiro: cartas rogatórias e sentenças estrangeiras. Estudo da parte especial do DIPR: lei aplicável às pessoas e bens, contratos internacionais, direito de família e sucessão internacional. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (também em versão eletrônica) - AMORIM, Edgar Carlos. Direito Internacional Privado. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. (também em versão eletrônica) - DOLINGER, Jacob, Direito Internacional Privado: Parte Geral. 9 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. - DEL`OLMO, Florisbal de Souza. Curso de Direito Internacional Privado. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (livro eletrônico). - JUBILUT, Liliana Lyra. Direito Internacional Privado. São Paulo, Saraiva, 2012. (Saberes do Direito 56) ISBN 9788502169142. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Curso de Direito Internacional Privado. 11 ed. Rio de Janeiro. Forense, 2015. - MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito internacional Privado: Curso Elementar. Rio de Janeiro: Forense, 2015. - BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2014. - JAEGER, Guilherme Pederneiras. Lei Aplicável aos Contratos Internacionais. Curitiba: Juruá, 2009. - GAMA JR., Lauro. Contratos Internacionais à Luz dos Princípios do UNIDROIT 2004. São Paulo; Renovar, 2006. - AMORIM, Edgar Carlos. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2011. ISBN 978-85-309-3872-7. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: DIREITO AMBIENTAL		
Carga horária: 80h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 10ª Etapa
Ementa:		
<p>O estudo do Direito Ambiental é desenvolvido à luz dos direitos humanos e das Declarações Internacionais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, analisando seus fundamentos e princípios informadores; refletindo sobre a importância das normas constitucionais protetoras do meio ambiente com base no tratamento dado à matéria pela Constituição de 1988, enfatizando os aspectos que envolvem a estrutura federativa brasileira, discutindo a partilha de competências em matéria ambiental. O estudo inclui, ainda, o debate sobre a formulação e aplicação Política Nacional do Meio Ambiente, como insere também a discussão sobre a legislação florestal brasileira, com base em uma visão crítica e no estudo do princípio da vedação ao retrocesso. Interpretação e aplicação da Lei 9985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A crise da água é um tema relevante que precisa ser estudado tendo como referencial os limites ambientais e os princípios que impõe a prudência na utilização dos recursos hídricos. Reflexão crítica sobre o licenciamento ambiental e a importância do estudo prévio de impacto ambiental. A questão da sustentabilidade é enfatizada com a análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Embora a lógica do Direito Ambiental seja a da prevenção de danos, não se pode deixar de estudar os meios para a reparação do dano ambiental, incluindo os aspectos que envolvem a responsabilidade civil e a tutela coletiva ambiental, a responsabilidade administrativa e penal. Transversalidade, vivência e globalidade. Sustentabilidade socioambiental.</p>		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - SIRVINSKAS, Luis Paulo. Manual de Direito Ambiental. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. - MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2015. - ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano Ambiental: Uma Abordagem Conceitual. 2 ed. São Paulo: Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522492947. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - ANTUNES, Paulo Bessa. Manual de Direito Ambiental. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - SARLET, Ingo Wolfgang; LEITE, José Rubens Morato (Apres.); BENJAMIN, Antonio Herman (Apres.). Direito Constitucional Ambiental: Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. - SARLET, Ingo Wolfgang; SARLET, Ingo; FENSTERSEIFER, Tiago. Princípios do Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014. - GUERRA, Sidney; GUERRA, Sérgio. Curso de Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 10ª Etapa
Ementa: Análise e compreensão dos princípios doutrinários e legais alusivos à proteção e orientação da criança e do adolescente, com os respectivos limites de ação e medidas educativas. Análise da matriz constitucional da proteção à criança e do adolescente.		
Bibliografia Básica: - ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - FONSECA, Antonio Cezar Lima da. Direitos da Criança e do Adolescente. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. - ELIAS, Roberto João. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 4 ed. São Paulo, Saraiva, 2010. - TAVARES, José de Farias. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. 8 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015. - CUNHA, Rogério Sanches; LÉPORE, Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069: Comentada Artigo por Artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. - DUPRET, Cristiane. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Atualizado pelas Leis nº 12.010/09, 12.015/09, 12.234/10, 12.318/10, 12.415/11, 12.594/12. 2 ed. Belo Horizonte: Ius Editora, 2012. - RAMIDOFF, Mário Luiz. Lições de Direito da Criança e do Adolescente, Ato Infracional e Medidas Sócio Educativas. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. - DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2011.		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIAIS		
Disciplina: DIREITOS HUMANOS		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 10ª Etapa
Ementa: Estudo dos Direitos Humanos tendo por base a sua evolução Histórica, suas principais declarações, seus princípios norteadores e os principais organismos internacionais de sua proteção. Estudo acerca da dignidade da pessoa humana e da igualdade de direitos. Análise da sustentabilidade socioambiental. Estudo das relações dos Sistemas Protetivos Internacionais de Direitos Humanos e os Direitos Humanos no Brasil. Aplicação e detalhamento dos Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos. Análise da organização e processamento dos Tribunais Internacionais. Análise das Convenções de Direitos Humanos aplicadas na interpretação e construção dos Direitos Humanos. Estudo da recepção da legislação internacional pelo sistema jurídico brasileiro e da teoria da Eficácia Supraregal dos Tratados e Convenções Internacionais que versam sobre os Direitos Humanos. Análise do decreto 6.949 de 2009 (Convenção de Norma Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência).		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (também em versão eletrônica) - MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. 5 ed. São Paulo; Atlas: 2014. - LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Manual de Direitos Humanos. 3 ed. São Paulo, Atlas, 2014. - BOBBIO. Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2004. - COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (livro eletrônico) 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - GUERRA, Sidney. Direitos Humanos: Curso Elementar. 2 ed. São Paulo, Saraiva: 2014. - MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2013. - BUCCI, Daniela; SALA, José Blanes: CAMPOS, José Ribeiro de (Coord.). Direitos Humanos: Proteção e Promoção. São Paulo: Saraiva, 2012. - SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. - ALVES, José Augusto Lundren. Os Direitos Humanos como Tema Global. 2 ed. Perspectiva. São Paulo, 2007. 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PROCESSO PENAL		
Disciplina: RECURSOS E EXECUÇÃO PENAL		
Carga horária: 40h00	(<input checked="" type="checkbox"/>) Teóricas (<input type="checkbox"/>) Práticas	Etapa: 10ª Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Conhecer as espécies de procedimentos no processo penal, adotados em função das peculiaridades da persecução penal. Verificar a obediência aos princípios processuais constitucionais e legais. Estudar o processo de conhecimento e as espécies de procedimentos: rito ordinário; rito sumário; ritos especiais; rito dos crimes da competência do Tribunal do Júri; rito dos crimes da competência dos juizados especiais criminais. Estudo da teoria dos Recursos no Processo Penal: conceito, fundamento, pressupostos recursais objetivos e subjetivos, classificação dos recursos, recursos voluntário e necessário, efeitos. Recursos em matéria processual penal: Apelação, Recurso em Sentido Estrito, Embargos de Declaração, Carta Testemunhável, Embargos Infringentes e de Nulidade, Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Analisar a Revisão Criminal e as ações de Mandado de Segurança e Habeas Corpus. Verificar o processo de Execução Penal e seus incidentes.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. v II. São Paulo: Saraiva, 2013. - TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. v IV. São Paulo: Saraiva, 2012. - MANZANO, Luis Fernando de Moraes. Curso de Processo Penal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - MIRABETE, Júlio Fabbrini. Execução Penal. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014. - AQUINO, José Carlos Xavier de. Manual de Processo Penal. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais. São Paulo: RT, 2012. - JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Anotado. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de Processo Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (livro eletrônico) 		

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: PRÁTICA JURÍDICA		
Disciplina: LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV - PENAL		
Carga horária: 100h	(x) Teóricas (x) Práticas	Etapa: 10ª Etapa
<p>Ementa:</p> <p>Estudo de casos reais e simulados, possibilitando ao aluno interligar o estudo dogmático a prática jurídico criminal, sob o enfoque do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e do Código de Ética. Análise das ações e procedimentos na área criminal, capacitando o discente a elaborar peças processuais, após verificar qual a medida judicial pertinente. Análise da Jurisprudência relativa aos casos concretos e simulados, auxiliando o aluno a desenvolver o raciocínio lógico e a prática da redação forense. Estudo da conciliação nos Juizados Especiais Criminais, estimulando o discente a observar as técnicas de conciliação no momento da realização da audiência. Estudo na elaboração das petições iniciais. Análise das prisões e medidas cautelares, viabilizando ao discente verificar qual a medida cautelar correta ao caso concreto ou simulado e a respectiva contracautela. Estudo dos recursos cabíveis na área processual penal, capacitando o discente a ingressar com a medida correta quando sucumbente. Análise da execução penal, possitando o aluno identificar qual incidente deverá ser utilizado no caso real e simulado.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. v I. 17 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. - JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Anotado. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. - LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (livro eletrônico) - SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roger Alves. Manual de Processo e Prática Penal. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (livro eletrônico) 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. - OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica). - TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. v I. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. - TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. v III. São Paulo: Saraiva, 2012. - CRUZ, Érica Marcelina. Recurso de Apelação: A visão Constitucional dos Juízos de Admissibilidade e de Mérito Nos Juizados Especiais Criminais. Birigui: Boreal, 2012. 		

DISCIPLINA DE LIVRE ESCOLHA

CURSO DE DIREITO		
Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL		
Disciplina: LIBRAS		
Carga horária: 80h:00	(x) Teóricas () Práticas	Etapa: A partir da 1ª Etapa
Ementa: O que é LIBRAS e sua estrutura gramatical. Temas diversificados para aprendizagem de sinais, conversação e difusão do idioma. Compreender o sujeito Surdo e sua cultura. Conhecer as principais diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais e o Português. Aspectos linguísticos, educacionais e culturais. Legislação de LIBRAS.		
Bibliografia Básica: - HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a Comunicação Usada Pelas Pessoas com Surdez. 15 ed. São Paulo: Ciranda Cultural, 2014. - GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e Preconceitos em Torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. - SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. - PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; et.all.. Libras: Conhecimento Além dos Sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. (livro eletrônico)		
Bibliografia Complementar: - BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2014. - CARTILHA IBDD DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. 3 ed; Rio de Janeiro: IBDD, 2014. - PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscilla; NAKASATO, Ricardo. Libras: Conhecimento Além dos Sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013. - GESSER, Audrei. O Ouvinte e a Surdez: Sobre Ensinar e Aprender Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. - QUADROS, Ronice Muller; KARNOOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira. Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004 (reimpressão 2007).		